

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 29 DE JUNHO E CONTINUADA NO DIA 13 DE JULHO
DE 2010.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E DOIS** -----

----- No dia 13 de Julho de 2010, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dra. Deolinda Carvalho Machado, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Rita Teles Patrocínio Silva, André Nunes de Almeida Couto, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Freitas Arruda, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Duarte de Almeida, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Filipe Mário Lopes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Inês Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho de Albuquerque D’Orey, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Cardoso Pereira Serra, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Nuno de Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Baker, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, José António Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Manuel Rosa do Egipto, José Manuel Marques Casimiro, José Maria Bento de Sousa, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Clara Currito Gargalo Ferreira da Silva, Maria da Graça Rezende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Elisa Madureira de

Carvalho, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Homem Leal de Faria, Maria João Bernardino Correia, Maria José Pinheiro Cruz, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Pedro Miguel Ribeiro Duarte dos Reis, Rita da Conceição Carraça Magrinho, Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rui Jorge Gama Cordeiro, Rui Manuel Pessanha da Silva, Salvador Posser de Andrade, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Paulo Miguel Correia Ferrero Marques dos Santos, Rosa Maria Carvalho da Silva, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Sara Luísa Sousa Santos, Rui Manuel Santos Matos Alves, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Nuno Vasco da Cruz Almeida Santos. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Carlos Filipe Marques Lima, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Maria do Céu Guerra Oliveira e Silva, Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Manuel Falcão (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sara Luísa Sousa Santos. -----

----- António Pinheiro Torres (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Gonçalo Velho (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Vasco Cruz de Almeida Franco. -----

----- Pedro Alexandre Valente Assunção, Paula Cristina Coelho Marques Barbosa e Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, eleitos nas listas do PS, pediram a suspensão do mandato por tempo indeterminado, até se esclarecer a questão de incompatibilidade ou não, devido ao facto de exercerem funções de assessoria nos gabinetes da Vereação em regime de contrato de prestação de serviços. -----

----- Em sua substituição, passaram a efectivos os Deputados Municipais Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira e Paulo Miguel Correia Ferrero Marques dos Santos. -----

----- Maria Margarida Mota, Rui Paulo Figueiredo, Renata Andreia Lajas, Ana Paula Sabina Santos, António Maria Henrique e Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia (13 de Julho de 2010). -----

----- Paulo Miguel Correia Ferrero Marques dos Santos e Nuno Vasco Cruz de Almeida Franco, eleitos como independentes na lista do PS, requereram que lhes fosse mantido o estatuto de Deputados Municipais Independentes, para efeito de deliberações e contagem de votos. -----

----- Diogo Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Luísa Aldim. -----

----- João Oliveira Martins, Deputado Municipal suplente do CDS-PP, pediu a suspensão do mandato por um dia (13 de Julho de 2010). -----

----- José Luís Ferreira (PEV), de 9 a 30 de Julho, sendo substituído pela Deputada Municipal Cláudia Madeira. -----

----- Sobreda Antunes, João Gordo Martins e Cristina Serra, Deputados Municipais suplentes do PEV, pediram a suspensão do mandato de 9 a 30 de Julho de 2010. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Paulo Moreira de 13 a 25 de Julho, e por Maria do Rosário Reis Catarino, de 26 de Julho a 6 de Agosto. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Mota Lopes (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 29 de Junho de 2010. -----

----- Sara Luísa Sousa Santos (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 29 de Junho de 2010. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, e pelos Srs. Vereadores: Manuel Brito, Maria João Mendes, Graça Fonseca, Catarina Vaz Pinto, Sá Fernandes e Helena Roseta. -----

----- Estiveram ainda presentes os Srs. Vereadores da oposição: Lúvia Tirone, António Monteiro e Carlos Moura. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, segunda da quarta Sessão Ordinária iniciada no passado dia 29 de Junho. -----

----- Depois, antes de dar continuação à Ordem do Dia, leu o Voto de Pesar que a seguir se transcreve, subscrito pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP. --

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “No passado dia 6 de Julho morreu aos 89 anos a escritora Matilde Rosa Araújo. -

----- Matilde Rosa Araújo nasceu em Lisboa em 1921 e licenciou-se em 1945 em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, onde foi aluna de Jacinto do Prado Coelho e Vitorino Nemésio e colega de Sebastião da Gama, Luísa Dacosta, David Mourão-Ferreira e Urbano Tavares Rodrigues. -----

----- Foi professora do Ensino Técnico Profissional em Lisboa e noutras cidades do País, assim como professora do primeiro Curso de Literatura para a Infância, que teve lugar na Escola do Magistério Primário de Lisboa, tendo exercido a sua actividade profissional, como professora, na cidade do Porto. -----

----- Autora de livros de contos e poesia para adultos e de mais de duas dezenas de livros de contos e poesia para crianças, como *O Sol e o Menino dos Pés Frios*, *História de uma Flor* e *O Reino das Sete Pontas*, a sua temática centra-se em torno de

três grandes eixos de orientação: a infância dourada, a infância agredida e a infância como projecto. -----

----- Dedicou-se intensamente, ao longo da sua vida, aos problemas da criança e à defesa dos seus direitos, através da publicação de livros e de intervenções em organismos com actividade nesta área, como a UNICEF em Portugal, e foi uma das fundadoras do Instituto de Apoio à Criança (IAC). -----

----- Participou activamente em iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa na área da Educação realizando sessões com crianças e jovens nas escolas da cidade, bem como, promovendo acções de sensibilização e formação de professores para o trabalho com a população infanto-juvenil das escolas da cidade. -----

----- Foi autora de vários volumes sobre a importância da infância na criação literária para adultos, sobre a importância da Literatura Infanto-Juvenil na formação da criança e sobre a educação do sentimento poético como mais-valia pedagógica. -----

----- Recebeu vários prémios no domínio de Literatura para a Infância, nomeadamente, o Grande Prémio de Literatura para Criança da Fundação Calouste Gulbenkian ex-aequo com Ricardo Alberty, em 1980, o Prémio atribuído pela primeira vez, para o melhor livro estrangeiro (a novela *O Palhaço Verde*), pela Associação Paulista de Críticos de Arte de São Paulo, Brasil, em 1991, o Prémio para o melhor livro para a Infância publicado no biénio 1994-1995, pelo livro de poemas *Fadas Verdes*, atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1994 e em 1996, Matilde Rosa Araújo foi nomeada pela secção portuguesa do IBBY (Internacional Board on Books for Young People) para a edição de 1994 do Prémio Andersen, considerado o Nobel da Literatura para a Infância. -----

----- Matilde Rosa Araújo foi ainda colaboradora da imprensa nacional e regional, como “A Capital”, “O Comércio do Porto”, “República”, “Diário de Lisboa”, “Diário de Notícias” e “Jornal do Fundão” e nas revistas “Távola Redonda”, “Graal”, “Árvore”, “Vértice”, “Seara Nova” e “Colóquio/Letras”. -----

----- Membro da Sociedade Portuguesa de Escritores (actual APE), Matilde Rosa Araújo ocupava um cargo directivo quando, em 1964, a instituição premiou o angolano José Luandino Vieira, então preso no Tarrafal, o que levou a PIDE a invadir as instalações e a demitir a direcção. -----

----- Em 2003, a escritora foi ainda condecorada, a 8 de Março, Dia da Mulher, pelo Presidente Jorge Sampaio, e a Sociedade Portuguesa de Autores decidiu, por unanimidade, agraciá-la com o Prémio Carreira (entregue em Maio de 2004), pela sua obra. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 13 de Julho de 2010, presta sentida homenagem a Matilde Rosa Araújo, manifesta à sua família profundo pesar pela perda sofrida, guardando um minuto de silêncio em sua memória, e decide recomendar ao Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa que diligencie no sentido de homenagear condignamente a sua memória e à Câmara Municipal de Lisboa que tenha em conta a justeza do seu nome vir a ser atribuído a uma artéria desta cidade.” -----

----- Finda a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Foi distribuído um segundo aditamento com os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 11 – Proposta 331/2010;** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 332/2010.** -----

----- **Ponto 13 – Proposta 333/2010.** -----

----- Foi distribuído um terceiro aditamento, com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 14 – Proposta 340/2010.** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que foi distribuída uma errata relativa à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, na qual se referia que, na página 6 do texto, onde se lia: “o valor anual de 13.109.735,98 euros” devia ler-se “o valor anual de 13.112.135,98 euros”. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra para apresentação do documento, começou por dizer que ia iniciar esta sua intervenção com a transmissão de duas boas notícias à Assembleia, boas notícias essas com origem no Tribunal de Contas. -----

----- A primeira, referia-se à apreciação, pelo Ministério Público, da legalidade dos acordos de pagamento com que no mandato anterior, e de acordo com o modelo previamente aprovado pela Assembleia Municipal, negociaram o pagamento das dívidas de curto prazo aos fornecedores, procedendo à regularização de uma situação que asfixiava o funcionamento do dia-a-dia da Câmara Municipal. Tendo sido levantadas dúvidas sobre a legalidade desses acordos de pagamento, e tendo sido os autos remetidos ao Ministério Público, foram agora os autos arquivados tendo o Ministério Público concluído, citou: “que esses acordos de pagamento são meios normais e legítimos de gestão da dívida aos fornecedores”. -----

----- Por isso, queria informar a Assembleia Municipal, que aprovara esse modelo de acordos de pagamento, que a Assembleia andara bem e foi uma boa forma que todos encontraram para regularizar uma situação que paralisava o funcionamento do Município. -----

----- A segunda boa notícia era que, finalmente, foi visado, na semana passada, o empréstimo relativamente ao PIPARU – Plano de Intervenção Prioritária na Área da Reabilitação Urbana. E não podia esconder a sua satisfação, depois de um longuíssimo calvário que se iniciara entre Abril e Maio de 2008, quando submeteram à Câmara Municipal a aprovação desse programa, absolutamente essencial para concluir um conjunto de obras lançadas sem condições nos idos anos de 2003 e 2004, que estavam há muito paralisadas por falta de condições de pagamento, entaipando artérias fundamentais da Cidade como era o caso da Rua da Madalena e muitas das artérias da Freguesia do Castelo e das freguesias de Alfama, e que era urgente desbloquear. -----

----- Foi um grande combate político travado na Assembleia Municipal, no mandato anterior, cuja maioria impedira a aprovação desse contrato em condições financeiras absolutamente excepcionais e importantes para o Município, mas que finalmente, já neste mandato, a Assembleia Municipal pudera desbloquear, nas condições que entretanto foram definidas pelo Orçamento de Estado que, como era sabido, fixara um novo tecto de endividamento ao Município, o que fazia com que esse empréstimo, no montante de 120 milhões de euros, estivesse neste momento só autorizado numa primeira tranche de 47,5 milhões de euros, sendo as tranches subsequentes condicionadas a futuras autorizações do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de acordo com o andamento do endividamento do conjunto do sector público administrativo. -----

----- Ao contrário do que teria acontecido há dois anos, em que poderiam desde logo mobilizar os 120 milhões de euros e lançar a obra correspondente a esse valor, só podiam agora lançar obra no limite de 47,5 milhões de euros, e sujeitos, naturalmente, às vicissitudes de como o conjunto do sector público administrativo se comportaria ao longo dos próximos anos. Contudo, mais valia os 47,5 milhões de euros do que nada.--

----- Portanto, não obstante os pesados custos que o Município tinha pelo atraso que no anterior mandato a Assembleia Municipal de então provocara, a verdade era que, mesmo assim, iam finalmente poder começar a executar o PIPARU, e estava certo que todos os Deputados Municipais, mesmo aqueles que num primeiro momento tiveram maiores dúvidas sobre a bondade deste empréstimo, hoje ficavam satisfeitos por o Município passar a ter meios para poder retomar essas obras que estavam há muito interrompidas, desfeando a Cidade de Lisboa, que agora iria começar a melhorar graças a esta medida. -----

----- Continuando, disse que gostaria também de se congratular pela forma como foi possível assinar com os 53 Presidentes de Junta de Freguesia os novos protocolos de delegação de competências. E desejava ali agradecer, mais uma vez, a todas e todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, das diferentes bancadas, a forma como participaram nesse diálogo que permitira reforçar o âmbito da delegação de competências, num processo que julgava que tinha que ser simplesmente o início de uma caminhada que teriam que continuar a fazer, tendo em vista alargar o âmbito das competências. -----

----- Mas não podia deixar de sublinhar, tendo em conta o cepticismo que muitas vezes sentia em alguns dos membros da Assembleia Municipal, que, ao contrário dos receios de muitos, não só não diminuíram os montantes a transferir para as Juntas de Freguesia, como, pelo contrário, havia um aumento de três milhões de euros nas transferências para as freguesias, o que era um aumento de transferências absolutamente em contra-ciclo daquilo que acontecia com todas as demais entidades do sector público. -----

----- Esse processo de delegação de competências, a par da dinâmica crescente que tinha o orçamento participativo, era um bom modelo desta forma de governação que percebia que era necessário haver maior proximidade e maior participação para ganhar maior confiança por parte dos cidadãos. -----

----- Relativamente aos trabalhos desenvolvidos, disse que havia dois sectores em relação aos quais tinha que enfatizar o bom resultado dos trabalhos que estavam em curso. -----

----- Em primeiro lugar, no que dizia respeito ao espaço público e em particular aos espaços verdes, foram concluídas, no período a que se referia a informação, as obras em três importantes jardins da Cidade: o Jardim do Príncipe Real, que ao contrário da anunciada destruição não só não fora destruído como abriera requalificado, o Jardim da Praça Paiva Couceiro e o Jardim da Praça José Fontana. E no âmbito dos trabalhos que estavam programados, poderiam todos chegar a 2012 com a satisfação de poderem dizer que a totalidade dos jardins da Cidade de Lisboa estavam requalificados. Aqueles que já foram, e aqueles que ainda iriam ser até ao final de 2012, e para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, que justa e merecidamente se agitava, incluindo também essa difícil obra que era a requalificação do Jardim do Campo Grande. -----

----- E para lá desses três jardins que foram concluídos, foram dados dois passos importantes relativos ao futuro. -----

----- Primeiro, a aprovação, pela Câmara, do projecto de arquitectura da Ribeira das Naus, que iria permitir a requalificação dessa área, a abertura ao público de parte importante do espaço actualmente ocupado pela marinha, e a construção de um espaço verde de qualidade entre o Terreiro do Paço e o Cais do Sodré, que seria o primeiro troço da requalificação de todo o percurso entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia. ----

----- E, segundo, o ter sido entregue à Câmara Municipal a cerca do quartel da Graça, condição que tinha sido imposta para aprovação da reconversão do quartel em equipamento turístico, e que iria, assim, ser a maior mancha florestal aberta aos cidadãos em todo o casco histórico da Cidade, criando um parque urbano numa zona muito densificada e carente de espaços verdes. -----

----- Esta, disse, era uma boa notícia, a Cidade de Lisboa conquistara mais um espaço que estava fechado mas que se iria tornar agora num espaço de uso público. Aliás, a esse propósito, não podia deixar também de se congratular com a Assembleia Municipal pelo facto de no período desta intervenção terem recebido das mãos do Senhor Primeiro-Ministro os autos de transferência dominial dos primeiros terrenos da frente ribeirinha, que passaram do domínio da APL para o domínio do Município

de Lisboa. Foi o primeiro território conquistado, em muitos séculos, pelo Município de Lisboa ao Porto de Lisboa. -----

----- Outro sector que desejava realçar dos trabalhos em curso, era a execução do programa Escola Nova, um programa que têm acarinhado e que lançaram para assinalar o Centenário da República e em homenagem à Escola Pública que a República tanto acarinhara. E esse programa teria no corrente ano um momento alto com a inauguração de quatro jardins-de-infância novos, e três escolas novas para além das duas que estavam a ser desenvolvidas em parceria com o Estado, através da Parque-Expo. -----

----- Referia-se aos jardins-de-infância da Pena, do Lumiar, das Galinheiras e de Alvalade, cujas obras estavam a andar, e hoje podiam estimar com confiança que estariam concluídas atempadamente para o início do próximo ano lectivo as escolas EB1 do Bairro Padre Cruz e das Galinheiras, e também a reconstrução integral da Escola das Laranjeiras, embora quanto a esta fosse ainda de rezear a possibilidade de ter que abrir no local de sempre, no dia 15 de Setembro, porque podia ter alguns meses de atraso. -----

----- Relativamente à Escola do Parque das Nações e à Escola de Telheiras, que estavam a cargo do Estado, disse que estavam em andamento as respectivas construções. -----

----- Na área da mobilidade, disse que gostaria de destacar a aprovação, para debate público, do novo modelo de circulação na Baixa, que procurava fazer a segregação entre colinas e a segregação no sentido norte/sul, de forma a assegurar maior fluidez de trânsito em todo o conjunto da Baixa. E ainda a aprovação pela Câmara, para apreciação pública, de um importante regulamento sobre o estacionamento na Cidade de Lisboa, que visava adequar a política tarifária a um conceito de mobilidade que apostava crescentemente na utilização do transporte público, nos modos de mobilidade suave e na diminuição da presença do automóvel no centro da Cidade. -----

----- E era um tarifário que se ajustava, com uma dupla tarifa, diferenciando de forma a que fosse mais barato junto às zonas residenciais e mais caro junto às zonas mais centrais e mais densamente servidas por transportes públicos, para que aí se desincentivasse o uso do automóvel e o estacionamento de longa duração. -----

----- Era um debate difícil, era um tema sensível para o qual alertava desde já a Assembleia Municipal de forma a que o debate se fizesse com profundidade, tendo em vista o que deveria ser o modelo de mobilidade sustentável no século XXI, e que ninguém dissesse que era surpreendido, à última da hora, com a apresentação desse regulamento. Ele traduzia uma opção política de fundo sobre o modelo de mobilidade, e era sobre essa opção política de fundo que gostaria de centrar o debate. -----

----- No tocante ao sector da habitação, disse que queria ali salientar a forma absolutamente exemplar como a Sra. Vereadora Helena Roseta vinha conduzindo o realojamento na área do Parque dos Artistas de Circo, em Carnide. Era, como sabiam, um dos temas que há mais anos se arrastava, com maior delicadeza e com maior dificuldade de concretização, e que tinha vindo a decorrer de uma forma quase despercebida por todos aqueles que não residiam em Carnide, graças à forma como a

Sra. Vereadora, em conjunto com vários parceiros dos quais era justo destacar a Junta de Freguesia de Carnide, vinha conduzindo todo esse processo, e criar condições para a libertação do terreno para a sua entrega ao Ministério da Saúde, tendo em vista a construção, tão ansiada e tão necessária, do Centro de Saúde de Carnide. -----

----- Mas queria ainda fazer uma referência à prossecução do esforço que vinham fazendo em matéria de planeamento, e em particular ao facto de estar em debate público, a concluir-se, o plano de pormenor da Baixa, sobre o qual ainda ontem houvera uma importantíssima sessão pública de apresentação, com a participação activa de diversos autarcas, em especial do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, e o facto da Câmara ter aprovado, há cerca de 15 dias, para envio à CCDR, o plano de pormenor do Parque Mayer, Jardim Botânico e zona envolvente, instrumento de ordenamento do território da maior importância, como, aliás, se compreendia em particular com as notícias que foram conhecidas nas últimas 24 horas. -----

----- Para quem muito criticara a elaboração desse plano de pormenor, valia a pena ler a decisão judicial para se perceber como, de facto, se as coisas tivessem sido bem feitas, começando a fazer-se a construção pelos seus alicerces, com a definição rigorosa e transparente do que era possível fazer-se naquela parcela do território, os usos possíveis e a edificabilidade possível, teriam todos, e a Cidade sobretudo, ganho muito tempo e teriam evitado enormes trapalhadas que ainda hoje ninguém podia saber quanto terminariam, nesse fadário judicial que se poderia arrastar por muito e muito tempo. -----

----- Bem hajam aqueles que sempre o entenderam assim, bem hajam aqueles que desde o início do seu mandato se têm batido pela existência deste plano de pormenor, para que tudo fosse regulado de uma forma clara, transparente, rigorosa e segura, a única forma de dar confiança e estabilidade aos direitos de quem os tinha naquela área. -----

----- Disse, ainda, que a última nota que queria dar tinha a ver com um tema que merecera unanimidade e aclamação de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, e que tinha a ver com a candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade. Esse processo culminara com a apresentação formal da candidatura junto da UNESCO, e com o apoio que a candidatura recebera, quer do Governo, quer de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, quer, na sexta-feira passada, com a aprovação de uma deliberação da Assembleia da República, também por unanimidade, de suporte a essa candidatura. -----

----- Acreditava que tinham boas razões para estar satisfeitos pela forma como os órgãos de soberania, todos eles, acolheram essa candidatura, e manterem-se empenhados, ao longo dos próximos meses que iriam ser difíceis e longos, no apoio e no trabalho que tinham que fazer para que a candidatura viesse a ter sucesso no final. -

----- **O Deputado Municipal Filipe Pontes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, no uso da palavra, disse que a informação escrita já estava distribuída há algum tempo, as boas notícias que o Sr. Presidente lhes apresentara não estavam escritas,

pelos vistos na altura da feitura da informação não se sonhava sequer que pudessem vir a acontecer. -----

----- Mas porque estavam ali hoje para apreciar a Ordem de Trabalhos, tinham que falar daquilo que acontecera e daquilo que lhes foi mostrado. E realmente o paraíso estava muito longe, o sentido idílico daquilo que lhes mostrara estava muito longe da pura realidade dos números. -----

----- De facto, também o PSD saudava que tivessem sido clarificadas e aprovadas as questões, nomeadamente do empréstimo para o PIPARU, que, como o Sr. Presidente sabia, o PSD viabilizara na Assembleia Municipal. -----

----- Efectivamente, também o PSD se congratulava com o facto de ter sido, pelo Ministério Público, corroborada a opinião que tinham tido na Assembleia Municipal em relação ao Plano de Saneamento Financeiro do Município, nomeadamente quanto aos acordos com os fornecedores. -----

----- Portanto, no fundo, o PSD congratulava-se com aquelas palmas que o PS dera à Assembleia, porque muitas delas se dirigiam, obviamente, ao Grupo que viabilizara e à sua direcção política. -----

----- Mas essas boas-novas do Sr. Presidente eram de facto boas-novas que em boa hora vinham, porque olhando para a informação financeira que constava da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, de 30 de Maio, elas não constavam aí. E a dura da realidade era que se comparassem as contas e a posição actual com a do período homólogo, veriam um claro decréscimo da receita e um claro aumento da despesa. Eram esses os números da Câmara. -----

----- Clarificando, disse que há um ano atrás tinham um total de receita de 216 milhões de euros, que comparava com os 208 milhões actualmente. E tinham um total de despesa de 167 milhões de euros no ano passado, que comparava com 215 milhões actualmente. O que se passara afinal? O que foi que não teria corrido tão bem? O que foi que estava previsto acontecer e não acontecera, ou o que foi que acontecera sem estar previsto? -----

----- Disse que o comportamento da receita da derrama viera confirmar aquelas que eram as expectativas de qualquer pessoa menos bem informada e menos letrada em termos financeiros. No ano passado, nesta altura, o total da receita da derrama ascendia a 36 milhões de euros, e agora o montante da derrama cobrado até ao dia 30 de Maio ascendia apenas a 6 milhões de euros, havendo, portanto, uma redução de 30 milhões de euros. -----

----- Sabia que a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro das Finanças estava a explicar ao Sr. Presidente que houvera um acerto provindo do ano anterior na ordem dos 20 milhões de euros ... -----

----- A um aparte que corrigiu para 34 milhões de euros, respondeu que era curiosa a forma como as informações chegavam. Mas face àquilo que se previa e que teimosamente se mantivera no Orçamento, era agora claro para todos, a meio do ano, o porquê de ter sido chumbado pelo PSD, porque era um Orçamento irrealista. E se a Câmara sabia que no ano passado tinha havido um acerto de 34 milhões de euros, como acabara de dizer o Sr. Presidente, sabia bem também que este ano não iriam

recebê-los, porque a conjuntura económica era adversa e consequentemente só no país das maravilhas poderiam atingir, no final deste ano, o total orçamentado de 90 milhões de euros na derrama. -----

----- Portanto, tinham de receita seis milhões de euros até 30 de Maio, e tinham 90 milhões de euros no Orçamento! -----

----- Mas passava a outra questão também colocada pelo PSD, a alienação de bens municipais, terrenos e habitações. O terreno do IPO, por exemplo, que era um dado adquirido que ia ser vendido, que iria dar um valor enorme à Câmara, ainda bem que ficara na Cidade e ainda bem que alguém que hoje ocupava a Pasta do Ministério da Saúde tivera o bom senso de se adaptar à realidade e ver que o mundo que era ontem não era o mesmo de hoje. Portanto, o IPO, para bem da Cidade de Lisboa, ia manter-se em Lisboa, agora a receita não sabia onde era que a Câmara a iria arranjar. -----

----- A verdade era que a previsão de 92 milhões de euros provindos da alienação de capital, tinha até ao momento 5 milhões de euros de execução! Que pobreza! -----

----- Disse que o PSD tinha uma posição que estava vinculada no programa eleitoral, e, portanto, solidariamente compreendiam que essa era uma solução para a Câmara que era quase uma obrigação. Agora, tinham que constatar o que era óbvio: por um lado, a Câmara só o fazia porque tinha que fazer, e, por outro, fazia-o na pior altura, isto é, numa altura em que o mercado imobiliário não respondia às expectativas e os valores de avaliação e contabilizados nos immobilizados da Câmara eram muito diferentes daqueles que, na prática, a alienação desses imóveis poderia vir a ser executada em termos de mercado real. -----

----- Portanto, faziam nesta altura porque não tinham outra hipótese, mas faziam-no na pior altura. -----

----- Sobre a despesa, disse que os custos com pessoal estavam a aumentar, nomeadamente os contratos em regime de avença com um aumento de 43%, as horas extraordinárias 13%, a aquisição de bens e serviços 30%, tudo aumentava. Podiam expectar então que era o alargamento do âmbito dos protocolos da Câmara, mas sabia bem que a 30 de Maio não havia ainda essa negociação. Mas factos eram factos, e a participação de protocolos da Câmara, se olhassem para os dados que eram fornecidos na página 62 da informação escrita, o que se dizia era que no ano passado, por esta altura, as Juntas de Freguesia tinham já recebido mais 8.000 euros do que receberam até agora. Portanto, não seriam as Juntas de Freguesias as responsáveis pelo aumento. -

----- Referiu que os Presidentes de Junta de Freguesia assinaram, há cerca de 15 dias, os protocolos e a verdade era que, até à data, ainda não viram a tão famigerada transferência de verbas! Onde estava ela? Tinham expectativa que com os vistos do Tribunal de Contas as coisas fossem resolvidas de imediato. De facto, protocolos assinados com aumento de competências, sim, com aumentos de responsabilidades também, com aumentos de verbas lógico seria que fosse, e por isso esperavam. -----

----- Disse que mais despesa e menos receita, era a realidade que a Câmara lhes apresentava a 30 de Maio. Com certeza que com aquilo que o Sr. Presidente agora lhes dissera tudo iria mudar, e ainda bem, mas de facto o que estava na informação escrita não era assim tão bom como isso. -----

----- A propósito referiu que, na semana passada, viram na comunicação social que o Município de Cascais, que certamente sabiam que era o segundo Município com maior eficiência em termos financeiros, mas ainda assim muito distante da posição de Lisboa, apresentara um plano de contenção na despesa e um plano de controlo da receita. E foi apresentado nas notícias da seguinte forma: “Cascais corta na despesa e faz cerco à receita”. -----

----- Se essa notícia fosse apresentada em relação a Lisboa seria alguma coisa parecida com “Lisboa aumenta a despesa e asfixia a receita”. De facto, a realidade de Lisboa era bem diferente daquela que o Sr. Presidente apregoava, e hoje ficava claro, às escancaras de todos, que motivos tivera o PSD para votar contra as Contas de 2009, para votar contra o Orçamento de 2010, pois as políticas vincadas e os resultados obtidos pela política económica seguida pela Câmara, estavam muito distantes do discurso do rigor, da exactidão e da prontidão com que o Sr. Presidente respondia às questões da exigência. Essa exigência teria que ser traduzida em números, no meio do ano estavam ali a sinalizar esta situação, e no final do ano estariam ali para avaliar a sua *performance*. -----

----- **A Deputada Municipal Inês Drummond (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, começou por dizer, referindo-se à intervenção do orador anterior, que quem chumbara um Orçamento de contenção foi o PSD. E quem aprovara, na Assembleia Municipal, o aumento da despesa por via do endividamento? Era preciso que tivessem noção que o Executivo apresentara ali um Orçamento de contenção, pelo que em termos de alienação de capital, como o orador anterior referira, de facto votar contra aí já era com o PSD. -----

----- Disse, depois, que no passado dia 1 de Junho foram assinados os protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia, referentes ao segundo semestre de 2010, mas a negociação dos protocolos ficara inevitavelmente marcada pela não aprovação, pela a Assembleia Municipal, do Orçamento de 2010, o que poderia ter comprometido não apenas as verbas a serem afectas a essa rubrica, como a política de maior descentralização administrativa de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. -----

----- Contudo, apesar do cenário adverso, o Executivo camarário promovera um intenso diálogo com as Juntas de Freguesia, no sentido da definição de critérios objectivos que presidissem à elaboração e quantificação dos protocolos. Foi feito o levantamento de todos os protocolos existentes e foram avaliadas as fórmulas que presidiram à atribuição de verbas. Cada Presidente de Junta pudera reunir com todos os Vereadores e identificar as competências que pretendia ver descentralizadas e as condições em que as aceitava, fazer sugestões e contribuir para a melhoria dos referidos protocolos. -----

----- E felicitava o Sr. Presidente da Câmara, pois, ao que parecia, foi a primeira vez que um Presidente da Câmara Municipal de Lisboa reunira com todos os Presidentes de Junta, em simultâneo, para apresentar os protocolos e debater, com transparência, os critérios que presidiram à elaboração dos mesmos. -----

----- Nessa reunião todos tiveram oportunidade de questionar as competências e as verbas a transferir, fazer sugestões e apresentar as reclamações que entendessem. Mas, sobretudo, todos tiveram a possibilidade de ver a percepção dos outros, as dificuldades que se colocavam a cada Junta de Freguesia e, incompreensivelmente, ficaram a saber que uns tinham umas verbas desproporcionadas enquanto outros necessitavam de atenção redobrada por terem características muito particulares. -----

----- Mas dava um exemplo de alguma discricionariedade que existia até agora. O protocolo para a conservação e reparação de calçadas, ruas e passeios, de Benfica era, em 2009, de 13.219,60 €, verba que era manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades nessa área, numa freguesia com a dimensão de Benfica. No entanto, quando comparado esse valor com freguesias da mesma dimensão e outras de menor dimensão, havia uma injustiça gritante. Muitos foram os Presidentes de Junta que no final da reunião lhe foram perguntar se estaria a brincar, e por que motivo mantinha a Junta um protocolo de delegação de competências com essa verba pois não conseguia assegurar, em termos de prestação de serviços, uma boa qualidade de serviços à freguesia. -----

----- Se fosse aplicado o critério que estava previsto nos protocolos, a Junta de Freguesia de Benfica receberia cerca de dez vezes mais, o que significaria um aumento de 900% do valor que tivera até ao presente. -----

----- Portanto, era preciso perceber o que se passara nessa matéria e o trabalho hercúleo que foi feito pelo Executivo municipal para melhoria dos protocolos e definição de critérios objectivos. -----

----- Disse que houve uma grande preocupação do Executivo em uniformizar os critérios e as metodologias, estava a abrir-se um novo paradigma na descentralização administrativa de competências, sem compadrios ou favorecimentos políticos desta ou daquela Junta de Freguesia. Os critérios eram objectivos e mensuráveis servindo, assim, os munícipes que todos representavam. -----

----- Prossequindo, referiu que a descentralização administrativa de competências do Município para as freguesias foi alargada a áreas da mobilidade, sinalização vertical e horizontal, ao LX Porta-a-Porta, e na área da higiene urbana ao moto-cão. Existiam trajectos definidos, o que, por exemplo, no caso de Benfica contemplava apenas duas ruas, o que, em termos de combate aos dejectos caninos, deixava muito a desejar. Os protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia ascendiam a 13.100 milhões de euros, mais cerca de três milhões que no ano anterior, apesar da Assembleia Municipal ter chumbado o Orçamento de 2010. -----

----- Disse que Lisboa podia orgulhar-se de ter sido a primeira capital europeia a implementar um processo de orçamento participativo verdadeiramente deliberativo. As pessoas apresentaram propostas para a sua Cidade e iriam votar nas que considerassem ser as melhores. A Câmara Municipal de Lisboa decidira afectar um total de 5 milhões de euros ao orçamento participativo deste ano, as pessoas puderam apresentar as suas propostas concretas, que tiveram que ser claras e específicas, tendo um período máximo de execução de dois anos não podendo exceder um milhão de

euros. A Câmara comprometia-se a aceitar o resultado da escolha dos cidadãos e a implementar as medidas. -----

----- Para além da apresentação *on-line* tiveram este ano uma novidade: as assembleias participativas e o autocarro do orçamento participativo. Nas assembleias participativas, num total de oito, os cidadãos tiveram oportunidade de apresentar mais duas propostas para além daquelas que lhes era permitido apresentar *on-line*. Nessas assembleias participativas tiveram um total de 374 cidadãos a participar, e os resultados estavam à vista. -----

----- Para os orçamentos participativos de 2010 – 2011 deram entrada no *site* da Câmara Municipal de Lisboa 926 propostas, praticamente o dobro do ano passado, restando agora aguardar a análise dos serviços para confirmação da elegibilidade das propostas apresentadas e a sua adaptação a projecto para que pudessem passar à fase da votação, que decorreria entre os dias 1 e 31 de Outubro de 2010. -----

----- Portanto, a Câmara Municipal estava de parabéns, o Orçamento de Lisboa era, assim, o rosto de uma nova forma de governação, promovendo a participação directa dos cidadãos na definição das prioridades e investimentos para a Cidade. -----

----- Seguidamente, aludindo ao Eco-Bairro da Boavista, disse que a Comissão Directiva do Programa Operacional Regional de Lisboa, aprovara, no mês de Março de 2010, no âmbito das políticas de cidades, parcerias para a regeneração urbana, a criação de um eco-bairro no Bairro da Boavista. A candidatura “Eco-Bairro Boavista Ambiente Mais, Modelo Integrado e Inovação Sustentável”, promovida pelo Município de Lisboa em parceria com 16 entidades, entre as quais a Junta de Freguesia de Benfica, iria contar com o financiamento do FEDER no montante de 3,5 milhões de euros. -----

----- Para aqueles que ainda não estavam familiarizados com o que eram eco-bairros, esclareceu que eram bairros ambientalmente sustentáveis que visavam criar um tecido urbano com reduzidos impactos ambientais, através da existência energética, reutilização e reciclagem de recursos, e instalação de energias renováveis. Associado ao conceito eco-bairro, estava também a introdução de medidas com vista à melhoria da qualidade de vida e quotidiano das populações, e o incremento da participação colectiva através do despertar de consciências, avivar a criatividade da comunidade tornando-a ambientalmente mais responsável e empreendedora. -----

----- Disse que a aprovação dessa candidatura assumia particular importância para o Bairro da Boavista, uma vez que com a concretização desse projecto se poderia proceder não apenas à requalificação do espaço público e do edificado profundamente degradado, incluindo a modernização das redes e infra-estruturas urbanas, na perspectiva da sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, promover a revitalização social e económica, e a coesão social num bairro que, pelas suas características geográficas, se encontrava completamente isolado. -----

----- Terminou dizendo que com este tipo de projectos a Câmara Municipal de Lisboa estava a criar verdadeiras oportunidade de valorização e qualificação da Cidade, promovendo a inovação e a competitividade, a cidadania e a coesão social, a

qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental, dando assim exemplos de bom planeamento e governação.-----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que as informações prestadas pelo Presidente da Câmara à Assembleia Municipal têm sido constituídas quase exclusivamente por um relato da actividade dos serviços e um enumerar das propostas que o Executivo teria distribuído e aprovado num período de três meses. -----

----- Era remetida para quem apreciava a informação a tarefa de estruturar, isto é, de estabelecer ligações, detectar harmonias e desarmonias entre esses elementos dispersos e adivinhar a coerência do pensamento político que regia a Cidade de Lisboa. -----

----- A escassez de tempo não permitia fazer o exercício de relacionar tudo com tudo o que era referido na introdução assinada pelo Sr. Presidente, pelo que se limitavam a evocar unicamente duas referências: -----

----- A visita do Papa e a reabertura da Praça do Comércio, nas páginas 12 e 12. -----

----- Disse, então, que foi espectáculo memorável a transmissão que a televisão fizera das cerimónias que ocorreram no Terreiro do Paço quando da visita do Papa. A praça reclamara jus ao seu verdadeiro topónimo: o terreiro. -----

----- O espaço dos grandes acontecimentos, dos conjuntos de gentes, o salão nobre da Cidade, o palco da grande opera em que, por vezes, a vida urbana se transformava. ---

----- Depois a singularidade do cenário: um espaço rigorosamente contido pelo vigor geométrico dos três paramentos construídos e um quarto que recolhia a vista a quase 30 quilómetros de distância, numa serra a que Sebastião da Gama chamara de Serra Mãe. E tudo isso envolvido pela claridade que, num fim de tarde de Primavera, o Tejo devolvia à atmosfera. Verdadeiramente emocionante, mesmo para aqueles que não foram tocados pela fé. Bastaria ser lisboeta. -----

----- Logo que pudera correr a ver a nova praça. O espaço lá estava, mas era então palco semi-deserto. A agorafobia, o horror dos grandes espaços vazios pressentia-se. Lamentara, por mania pessoal, que não tivessem sido repostas as fileiras de árvores que já lá estiveram, mais o quiosque, que traziam sombra e humanizavam o espaço. Mas louvava-se o tratamento dado ao passeio que prolongava o espaço das arcadas. ---

----- Da infância, de imediato e em confronto viera-lhe a lembrança de que aquele espaço quase inóspito fornecia também aos lisboetas e a quem os visitava um ambiente íntimo de recolhimento e meditação. Nos bancos da beira-rio era possível ouvir e ver o tranquilizante toque de água no encontro do rio com a muralha pombalina. E na escadaria do Cais das Colunas ele vinha espriar-se até aos pés. Situação única e tão rara que nem Veneza a tinha pois aí toda a água estava emparedada. -----

----- Dirigira-se para o rio de encontro à desilusão: é que entre a sua cidade e o seu rio, entre a “nossa cidade e o nosso rio”, havia: primeiro, dois, três ou quatro altíssimos degraus, e depois e o que era pior, um contínuo carreiro de estranhos bichos, constituído por uma, no máximo duas pessoas envolvidas por nove ou dez metros

cúbicos de lata. Uma serpente que ia do Cais do Sodré ao Campo das Cebolas e do Campo das Cebolas ao Cais do Sodré. -----

----- E mais grave ainda: A serpente condicionava a sua chegada ao rio através do pulsar aleatório de um semáforo. Verde podia ir. Encarnado não podia ir! -----

----- A desilusão atingira, então, a raiva, que sentiam partilhada por população e por autarcas. É que lhes haviam prometido ali, repetidas vezes – viram planos, discutiram regulamentos, nasceram esperanças – de que iria desaparecer, ou pelo menos seria atenuado o trânsito de atravessamento da Baixa. Pois o que se via era a entrega do privilegiado percurso da beira-rio – fresco, agradável, fácil, bonito – ao mais poluente, indisciplinado e egoísta meio de transporte – o individual. -----

----- Se se tivesse que aceitar o atravessamento, então que dele beneficiasse o maior número: que a alegria, mesmo fugaz do espectáculo ribeirinho, fosse repartida pelo quotidiano dos que usavam os transportes colectivos. Um sistema viário inteligente seria aquele que albergava múltiplas hipóteses de uso, e o que se passava hoje no Terreiro do Paço era uma malfeitoria na relação da Cidade com o rio. Era preciso encará-la com vontade política suficiente para a eliminar. -----

----- Mas voltava à informação escrita do Sr. Presidente, precisamente à página oitava onde se anunciava a reformulação do conceito de circulação para a Frente Ribeirinha e Baixa Pombalina entre Santa Apolónia e o Cais do Sodré. Depositavam optimismo nessa reformulação e a esperança que o protagonismo das pessoas se impusesse à ditadura do automóvel. -----

----- E ousavam recordar promessas e dar achegas para um programa: -----

----- Que o estacionamento fosse o máximo possível para residentes. -----

----- O mínimo e caríssimo para forasteiros. -----

----- Trânsito de atravessamento por veículos privados, não obrigado! -----

----- Trânsito de atravessamento só colectivo e não poluente. -----

----- Recuperação das carreiras de eléctricos das colinas mais do saudoso eléctrico do Carmo. -----

----- Vitalização do sistema de elevadores Bica - Glória - Lavra e o elevador do Castelo, e que o da Santa Justa deixasse de ser um ió-íó de luxo para turistas e fosse posto ao serviço do quotidiano da população. -----

----- Vontade política e coragem como tiveram o Presidente Abecasis na Rua Augusta, e a Coligação de Esquerda ao tirar os carros do Terreiro do Paço. -----

----- Vontade política e imaginação no poder, disse a rematar. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, em apreciação, que compreendia a quase totalidade do primeiro semestre, era uma boa oportunidade para fazerem o balanço sobre como estava o ano de 2010. E olhando para a informação escrita, na parte política, que era aquela que era mais relevante, a conclusão que podiam tirar era que a Cidade de Lisboa estava parada. -----

----- Estava parada porque encontravam na informação com certeza medidas que mereciam a concordância do CDS-PP, quer pela sua concordância substancial, quer pelo facto das iniciativas terem sido tomadas independentemente de depois haver

discordâncias quanto ao seu conteúdo, era o caso da discussão pública ou dos trabalhos de planeamento que têm sido feitos pela Câmara, mas depois tinham ocasiões ou eventos que eram apresentados para recheiar uma informação escrita que tinha pouco. Até a vinda do Papa compreendia já a informação escrita do Presidente da Câmara. -----

----- E mais preocupante do que encontrar na informação escrita eventos ocasionais que eram aproveitados para tentar fazer trabalho político, era encontrar na intervenção oral do Sr. Presidente inclusivamente assuntos ou matérias que já ali foram trazidas noutras informações escritas. -----

----- Era certo que uma medida boa tomada há seis meses continuaria a ser boa passados seis meses, mas era escusado repeti-la em cada intervenção que fazia na Assembleia, como ela se repetisse no tempo de seis em seis meses. -----

----- Disse que preocupante era que, com as notícias que hoje sabiam da economia nacional, com a baixa do *rating* da economia, o que as pessoas queriam de facto saber era onde estava a ser aplicado o seu dinheiro e porque era que elas não podiam contar com mais dinheiro no seu bolso. -----

----- Do ponto de vista dos autarcas da Assembleia Municipal, enquanto representantes dessa população que olhava para uma crise que ainda não chegara ao fundo e que estava para durar, aquilo que podiam fazer era olhar para a situação financeira da Câmara, e tentar perceber se aquilo que estava a ser feito respeitava ou não o esforço que estava a ser pedido aos munícipes da Cidade de Lisboa. E olhando para a taxa de execução da receita e para a taxa de execução da despesa, a conclusão a que chegavam era que a situação estava longe de ser boa ou de respeitar a crise que actualmente viviam os cidadãos de Lisboa. -----

----- Era preocupante que do ponto de vista da taxa de execução da receita, a meio do ano continuassem com as taxas de execução que estavam previstas na informação escrita, sobretudo era também preocupante que o grosso daquilo que iria ser a taxa de execução da receita das vendas de bens de investimento continuasse, a meio do ano, com números que eram absolutamente irrisórios. Ou seja, a meio do ano estavam com uma taxa de execução de 5%, o que dava bem conta da falha do planeamento. -----

----- E se havia falha do planeamento relativamente à forma de execução da receita, a mesma coisa acontecia também na despesa, mas agora ao contrário porque ela aumentava. Isto é, a taxa de execução da despesa aumentava, e a taxa de execução da receita diminuía. -----

----- Portanto, não era, de facto, um bom panorama para os lisboetas, e era natural que o Presidente da Câmara sentisse necessidade de ir ali saudar o visto do Tribunal de Contas para o PIPARU. É que a dependência que a Câmara tinha relativamente aos empréstimos era de tal ordem, que essa era mesmo uma boa notícia para a Câmara Municipal de Lisboa. Era sinal que teriam, provavelmente, nas próximas informações escritas, uma Cidade menos parada e menos dependente de visitas como a de Sua Santidade o Papa. -----

----- Mas houvera assuntos que desapareceram da informação escrita e que permanentemente dela constavam. Era o caso do Red Bull, por exemplo, de que hoje

ninguém falava. Mas o CDS-PP falara em tempo! Foram acusados de bota-abaxistas e de não querer um grande evento como esse na Cidade de Lisboa. Uma das razões pelas quais se manifestaram contra a assinatura dos protocolos que a Câmara Municipal de Lisboa, na altura, celebrara com a organização do Red Bull, tinha que ver com a falta de garantias por parte da Câmara Municipal de Lisboa no caso do evento não se poder vir a realizar. Não havia qualquer garantia, e aquilo que a Câmara investisse estaria perdido. -----

----- Pois bem, por caso o evento não se realizara em Lisboa, realizar-se-ia no Porto, mas se se tivesse mantido em Lisboa ele não se teria realizado, e os receios que o CDS-PP ali expressara teriam tido uma implicação prática. -----

----- Em resumo, e tendo em conta que já ali deixara claro alguns sinais de regozijo perante o trabalho que estava a ser feito na parte do planeamento, independentemente depois da concordância ou não com as soluções de fundo, era preocupante, do ponto de vista do CDS-PP, que a Cidade continuasse com informações escritas como esta, que demonstravam uma Cidade parada. Mas, mais do que isso, que do ponto de vista orçamental e de respeito pelo dinheiro dos cidadãos, pouca ou nada estivesse a ser feito para os ajudar a atravessar a crise que hoje todos enfrentavam, até a organização do Red Bull que nem dinheiro tinha para fazer um evento como esse. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que ia começar esta sua intervenção com uma referência muito breve a um tema que motivara, por parte do BE, um grande combate, uma grande energia e uma grande atenção, e registar ali a decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa relativamente à troca do Parque Mayer pelos terrenos de Entrecampos. A decisão não era uma decisão definitiva, era uma primeira batalha de uma guerra que iria ser longa certamente, mas era uma primeira vitória que aprazia registar. E gostaria de parafrasear aquele lendário camponês da Dinamarca dizendo que ainda havia juízes em Portugal. -----

----- Depois, disse que acompanhavam sempre as informações escritas do Sr. Presidente da Câmara com toda a atenção, e que eram sempre relevantes, não só pela informação que continham como pelas omissões em matérias muito importantes para a Cidade. E era exactamente sobre algumas das omissões do Sr. Presidente que se iria agora debruçar. -----

----- E a primeira dizia respeito à qualidade do ar no Túnel do Marquês. Surgiram notícias na imprensa relativas a um estudo feito pelo ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, segundo o qual o nível de poluição no interior do Túnel do Marquês era dez vezes superior às principais zonas urbanas da capital, chegando aos 500 microgramas de partículas na atmosfera por metro cúbico, tornando-o no local mais poluído de todo o País. -----

----- Referiu que o Sr. Eng.º Damião, coordenador do Gabinete do Túnel do Marquês, segundo a imprensa, dissera que os valores não ultrapassavam os limites e que não havia registo de qualquer anomalia desde que o túnel abrisse, há três anos. -----

----- Mas este era um assunto que os preocupava e que motivara o Grupo Parlamentar do BE a fazer uma pergunta ao Ministério do Ambiente, procurando saber, nomeadamente, os valores máximos mensais de um conjunto de parâmetros registados

no Túnel do Marquês, e também a indicação do registo, se fosse caso disso, de possíveis situações de anomalia observadas no período em análise. -----

----- No dia 17 do passado mês de Junho, o Chefe de Gabinete da Sra. Ministra do Ambiente enviara-lhes a resposta, e nessa resposta podia ler-se que na sequência da monitorização decorrente da declaração de impacto ambiental do projecto em causa, a Agência Portuguesa para o Ambiente tinha conhecimento de apenas um relatório referente a uma campanha realizada de 24 de Maio a 7 de Junho de 2007, tendo o proponente do projecto já sido notificado pela Agência do Ambiente, por diversas vezes, para o envio dos relatórios em falta. -----

----- Essa resposta dizia que na análise do relatório da campanha referida, a tal campanha de 2007, os valores medidos indiciavam o cumprimento dos valores limites legislados para a protecção da saúde humana, para os poluentes analisados no local da amostragem. E referia, ainda, que a declaração de impacto ambiental impunha medidas de minimização para a fase de exploração, de forma a garantir a qualidade do ar no interior do túnel, e a mesma declaração de impacto ambiental referia também que na sequência da monitorização do ar ambiente, e se os valores medidos excedessem o estipulado no Decreto-Lei 111/2001 deveriam ser adoptadas medidas adicionais pelo dono da obra. -----

----- Portanto, impunha-se ouvir a palavra do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre essa importante questão. Tinha ou não razão, o estudo efectuado pelo ISEL, respeitante à qualidade do ar no Túnel do Marquês e que apontava esse túnel como o local mais poluído do País? Tinha ou não razão, o coordenador do Túnel do Marquês quando afirmava que os valores não ultrapassavam os limites e que não havia registo de qualquer anomalia desde que o túnel abrisse há três anos? Essas afirmações do coordenador do Gabinete do Túnel do Marquês baseavam-se em que campanhas de medição de parâmetros relativos à qualidade do ar no túnel? Se se realizaram tais campanhas de monitorização da qualidade do ar, por que era que os seus resultados não eram públicos, e não eram comunicados à Agência Portuguesa para o Ambiente? -----

----- Recordou que o Chefe de Gabinete da Sra. Ministra do Ambiente referira que a Agência Portuguesa para o Ambiente já notificara várias vezes o proponente do projecto, ou seja, a Câmara Municipal de Lisboa para o envio dos relatórios em falta. Se tais campanhas de monitorização da qualidade do ar se não realizaram, qual a razão que o justificava? -----

----- Este, disse, era um tema de relevância para a Cidade de Lisboa, sobre o qual não poderiam deixar de ouvir a palavra autorizada do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Passando à questão do sector empresarial do Município, disse que estavam no início do mês de Julho, altura em que as empresas do sector empresarial municipal já deviam ter apresentados os seus relatórios e contas de 2009, e certamente já se teriam realizado as assembleias-gerais para a sua apreciação. Mas na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara não havia uma linha, ou uma palavra, sobre esse facto. -----

----- Poder-se-ia pensar que tudo corria no melhor dos mundos, mas a realidade que todos conheciam, não era, infelizmente, essa. Aliás, as notícias da imprensa nos

últimos dias de Junho não deixaram o tema esquecido. O jornal Público, de 23 de Junho, tinha um título que referia que a GEBALIS atribuía um prejuízo de dois milhões a imponderáveis, e previa lucros em 2010. O mesmo jornal, em 24 de Junho, titulava que Vereadora da Habitação da Câmara de Lisboa admitia extinguir empresa que geria bairros sociais. Aliás, nesta notícia até se referia que o CDS-PP e o PSD teriam defendido o fecho da empresa e a transferência das suas funções e dos seus funcionários para a autarquia. Bem-vindos a uma posição que o BE defendia de há muito, mesmo no tempo em que PSD e CDS-PP geriam, em conjunto, a empresa. -----

----- Mas o que se passava com as restantes empresas municipais? O PS certamente argumentaria, para pontuar a situação das empresas, com a pesada herança que recebera da anterior gestão do PSD e CDS-PP, e, de facto, a anterior gestão fora calamitosa. Mas era tempo de pôr ordem na casa! O BE tinha uma posição conhecida relativamente ao universo empresarial municipal, que tinha vindo a ser expressa nos seus programas eleitorais e nas suas intervenções. Algumas das empresas, na opinião do BE, não tinham justificação funcional suficiente, podendo e devendo as suas funções ser directamente asseguradas pela Câmara, e, por outro lado, tais empresas constituíam um encargo incompatível com a actual situação financeira da Câmara. ----

----- Este era, sem dúvida, um tema de muita importância para o Município e, por isso, o BE apresentara à Sra. Presidente da Assembleia uma proposta para a realização, na Assembleia Municipal, de um debate sob o tema: “Sector empresarial municipal – situação actual e perspectivas futuras”. -----

----- Continuando, disse que outras das omissões do Sr. Presidente da Câmara na informação escrita dizia respeito à denominada Carta Estratégica. O conjunto de documentos que constituíam a Carta Estratégica e que tinham sido apresentados à Assembleia pela Câmara, depois de elaborado um conjunto de pareceres pelas diversas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal foi retirada pelo Executivo para consideração dos pareceres elaborados, em 27 de Abril passado, em princípio por um mês. Ora, estavam em Julho e ainda não existiam notícias sobre a referida Carta Estratégica. -----

----- Disse que colocavam esta questão, não por considerarem que tal documento, ou conjunto de documentos, era indispensável ao processo de planeamento da Cidade, mas apenas para tentar obter informação sobre quais eram as perspectivas do Executivo relativamente à Carta Estratégica. -----

----- Era conhecida a posição crítica que o BE, desde o primeiro momento, manifestara relativamente ao processo de elaboração da Carta Estratégica. Não estava, nem nunca estivera em causa ou em discussão a valia técnica dos técnicos convidados para a elaboração do documento. Não era isso. Na realidade, o que sempre estivera em causa para o BE, foi que esse exercício do que poderia ser o processo de definição de uma estratégia para a Cidade, se revelara como um instrumento de propaganda do Presidente António Costa e da sua equipa, no último processo eleitoral. -----

----- Mas se questionaram o processo que foi mal iniciado com a elaboração da referida Carta Estratégica, consideravam fundamental, neste momento de crise financeira, económica, social, ambiental, energética e ideológica, a abertura de um

processo de planeamento estratégico. Citava Fonseca Ferreira, o que lhe parecia adequado na Assembleia Municipal de Lisboa: “O planeamento estratégico entendido como o processo de pensar e definir os futuros desejáveis e possíveis para uma entidade, neste caso Lisboa, e de concertar as decisões e medidas concretas prioritárias que devem ser tomadas hoje para que essa entidade, a nossa Lisboa, seja melhor amanhã”. Ou, dito de outra maneira e recorrendo ao mesmo autor, “o planeamento estratégico é o processo de mudança baseado numa análise participativa da situação e de evolução expectável com a utilização dos recursos escassos nos domínios críticos”.

----- Portanto, era exactamente em momentos de crise, como o que agora viviam, em momentos de mudança de paradigmas, que esse processo de intervenção e interacção política, cultural e social era mais útil e necessário.

----- Mas a maioria do Executivo municipal não revelava qualquer sensibilidade para essa questão. O seu processo de planeamento passava pela elaboração e aprovação de sucessivos planos de pormenor – na sua comunicação de hoje o Sr. Presidente referia mais dois –, passaria em seguida pela apresentação e posterior aprovação da revisão do PDM, e só posteriormente se pensaria e discutiria, talvez, uma estratégia para a Cidade, o Plano Estratégico.

----- Referiu que essa subversão das boas práticas do processo de planeamento das cidades e regiões, não tinha apenas inconvenientes teóricos. É que os planos de pormenor, e o plano de pormenor da Matinha era paradigmático, continuavam a privilegiar a construção de novas habitações que tinham um público-alvo, um nicho de mercado constituído pelo que se vinha designando de classe média alta. Seria que neste momento de crise se deveria continuar a prosseguir esse caminho? Seria que se ignorava que o endividamento do País não poderia continuar a crescer indevidamente e que as famílias não poderiam continuar a endividar-se para comprar casas? Não seria que estava na altura de passar a fundar as decisões não sobre o prolongamento dos dados e das práticas do passado, mas sim a partir de hipóteses construídas tendo em vista o futuro?

----- Um processo de planeamento poderia e deveria, no entender do BE, ser a oportunidade e o quadro possível desse processo participativo, desse processo democrático. Era essa a proposta e o desafio que deixavam ao Executivo e às restantes forças políticas.

----- **O Deputado Municipal John Rosas (MPT)**, no uso da palavra, disse que o MPT analisara a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, referente às actividades desenvolvidas no período referente aos meses de Março a Junho, tendo detectado algumas situações duvidosas que, no mínimo, gostariam de ver esclarecidas.

----- Porém, antes de enumerar essas situações, desejava, em seu nome pessoal e no do MPT, que ali representava, congratular o Sr. Presidente da Câmara e todos aqueles que tornaram possível a candidatura do Fado a Património Cultural e Imaterial da Humanidade da UNESCO, iniciativa que consideravam como um feito importante de e para a Cidade de Lisboa.

----- Passando às situações que na informação escrita lhes levantaram algumas dúvidas, começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara, no que dizia respeito ao plano de pormenor de salvaguarda da Baixa Pombalina, referia que foi estabelecida, como opção estratégica, a criação de um espaço público de qualidade, pelo que perguntava o que queria isso dizer, quando, se atentassem ao que existia, ou melhor ao que não existia na Praça do Comércio, verificavam realmente a falta quer de equipamento para descanso dos transeuntes, vulgo bancos do jardim, quer de áreas verdes. Gostariam de saber onde metera o Sr. Presidente a componente verde desse plano de pormenor. -----

----- De facto, o Sr. Presidente ainda referia que a Praça do Comércio, onde era agora possível passear sem o sobressalto dos carros, passava a estar mais desfrutável, as caminhadas eram agora mais calmas e o espaço passara a estar mais convidativo para a permanência, a Praça do Comércio era uma praça das pessoas e para as pessoas. Seria que era de facto? -----

----- O Sr. Presidente já passara pela Praça do Comércio em pleno verão, sem uma única árvore que lhe pudesse dar sombra e frescura? Seria que a Praça do Comércio, que agora já não tinha o sobressalto dos carros, também passaria a não ser assolada pelas pessoas que, em fuga ao sol, preferiam deambular por locais mais frescos e verdes, logo mais aprazíveis? -----

----- E o mesmo se diria no que respeitava ao projecto de requalificação do espaço público da Ribeira das Naus, onde, tirando alguns mamarrachos que ali perto foram recentemente construídos, do verde pouco ou nada se vislumbrava, bem assim como na reformulação do conceito de circulação para a frente ribeirinha e Baixa Pombalina, entre Santa Apolónia e o Cais do Sodré. -----

----- Relativamente ao plano de pormenor das Amoreiras, disse que o Sr. Presidente referia que era uma charneira de articulação entre o novo pólo de Alcântara e o eixo central da Cidade, rematando logo de seguida que com essa proposta se pretendia consolidar a zona das Amoreiras enquanto área central, reestruturando o território desqualificado entre o Bairro de Campo de Ourique e o complexo das Amoreiras, pelo que lhe perguntava, para além do espaço do Depósito da Água, espaço de respiro e de enquadramento paisagístico fundamental que o Sr. Presidente referia na sua intervenção, que outros locais de respiro e de enquadramento paisagístico, isto é locais verdes, estariam previstos para a zona das Amoreiras, de forma a não permitir uma desqualificação ainda maior que a já existente. -----

----- Perguntou, depois, há quanto tempo não deambulava o Sr. Presidente pelos tais locais aprazíveis que descrevia na informação escrita, e que se situavam nessa zona da Cidade, lugares esses como o espaço do Depósito da Água. Seria que o Sr. Presidente vislumbrava uma Cidade que só aos seus olhos existia? O tal espaço do Depósito da Água, espaço de respiro e de enquadramento paisagístico fundamental, que no entendimento do Sr. Presidente estabelecia uma relação com Monsanto, era um local onde abundavam ratazanas e todo o tipo de lixo urbano. -----

----- E por falar em lixo e ratazanas, desejava chamar a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Vereador do Ambiente para o facto de existirem em Lisboa locais de perigosidade

agravada pela ineficácia dos serviços responsáveis pela recolha dos resíduos urbanos. É que havia para ali, nos confins de Alcântara, viadutos repletos de lixo e de ratazanas que eram um verdadeiro atentado à saúde pública e um convite à disseminação de todo o tipo de doenças e infecções. -----

----- Como era que se podia admitir que às portas de alguns dos serviços camarários responsáveis pela preservação e manutenção do ambiente da Cidade, neste caso concreto o Departamento de Ambiente e Espaços Verdes e a Divisão de Controlo e Fiscalização do Espaço Público, pudessem existir locais como os que acabara de referir? Como é que era possível que o viaduto que fazia a ligação entre a Av. 24 de Julho e a zona das Docas, viaduto esse pelo qual passavam todo o tipo de pessoas desde munícipes a turistas, pudesse estar num estado tão deplorável de abandono e imundície? Seria de perguntar se o que se pretendia era de facto permitir a todos uma descida educativa ao inferno dantesco que por ali se instalara, mesmo nas barbas da Câmara Municipal, onde pulavam ratazanas juntamente com lixo de toda a espécie e feitio. -----

----- Como era possível que a Cidade tivesse chegado a esse ponto? Como era possível que logo ali ao lado de instalações camarárias, houvesse um foco de ratazanas e lixo? Era essa a imagem que se queria transmitir da Cidade de Lisboa? ----

----- Seria que tudo isso era consequência da incúria dos serviços camarários, ou seria antes consequência imediata e lógica do desnorte que ultimamente o Executivo camarário vinha demonstrando? Seria que esta, como muitas outras situações similares, teria mais que ver com o facto dos próprios funcionários camarários aparentarem ultimamente grande desmotivação e falta de objectivos face aos cortes que, absurdamente e a torto e a direito, o Executivo os tinha obrigado? -----

----- E, a propósito, porque se tratava de matéria da mais elementar justiça, cumpria-lhes perguntar ao Sr. Presidente se a informação que lhes foi dada de que em alguns serviços camarários os respectivos funcionários não estariam a receber as horas extraordinárias que lhes eram devidas, era verdadeira ou falsa. Se era verdade que, por decisão pessoal do Sr. Presidente, os funcionários do Departamento de Acção Social, aos quais foi autorizado pela respectiva chefia directa a prestação de trabalho extraordinário, em Maio passado, e não lhes foi paga a correspondente compensação remuneratória a que tinham e continuavam a ter direito. -----

----- E gostaria também de saber se era verdade que essa decisão foi transmitida aos funcionários durante o mês de Junho, isto é no mês a seguir à prestação do referido trabalho extraordinário. Retroactividade da decisão, Sr. Presidente? Parecia moda que esse tipo de medidas danosas para aqueles que efectivamente trabalhavam passassem a baixar do Governo Central para o Poder Local. -----

----- Diferentemente daquilo que o Sr. Presidente pudesse estar a imaginar, ninguém gostava de trabalhar sem receber o justo valor pelo trabalho prestado. Portanto, como pretendia o Sr. Presidente tratar dessa situação? Obrigar os trabalhadores a prestar horas extraordinárias e depois, *a posteriori*, simplesmente mandar alguém transmitir-lhes que, por caprichos de Sua Excelência o Sr. Presidente da Câmara, não se pagava

nada. Talvez compensasse saber a esses funcionários que a despesa se cortava onde dava mais jeito e não onde ela deveria ser efectivamente cortada por desnecessária. ---

----- Como desnecessário seria certamente aquele tipo de parceria com ordens, associações e outras quantas organizações que nenhuma mais-valia acrescentavam ao trabalho desenvolvido pelos funcionários camarários, mas que este Executivo camarário pretendia favorecer. -----

----- Disse que a Câmara Municipal seguia um rumo muito torto, para não dizer tortuoso. Inevitavelmente o Sr. Presidente teria tempos de contestação social, quando tal seria perfeitamente desnecessário. -----

----- Estas, disse, eram apenas algumas das dúvidas com que ficavam e que gostariam de ver clarificadas, da análise que efectuaram à informação escrita referente aos meses de Março a Junho do corrente ano e à notícia que receberam sobre o não pagamento das horas extraordinárias realizadas pelos funcionários da Câmara. Razão tinham para dizer: “Presidente, *sic transit gloria olissipo*”. -----

----- **O Deputado Municipal Gonçalo da Câmara Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que as Juntas de Freguesia eram o centro de vida e gestão da Cidade de Lisboa, porque ao estarem mais próximos dos cidadãos podiam acorrer de forma célere e eficaz às necessidades dos seus habitantes. -----

----- O PPM, como partido municipalista que incentiva a descentralização de poderes e competências, via com agrado a tentativa de delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Esse protocolo, que alargava o âmbito dos poderes das freguesias, devia ser encarado como mais um passo a dar para uma política de proximidade com as populações. -----

----- Era por isso que encaravam com agrado a transferência de serviços como o LX Porta-a-Porta para o domínio das freguesias. Surgia, a esse propósito, a proposta 303/2010, que votariam a favor, e que tinha a ver com a nova repartição de encargos do montante da despesa decorrente do procedimento para a prestação de serviços de aluguer de 16 a 21 viaturas para a frota do projecto LX Porta-a-Porta. -----

----- Era importante que fossem as Juntas de Freguesia, participantes deste projecto, a gerir as futuras necessidades do mesmo, e uma redução dos encargos seria sempre positiva. -----

----- Todavia, a aprovação do PPM não se iria estender às propostas 331/2010 e 332/2010, que tinham a ver com a aprovação das novas repartições de encargos relativos à prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins. O PPM, desde o início da legislatura, vinha alertando a Assembleia para essa situação que considerava injustificável. Não se compreendia como era que se continuavam a adjudicar serviços externos de jardinagem, quando supostamente a Câmara deveria ter jardineiros. A contratação de pessoal em regime de prestação de serviços, e por isso externo, deveria ser uma excepção e não a regra. -----

----- Assistiam continuamente a este tipo de propostas por parte do Sr. Vereador Sá Fernandes, mas a tal Escola de Jardineiros, que há muito prometera, continuava a não existir e a Câmara continuava a desperdiçar dinheiro na contratação de serviços.

Assim, não se formava pessoal competente e permanente e continuariam a assistir ao desfile de apresentação de propostas como estas. -----

----- Disse que descentralizar implicava delegar competências e ninguém melhor que as Juntas de Freguesia para cuidarem dos jardins e espaços verdes que estavam nas suas áreas de jurisdição. Elas saberiam, desde que tivessem mão-de-obra qualificada ao seu dispor, cuidar daquilo que era seu, e a concorrência entre as Juntas de Freguesia no embelezamento dos jardins poderia ser um factor de melhoramento da qualidade dos espaços verdes. -----

----- Seguidamente, referiu que era da competência da Câmara zelar pelo património que lhe pertencia, mas, infelizmente, o que viam cada vez com mais frequência eram edifícios históricos e com interesse arquitectónico abandonados, em estado avançado de degradação e sem qualquer utilização. -----

----- Chegava-lhes agora a informação que a Câmara pretendia alienar, para exclusivo uso hoteleiro, o Palácio Pancas Palha e o Palácio do Machadinho. Não tendo a Câmara os meios necessários à sua conservação, esses imóveis, a curto espaço de tempo, iriam a caminho da degradação, pretendendo a Câmara aliená-los de forma a que eles pudessem ser alienados passando para o domínio privado. Não sendo essa uma decisão consensual, era no entanto melhor do que abandonar os imóveis à ruína completa. -----

----- Porém, o PPM gostaria de ver salvaguardados os interesses camarários nesse projecto. Face a experiências anteriores como o Palácio da Rosa, o Palácio Castelo Melhor e o Palácio Braamcamp Freire, era importante certificar que a entidade privada iria proceder à requalificação e abertura do imóvel num limitado espaço de tempo. O apoio dos serviços camarários na aprovação e acompanhamento desse projecto era essencial. O interior desses palácios era tão importante como as suas fachadas exteriores, e a sua adaptação teria sempre que ter em conta a preservação do conceito de interiores das épocas em que foram construídos, assim como o ambiente envolvente. -----

----- Relativamente à informação sobre a circulação na frente ribeirinha e Baixa Pombalina, entre Santa Apolónia e ao Cais do Sodré, disse que o PPM não concordava com o Sr. Presidente da Câmara que esse projecto fosse um sucesso. O plano de mobilidade para essa zona merecia a crítica dos comerciantes da Baixa que viam cada vez mais a sua facturação diminuir face à redução do número de pessoas que ali se deslocavam diariamente. -----

----- Aquando da apresentação desse plano pelo Executivo, o ACP apresentara um estudo que contrariava os números indicados pela Câmara Municipal de Lisboa, já que, segundo essa entidade, o número de 5.500 veículos que a Câmara dizia circular no Terreiro do Paço em hora de ponta, era fantasioso. Logo, as percentagens de redução da circulação apresentadas na informação escrita não eram as mais correctas. -----

----- Se essa medida tinha como objectivo central a requalificação e revalorização dos espaços públicos dessas zonas e a dissuasão da utilização da marginal ribeirinha no atravessamento da Baixa, era caso para perguntar o que iriam fazer os comerciantes

dessas áreas. Sem dúvida que era importante deixar as coisas bonitas para os turistas, mas não se estariam a esquecer dos comerciantes e das pessoas que ali se deslocavam todos os dias, e que desde esta intervenção consideravam ser quase impossível circular naquela área? Como poderia o comércio tradicional concorrer com os centros comerciais e hipermercados, se cada vez mais tinha a vida dificultada? -----

----- E agora era caso para dizer, nestes 100 anos da República, que o povo era sempre o último a ser escutado. O encerramento do Terreiro do Paço à livre circulação, era realmente a justa comemoração do Centenário da República, que também ela condicionava a livre circulação de ideias. Lembrava a alínea b) do artigo 288º da Constituição Portuguesa. -----

----- A terminar, disse que a leitura da verdadeira História de Portugal estava a fazer falta ao Sr. Presidente da Câmara. A escola pública foi criada pelos governos liberais do Reino de Portugal, bastava ver a data da fundação da maioria delas. A República de Salazar também a acarinhara como agora se estava a fazer, e aproveitaram-se para controlar as mentes e reinventar a história para eternizarem no poder esta forma republicana de governo que os portugueses não escolheram nem referendaram. -----

----- **A Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, disse que analisaram com atenção a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, referente ao período de 31 de Março a 11 de Junho, e depois dessa leitura ficaram com algumas dúvidas pois parecia que tudo estava bem em Lisboa, pelo que se perguntavam se esse documento se reportava à mesma Cidade de Lisboa. É que parecia que não. Parecia que na cidade de que o Sr. Presidente falava só se faziam bons projectos. -----

----- Pois bem, passariam então a analisar o que se passava realmente na Cidade, situações sobre as quais a documentação disponibilizada nada dizia, obviamente porque não seria do interesse do Executivo falar nessas situações. -----

----- Sobre a reabertura do Jardim Constantino, na Freguesia de São Jorge de Arroios, que acontecera no passado dia 19 de Abril, dizia-se que o jardim fora reaberto e que dispunha agora de um novo quiosque com esplanada. Era verdade que o quiosque estava lá e a funcionar, mas o mesmo não podiam dizer do lago que continuava sem água e das casas de banho que continuam encerradas. Tanto as do novo quiosque como as existentes nas instalações sanitárias que foram há muito encerradas. -----

----- Lembravam igualmente que esse quiosque, decorado com seis painéis de azulejos, fazia parte do património edificado do jardim, e também não se percebia como se procedia a uma requalificação do espaço e esse mesmo quiosque continuava com os vidros partidos. -----

----- Uma outra questão prendia-se com o facto de no passeio envolvente ao jardim e frente ao lago se encontrarem vários tubos, saídos do chão, à espera que se fizessem as ligações. Entretanto, e enquanto a situação não se resolvia, continuavam a ter um conjunto de tubos saídos do chão e os frequentadores do espaço a não poderem utilizar as instalações sanitárias. -----

----- Também não percebiam por que razão esse espaço estivera fechado ao público durante tanto tempo e só agora, mais precisamente há duas semanas, foram substituídos os baloiços do parque infantil. Ficavam francamente muito agradecidos

se lhes prestassem esclarecimentos nesse sentido, para tentarem perceber como funcionava esta Câmara, porque à primeira vista esta situação não lhes parecia muito lógica. O mais lógico seria, e era essa a pergunta que deixavam: porque não foram os baloiços reparados ou substituídos na altura em que o parque estivera encerrado? -----

----- Por outro lado, na página 12 da introdução da informação escrita era feita referência à reabertura da Praça do Comércio. Era dito que, citou, “...Lisboa recebeu um espaço renovado para as pessoas fruïrem...”, e ainda que “...o espaço está mais convidativo à permanência.” -----

----- Não lhes parecia que essa afirmação correspondesse de todo à realidade, porque, neste momento, a Praça do Comércio constituía apenas um ponto de passagem dos turistas e pessoas que se deslocavam desde a Rua Augusta até ao Cais das Colunas, onde, aí sim, permaneciam algum tempo e se a maré o permitia sentavam-se mesmo em pleno cais. E ainda a passagem daqueles que utilizavam a Estação Fluvial Sul e Sueste. -----

----- O mobiliário urbano existente neste momento resumia-se a meia dúzia de bancos e canteiros, e inclusive aqueles que se encontravam em frente ao Martinho da Arcada serviam muitas vezes para delimitar um suposto espaço de estacionamento para veículos do Estado afectos aos Ministérios. Era, por isso, uma raridade ver alguém sentar-se nesses bancos. -----

----- Uma outra questão que os deixava desolados nessa nova praça era a inexistência de árvores, sob o mero pretexto de que iriam segmentar o espaço e ainda que, uma vez que a Av. Ribeira das Naus seria arborizada, não faria sentido deturpar a Praça do Comércio, isso segundo palavras do autor do projecto. Era-lhes difícil imaginar, no pico do calor em pleno Verão que as pessoas permanecessem algum tempo na praça. “Os Verdes” consideravam que aí se perdera uma valiosa oportunidade de efectivamente transformar a praça de forma a que as pessoas dela pudessem usufruir e não apenas como ponto de passagem. -----

----- Também uma nota sobre os novos candeeiros que lá foram colocados: não percebiam por que razão se optara por equipamentos de traço moderno e qual o destino dos candeeiros da época? Apesar de bastante recentes no Terreiro do Paço, esses candeeiros têm sido alvo de críticas. Ponderava a Câmara corrigir esse erro, essa má opção? -----

----- E queria também lembrar a vergonha e o estado em que estava a calçada portuguesa, junto à paragem dos eléctricos. Basta passar por lá e verificar que metade estava coberta por um tapete de cimento e outra metade ainda tentava resistir para que a olhassem e não a deixassem ao abandono. Esperavam que com as futuras intervenções ainda a realizar, essa situação fosse resolvida e assim não ficasse. -----

----- Era também referida na informação escrita a reabertura do Jardim França Borges, no Príncipe Real, e era possível encontrar a seguinte referência: “quem hoje se desloque ao local não pode deixar de, com seriedade, se congratular com o resultado da intervenção”. -----

----- Queria com isto a Câmara dizer que as contestações que se levantaram contra o modo como estava a ser feita essa intervenção eram pouco sérias? Queria acreditar

que não era bem isto que se queria dizer, pois, com seriedade, deveriam ter sido consideradas as opiniões e recomendações que surgiram ao longo de todo esse processo. A verdade era que apesar de tudo o que Câmara quisera ignorar, as contestações e críticas mantinham-se, a nível das condições do novo pavimento que continha micro partículas de vidro e a nível do estado das espécies arbóreas, uma vez que, das quatro liquidambares plantadas apenas uma se encontrava de boa saúde, e o mesmo se pode dizer da tília. -----

----- Mas caso restassem dúvidas aconselhavam a consultar o blogue dos Amigos do Príncipe Real. -----

----- Continuando, disse que na página 134, no relatório do Sector de Estudos e Pareceres da Direcção de Protecção Civil, Segurança e Tráfego, era referida a realização de um Parecer sobre um parque de estacionamento temporário no antigo Hospital de Arroios, que antes disso fora um Convento. Lembravam que, no final do ano passado, foi aprovada, em reunião de Câmara, a declaração de nulidade de um projecto urbanístico para esse antigo hospital, que previa a construção de um empreendimento de habitação e comércio, uma vez que nele existiam duas violações ao Plano Director Municipal. Além disso, previa-se a demolição quase integral do hospital. -----

----- Mas, sobre essa questão, solicitavam que o Executivo lhes prestasse alguns esclarecimentos, designadamente: -----

----- Quais os resultados desse Parecer. -----

----- Se se confirmava a construção desse parque de estacionamento, e, se sim, qual o espaço a ocupar, e, ainda, se ia ser temporário e por quanto tempo. -----

----- O que ponderava a Câmara Municipal fazer relativamente ao património do antigo hospital, e o que se ia fazer em relação à igreja, ao pátio, e ao volume setecentista do antigo Convento e seu interior. -----

----- E, por fim, se a Junta de Freguesia e os moradores têm estado envolvidos nesse projecto. -----

----- Passou, de seguida, a um outro assunto já muito discutido pela Assembleia Municipal, a sede da Cofina, dizendo que, segundo algumas notícias recentes, o novo edifício do grupo de comunicação social Cofina, que estava a ser construído junto ao Estádio da Luz, fora há duas semanas embargado pela Câmara. No entanto, ainda durante alguns dias os trabalhos prosseguiram. -----

----- Recordou que têm sido inúmeras as queixas apresentadas pelos moradores, reclamando a ilegalidade desse edifício que surgira colado aos seus prédios, que se encontravam literalmente entaipados por essa edificação que tem vindo a reduzir a privacidade, a salubridade, as vistas e os acessos de segurança. Em suma, a qualidade de vida dos moradores. -----

----- Numa tentativa de minimizar as consequências dessa construção, o Sr. Vereador do Urbanismo assumira um compromisso com os moradores afectados, no sentido da criação de um corredor para afastar a placa do edifício da Cofina dos prédios. Mas parecia que aquilo que estava prometido aos moradores acabava por não se concretizar uma vez que, de acordo com os fiscais que efectuaram a vistoria à obra em

curso, deixava de ser possível a colocação do revestimento vegetal da cobertura já que o espaço para o fazer era reduzido. -----

----- E era reduzido porquê? Porque o espaço estava ocupado por condutas e caixas dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado. -----

----- Portanto, “Os Verdes” gostariam de saber em que ficavam, e se a autarquia já tinha conhecimento de alguma alternativa para que se cumprisse o que se prometera aos moradores? -----

----- **O Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)**, no uso da palavra, disse que não estava a pensar intervir, mas as intervenções que têm acontecido obrigavam-no a tomar uma posição, essencialmente em relação a um aspecto que foi várias vezes referido. -----

----- De facto, ao aludir ao Terreiro do Paço, a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara referia um espaço de acolhimento e os Deputados Municipais que intervieram falaram que efectivamente esse espaço não estava melhorado. -----

----- Portanto, intervinha para dizer que, no seu entendimento, estava certo o que lá estava, fora os erros que foram cometidos, mas essa era outra conversa e não queria alongar-se de maneira nenhuma. -----

----- Efectivamente, o espaço do Terreiro do Paço era um espaço monumental, um espaço simbólico, um espaço com um valor enorme do ponto de vista patrimonial. E não era um espaço de convívio, um espaço para estar, não era cómodo. Se já lá estiveram sabiam perfeitamente que era um espaço ventoso, que era um espaço aberto e que não era acolhedor no sentido da estadia. -----

----- Portanto, era um espaço que tinha um significado único, um espaço que era uma praça real que agora era símbolo nacional, o centro da Cidade e do País, um espaço que não tinha que ter árvores, um espaço construído que não era um espaço para ser vivido, para estar lá a ler o jornal e a beber uma bica. Não, era um espaço com outras características. -----

----- Por isso, se era vazio, era vazio! E que não tivessem medo do vazio, que não tivessem medo do silêncio, porque era importante, havia espaços assim nas grandes cidades, que eram espaços vazios mas que tinham um significado e uma importância muito grandes. -----

----- Depois, aludindo ao plano referido pelo Sr. Presidente para o Parque Mayer, que incluía todos os logradouros e o espaço do Jardim Botânico, disse que aí tinham as maiores dúvidas em relação àquilo que estava previsto quanto ao Jardim Botânico. Havia algumas observações, feitas na imprensa e em petições, que chamavam a atenção para a importância que determinadas opções tinham em relação à viabilidade do próprio Jardim Botânico. -----

----- Era para esse aspecto que queria chamar a atenção, havia outras coisas para dizer, mas o tempo de que dispunham era muito curto. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que ouviram há pouco a intervenção do Sr. Presidente sobre a informação escrita em análise, referente aos últimos dois meses e meio da governação da Cidade. -----

----- Como era expectável num documento destes, ele incidia num conjunto de actos com impacto discursivo, e propagandístico até, com um caris claramente positivo, querendo deixar em quem ouvia a imagem de uma Cidade em que tudo ia bem. Mas esse discurso, tão alheado dos reais problemas da Cidade, só podia ter uma de duas explicações: ou era de alguém que sendo incapaz de resolver os problemas da Cidade pretendia escondê-los e iludir os lisboetas, ou se tratava de alguém que manifestamente estava longe da realidade da Cidade, mais preocupado com a iminente sucessão da liderança do PS. -----

----- Disse que o PSD, na Assembleia Municipal de Lisboa, não geria a sua prestação como oposição, desejando que quanto pior o Sr. Presidente da Câmara governasse a Cidade melhor para o PSD. Não! No PSD queriam também o melhor para Lisboa. Foram eleitos porque defenderam e apoiaram um programa alternativo ao do PS para Lisboa, e que convictamente continuavam a considerar que era o melhor para a Cidade. Muitos lisboetas votaram nesse programa e nos homens e mulheres do PSD que ali se sentavam, com a legitimidade dos seus votos para representar os lisboetas igual à que o Sr. Presidente da Câmara tinha. -----

----- Desse modo, não se sentiam diminuídos na função de oposição, quando, e sempre que se justificasse, salientassem decisões tomadas pela Câmara que pudessem ser indiciadoras de efectivas melhorias para a Cidade. -----

----- Nesse âmbito, não poderiam deixar de considerar um benefício evidente para os lisboetas, em particular para uma zona da Cidade carenciada desse tipo de infra-estruturas, a cedência dos terrenos do antigo quartel da Graça, pertencentes ao Ministério da Defesa, que permitiriam a sua reconversão numa nova zona verde da Cidade de Lisboa. Veriam como ela se iria desenvolver, porque, como o Sr. Presidente muito bem sabia, os exemplos e os comportamentos que tinham vindo da Vereação com o Pelouro nessa área, têm sido muito pouco ortodoxos numa lógica de esconder mas fazer contra os cidadãos, em que os fins justificavam muitos dos meios e que muitas vezes eram pouco transparentes, como ficara demonstrado no recente processo do Jardim do Príncipe Real. -----

----- Mas que lhe permitisse o Sr. Presidente que aproveitasse este momento, porque não surgira melhor oportunidade, para referir um assunto que lhe expusera na reunião da Assembleia Municipal, no dia 2 de Março último. -----

----- Nessa reunião, alertara para a inexistência de uma tomada de posição pública por parte do Sr. Presidente da Câmara, a exigir à Administração do Metropolitano de Lisboa o rápido restabelecimento do espaço público da Cidade, afectado pelas obras de prolongamento da Linha Vermelha até São Sebastião. Pois bem, valera a pena a chamada de atenção do PSD e a subsequente afirmação do Sr. Presidente de falta de confiança na Administração do Metropolitano de Lisboa, pois, finalmente, a Alameda D. Afonso Henriques começava a renascer e certamente em breve voltaria a ser o espaço verde de outros tempos, ao dispor dos lisboetas. -----

----- Contudo, o Sr. Presidente da Câmara iria precisar de insistir ainda mais junto da nova Administração do Metropolitano, porque Lisboa continuava a sofrer, para além daquilo que seria admissível, com essas obras do Metropolitano. Como muito bem foi

exposto pelo Deputado Municipal Nelson Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, na moção apresentada e aprovada, por maioria, na última reunião da Assembleia, o cenário de caos em que o Metropolitano de Lisboa deixara, há mais de um ano, a Av. Duque D'Ávila e artérias adjacentes, não era admissível. Um caos de ruas esburacadas e estaleiros abandonados, de barreiras à circulação de peões e um entrave à mobilidade dos residentes, uma penosa realidade para os moradores, comerciantes e para quem diariamente atravessava essa zona de Lisboa.-----

----- Se era certo que algumas das responsabilidades, e muitas naturalmente, cabiam ao Metropolitano de Lisboa, como ficara evidente na moção então apresentada pelo PSD, do mesmo modo era claro que o Sr. Presidente da Câmara tinha também responsabilidade pela incapacidade que tem demonstrado em gerir uma Câmara que deveria fiscalizar e exigir boas práticas de quem intervinha na Cidade. -----

----- Mas sobre o Metropolitano de Lisboa algo mais grave parecia estar a preparar-se. É que, de acordo com notícias, não desmentidas, divulgadas na comunicação social, o Governo admitia a possibilidade de abrir a privados a gestão da rede do Metropolitano de Lisboa, o que, a ser verdade, seria uma decisão inadmissível para ser aceite de modo silencioso, sendo que, sobre esse assunto, a resposta do Sr. Presidente da Câmara, até agora, fora o mais absoluto silêncio. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa não podia ser posta à margem de uma definição estratégica nos transportes que serviam a Cidade, se o Governo queria fazer uma alteração no modelo de gestão do Metropolitano de Lisboa, então seria bom que soubesse, publicamente e pela voz do Presidente da Autarquia, que só o poderia fazer em diálogo e em concertação prévia com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Era este o desafio que deixava, sendo certo que o Sr. Presidente da Câmara, sobre esta matéria, teria o apoio do PSD. -----

----- Continuando, disse que Lisboa já se apercebera que a maioria da Câmara, do alto da sua altivez política, quando olhava para a Cidade via, e passava a citar o Sr. Vice-Presidente, Vereador Manuel Salgado, “uma cidade de velhos e de pobres” e começava a ser cada vez mais perceptível que era essa a verdadeira visão que o actual Executivo municipal tinha sobre Lisboa. O Sr. Vice-Presidente queria reduzir ainda mais o acesso automóvel à Baixa, com as implicações que se conheciam a nível da mobilidade da Cidade como um todo, sem precaver a sustentabilidade dessa alteração no resto da Cidade, não salvaguardando as necessárias adaptações, enquanto que, quase ao mesmo tempo, outro Vereador da mesma equipa defendia uma abordagem diametralmente oposta. -----

----- De facto, não há muito tempo, o especialista em transportes, Fernando Nunes da Silva, agora Vereador da maioria da Câmara, defendia que o novo conceito de circulação para a frente ribeirinha, aprovado pela Câmara Municipal, estava fundamentado em pressupostos errados e que não estavam avaliados os impactos das alterações previstas no conjunto da Cidade, e em particular na zona da Baixa-Chiado, alertando então para as consequências do projecto que seriam muito gravosas para a Cidade. -----

----- Em conclusão, as obras que teimosamente o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente quiseram levar em frente na mobilidade do coração da Baixa, sem ouvir quem quer que fosse, fizeram com que o trânsito caótico alastrasse por toda a Cidade. Agora, lá vinha mais uma alteração na mobilidade da Baixa, a partir de Agosto, segundo o que vinha sendo anunciado. Desta vez, supostamente, liderada pelo Vereador Nunes da Silva. -----

----- E das duas uma: ou o que se fizera estava efectivamente mal feito, ou o Prof. Nunes da Silva estava incompreensivelmente errado e agora tivera que ceder aos projectos do Vice-Presidente Manuel Salgado. Perante essas hipóteses, alguém teria de assumir, politicamente, as responsabilidades perante os lisboetas, que têm sofrido, nos últimos meses, as agruras de quem não tivera a preocupação de pensar a Cidade como um todo, e provocara elevados custos para o trânsito e para quem circulava na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que ouvindo a intervenção do Sr. Presidente não se escutara uma visão para a capital do País em matéria de reabilitação urbana, que deveria ser a prioridade, como aliás tem sido afirmado, numa cidade que possuía mais de um milhar de edifícios em grave risco de segurança, e a esses se acrescentavam perto de sete mil que estavam classificados como em mau estado de conservação. -----

----- Mas o PSD entendia que não quisesse falar deles, porque não ficava bem na fotografia que queria mostrar. No entanto, eles estavam aí, de facto, aos olhos de todos aqueles que andavam pela Cidade, a cair e a arder aos poucos. Em Dezembro, um incêndio no edifício do Hot Clube, depois um incêndio na Rua Nova do Almada, um incêndio no Palácio D. Rosa e um incêndio no Rossio já este ano, a que se juntavam as derrocadas de prédios em Alfama, na Graça, na Mouraria e em São Bento, mais uma derrocada parcial da estrutura de um prédio na Av. 5 de Outubro e ainda na semana passada mais um incêndio num prédio em Lisboa. Enfim, uma lista que os lisboetas não paravam de ver crescer todas as semanas. -----

----- Pediu que o Sr. Presidente não viesse de novo dizer que o estado de decadência acelerada em que a Cidade se encontrava presentemente não era da sua responsabilidade, porque, de facto, muitos desses edifícios, apesar do recente ímpeto do Sr. Presidente de expropriar, ainda eram propriedade privada, mas nem por isso a Câmara Municipal de Lisboa e o seu Presidente se podiam alhear. Lisboa não podia olhar impávida e serena para a Cidade a ruir, e este cenário não se resolvia com nenhum PIPARU. -----

----- Aliás, a propósito do PIPARU, perguntava como foi possível demorar seis meses até obter o visto do tribunal de contas, quando o prazo previsto era apenas de 30 dias. Houve algumas falhas na documentação? Houve esclarecimentos que foram pedidos? Importava saber que erros ou omissões houvera na entrega do processo, que levaram o Tribunal de Contas a demorar tanto tempo até conceder o visto para este empréstimo. -

----- Perguntou qual era o plano do Sr. Presidente para inverter este caos no que dizia respeito à decadência e ao estado de ruína na Cidade de Lisboa. O PSD sabia. Não tinha nenhum! Mas era justo referir, apesar de tudo, que a resolução desse problema não dependia só da Câmara, dependia também, e em larga escala, de medidas de

iniciativa do Governo. Um Governo socialista, que tardava em tomar medidas para resolver esse problema. -----

----- Era deste modo, deixando cair os edifícios sem tomar nenhuma medida, que o Sr. Presidente queria que se fizesse a requalificação das zonas antigas da Cidade? Deixar cair o que estava velho para promover novos edifícios, continuando-se a descaracterizar a Cidade? Não era possível esperar mais tempo, se o Sr. Presidente não conseguia enfrentar a dramática realidade do estado da habitação em Lisboa, que o dissesse claramente, e podia começar por o fazer hoje nesta reunião da Assembleia. -

----- Seguidamente, falando do processo de alienação à REN – Rede Eléctrica Nacional, de um importante património de Lisboa para aumentar a área da subestação dessa empresa no Zambujal, perguntou o que lhes tinha o Sr. Presidente a dizer sobre esse ataque brutal a Monsanto, em relação ao qual os lisboetas ainda se interrogavam sobre a posição da Câmara Municipal. Ao abrigo de quê a Câmara Municipal aceitara abdicar daqueles cerca de 5.000 m² do seu Parque Florestal? Ao abrigo de uma legislação que levantava as mais diversas dúvidas quanto à sua aplicabilidade. -----

----- Aliás, a esse propósito, ainda hoje aguardavam que o Sr. Presidentes lhes justificasse como a Câmara pudera utilizar esses pressupostos legais, sem ter certeza da sua aplicabilidade. Esperavam há 128 dias pela resposta ao requerimento que dirigiram à Câmara pedindo esses esclarecimentos. Fizeram uma insistência sobre esse pedido de esclarecimento há 55 dias, e continuavam à espera de resposta da Câmara. Num total, claro e evidente desrespeito pela Assembleia Municipal, o Sr. Presidente teimava em não dar resposta aos requerimentos que lhe apresentavam. -----

----- O Sr. Vereador Sá Fernandes referira que havia 1.400.000 euros de compensações da REN pelo abate desenfreado de dezenas de árvores. Era esse o preço por que vendia a defesa da sustentabilidade ambiental de Monsanto? Referira, ainda, que o valor em causa serviria para requalificar zonas adjacentes ao corredor verde que ligava Campolide ao pulmão da Cidade, e, por este andar, até podia ter um corredor verde, mas, como algumas ciclovias, não ligaria a coisíssima nenhuma, porque da forma como tratava Monsanto até o pulmão desapareceria. -----

----- Que se visse o que se passara ainda recentemente no Alto da Ajuda. O Festival Delta Tejo realizava-se desde 2007, logo no seu primeiro ano tiveram a preocupação de minimizar o impacto que a realização de um evento dessas características poderia ter no ecossistema do parque. Sempre existira a definição estratégica de se privilegiar a integração da intervenção de eventos na estrutura ambiental do parque, mas este ano, com a maioria absoluta socialista na Câmara, tudo era aprovado e decidido no Parque de Monsanto, sem haver a mínima preocupação com a agressão da intervenção efectuada naquele espaço. -----

----- Disse que o Sr. Presidente presidia à Câmara Municipal de Lisboa há quase três anos, mas até agora nada de novo trouxera à Cidade, nada de estruturante que fosse de facto um passo em frente na modernidade e competitividade da Cidade. Antes, pelo contrário, eram já bastantes os casos que tinham o seu cunho, o cunho de alguém que não estava ali por Lisboa, de alguém que sem apelo nem agravo decidia contra os

interesses da Cidade e dos lisboetas. A Câmara fazia remendos na Cidade, tal como fizera nas ruas esburacadas, divertira-se e ficara-se pelo *show-off* dos remendos. -----

----- Assim, Lisboa continuaria a ser uma Cidade soalheira, simpática, com bom clima e até com monumentos interessantes, mas sem futuro que a iluminasse e a tornasse apetecível. Com o governo deste Executivo tinham, como se via, uma Lisboa suja e em derrocada. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que havia uma coisa que todos já perceberam: é que se alguns tinham uma cassete e diziam sempre o mesmo, o PSD, talvez por ser um bocadinho de nada mais moderno, mas só na aparência, não teria uma cassete, tinha um CD. Mas também dizia sempre o mesmo, e isso era de facto uma coisa espantosa porque não inovava no discurso. O PSD tinha aquela política de enterrar a cabeça debaixo da areia como fazia a avestruz, não percebia que com este discurso e por este andar chegaria às próximas eleições autárquicas e veria a sua base eleitoral de apoio diminuir ainda mais na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, o PS agradecia que o PSD continuasse a falar assim, porque isso dava-lhes a certeza absoluta que com o Dr. António Costa o PS não só renovaria como reforçaria a actual maioria absoluta. -----

----- Referiu que ainda o Sr. Presidente da Câmara não tinha tomado posse em 2007, e já o PSD dizia que isso era para tomar conta da liderança do PS. E agora, passados quase três anos, parecia que o PSD ainda não se apercebera que tinham ali um Presidente de Câmara para governar e modificar Lisboa, que era o que estava a fazer. O PSD ainda não se apercebera que depois disso o PS já ganhara, com este Presidente da Câmara, a maioria absoluta? Ainda não se aperceberam que o Sr. Presidente da Câmara dissera que tinha um projecto a seis anos para a Cidade de Lisboa? -----

----- Bom, o PSD por vezes confundia desejos com realidades, mas havia uma coisa que lhes queria dizer: podiam ter muito desejo, mas este Presidente da Câmara não ia embora como, infelizmente, já acontecera com os Presidentes eleitos pelo PSD para a Câmara Municipal de Lisboa. Tiveram um que mal pôde fora-se embora para Primeiro-Ministro, e depois foi o desastre que viram no País, e a seguir tiveram outro que foi obrigado a ir embora. -----

----- Portanto, o PSD ou se preocupava com os problemas de Lisboa seriamente, ou então não iria a lado nenhum. Agora, assistiam ao espantoso de se responsabilizar o Presidente da Câmara pelos incêndios que iam acontecendo na Cidade de Lisboa, que, felizmente, têm tido resposta rápida porque os serviços municipais dos Bombeiros, a quem o PS prestava a sua homenagem e ao Vereador responsável, têm sabido dar a resposta exacta no momento certo. Às vezes até pensavam que o PSD estava à espera da tragédia para tirar qualquer proveito eleitoral com isso! -----

----- Pediu que o Deputado Municipal António Prôa lhe dissesse se no tempo do PSD, ou até recuando mais no passado, no tempo do Dr. Jorge Sampaio ou no tempo do Eng.º Abecasis, não havia incêndios ou não caíam prédios, ou se tinha alguma estatística para afirmar que só agora é que caíam ou que caíam muitos mais. Pessoalmente até achava que não, não tinha essa estatística, mas não falava com tanta

certeza como o Sr. Deputado Municipal António Prôa falava para fazer demagogia pura e simples nessa matéria. -----

----- E isso significava, de facto, que o PSD ainda não encontrara o caminho certo e o registo certo para ser alternativa daqui a três anos. Por este caminho não iria ser, que continuassem com a cassete que iam no bom caminho! -----

----- No entanto, apesar de tudo, desejava ali realçar, em contraste com a intervenção do Sr. Deputado Municipal António Prôa, a primeira intervenção feita pelo PSD neste ponto, que ao fim e ao cabo foi uma intervenção de reconhecimento pelo que de bom tinha sido feito pela Câmara Municipal de Lisboa, o que o levava a concluir que tinham ali dois PSD's, o que não era de espantar porque já estavam habituados a isso. -

----- Portanto, tinham ali dois PSD's. O PSD do bota-abaxo e o PSD que, apesar de tudo, sendo oposição tinha sempre que criticar, percebiam isso porque era normal, mas que era um PSD de oposição construtiva. E aquilo para que o PS fazia sentido, até para bem da Cidade de Lisboa e para bem do País, era que a oposição construtiva se afirmasse sobre a oposição do bota-abaxo. -----

----- Disse que, por acaso, até estava de acordo com o Deputado Municipal António Prôa em relação à crítica que fazia quanto ao estaleiro de obras que o Metropolitano deixara na zona da Freguesia de São Sebastião da Pedreira, mas estava curioso para ver até que ponto ele se aguentava. É que isso de privatizar o Metropolitano era algo que não deveria acontecer. Mas não era o líder do PSD que queria menos Estado em tudo e que dizia que iria privatizar tudo? -----

----- E o Sr. Deputado Municipal António Prôa não fora um apoiante indefectível do actual líder do PSD, que tinha nitidamente uma estratégia neo-liberal para o País? Pessoalmente respeitava, combatia contra isso vigorosamente porque achava que era o pior, mas respeitava, era bom que se clarificassem as águas, mas a verdade era que o Sr. Deputado Municipal António Prôa fazia ali o papel, quando lhe convinha, do social-democrata defensor do Estado interventivo, e depois, noutros palcos, faria o papel do neo-liberal que foi um grande apoiante do líder que neste momento imprimia a liderança ao PSD, e isso era uma confusão enorme. Bom, confusão para o PSD, porque o PS, apesar de tudo, sabia muito bem onde se mexer nessa matéria. -----

----- De facto, essa era uma crítica espantosa vinda de quem vinha! Se fosse do PCP ainda diria que desta vez eles tinham razão. O PS, pelo menos ele próprio – não empenhava o PS nisso – estava de acordo com a questão do PSD que não deveria ser privatizado, mas vinda do Sr. Deputado Municipal António Prôa isso era espantoso e de facto demonstrava o desaire e o desnorte a que chegara a bancada do PSD, onde hoje viram perfeitamente bem duas intervenções, uma de reconhecimento daquilo que de bom tinha sido feito, naturalmente fazendo críticas, portanto uma oposição construtiva, e outra de bota-abaxismo da parte do Sr. Deputado Municipal António Prôa. -----

----- Enfim, era com isto que estavam confrontados, tinha muita pena mas o PS continuaria o seu rumo, tinham um Presidente da Câmara que iria até ao fim e que não estava nada preocupado com a liderança do PS porque ela estava muito bem entregue, mas veriam aquilo que iria acontecer com o PSD. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não ia usar o mesmo registo brincalhão que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho utilizara, porque de facto não era o seu, e também não se queria alongar a comentar as observações que fizera, que, aliás, tiveram pouco de útil, do seu ponto de vista, relativamente ao que se deveria discutir sobre a Cidade de Lisboa. De facto, ou estava muito distraído e isso ter-lhe-ia passado, a verdade era que, de concreto, sobre questões da Cidade da parte do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho nada ouvira. -----

----- Portanto, ia deter-se apenas numa questão que lhe parecia, apesar de tudo, que merecia ser ali reposta com alguma seriedade, e que tinha a ver com o Metropolitano de Lisboa. -----

----- Disse, então, que não defendera ali o impedimento ou a impossibilidade de privatizar ou manter público coisíssima nenhuma. O Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho com certeza estivera desatento, não foi disso que se tratara, até porque não tinham condições para decidir sobre essa matéria e, portanto, ao contrário do Sr. Deputado Municipal ele não estaria ali a divagar sobre essa matéria. -----

----- O que aconteceu foi que chamara a atenção para outra matéria que, essa sim, tinha a ver com a Autarquia de Lisboa e tinha que ver até com muito daquilo que, indo ao encontro do esforço do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho para encontrar pontos comuns, o PS tem defendido e o PSD também há muito defendia, que era a necessidade dos órgãos autárquicos de Lisboa terem uma verdadeira autoridade na gestão dos transportes públicos da Cidade. Era só isso que estava em causa, não era mais nada. E, sobre isso, voltava a dizer o que disse: não era admissível que o Governo pusesse a hipótese de alterar o modelo de gestão do Metropolitano de Lisboa, ignorando a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E, já agora, acrescentava um dado novo: ignorando inclusivamente a Autoridade Metropolitana de Transportes, que já existia efectivamente. Não se ouvira uma palavra da Autoridade Metropolitana de Transportes, não se ouvira uma palavra da Câmara Municipal de Lisboa, e o Governo dava-se ao luxo de dispor do Metropolitano de Lisboa sem dar cavaco à Câmara relativamente a essa matéria. Isso não era admissível, e nisso seria bom, seria responsável, que pudessem estar todos seriamente unidos na defesa do interesse da Cidade. Como já referira, o Sr. Presidente tinha o seu apoio, tinha o compromisso do PSD para nessa matéria estarem juntos na exigência de que o Governo respeitasse a Câmara na gestão dos transportes públicos da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, começou por dizer que não fizera uma intervenção em estilo brincalhão, mas estava bem disposto. E até queria dizer que a prestação do PSD nesta reunião da Assembleia o pusera politicamente bem disposto, dizia-o com toda a sinceridade. Não escondia que a ironia era importante nestas coisas e muitas vezes até os ajudava a atingir melhor o que queriam atingir. -----

----- Mas estava muito satisfeito porque dera ao Sr. Deputado Municipal António Prôa uma oportunidade, com o esclarecimento que acabara de fazer, de se esclarecer perante o seu líder. -----

----- A um aparte respondeu: “está gravado, o Sr. não pode dizer as coisas e depois dizer que não disse. Até está gravado! O Sr. disse que não queria que o Metropolitano fizesse uma abertura aos privados. Eu até escrevi na altura em que estava a dizer”. ----

----- Depois, prosseguindo, disse que a questão com a eventual privatização do Metropolitano colocara problemas ao Sr. Deputado Municipal António Prôa, e a uma parte do PSD pelos vistos, e pessoalmente até estava de acordo com isso porque também achava que não deveria abrir, mas vindo isso do Sr. Deputado Municipal António Prôa era de espantar porque esse era o programa do PSD. O PSD é que queria privatizar tudo, queria menos Estado. -----

----- Portanto, o Sr. Deputado Municipal António Prôa aí teria que ter paciência porque o dissera, mas já se esclarecera, portanto a sua intervenção até lhe dera oportunidade para isso, o que foi bom. -----

----- Disse, ainda, que estavam a tratar de Lisboa, mas tinham que tratar de Lisboa de um ponto de vista correcto e numa perspectiva correcta, e aí revia-se mais na intervenção do Sr. Deputado Municipal Filipe Pontes, porque reconhecera o que estava bem e depois dissera o que não estava tão bem quanto isso, e não na do Sr. Deputado Municipal António Prôa em que estava tudo mal, e depois fazia um “número” demagógico quando referia “até os prédios estão a cair consigo”. -----

----- Isso, em matéria política, não era sério e não era fazer política de cidade: -----

----- Ponto um; ninguém ali desejava que os prédios caíssem em Lisboa. -----

----- Ponto dois; todos os Executivos da Câmara Municipal de Lisboa tinham feito o que podiam para que os prédios caíssem menos na Cidade de Lisboa, sem subverter, apesar de tudo, alguns princípios, até porque não havia financiamento a sair do chão, o PIPARU só agora foi viabilizado, e durante dois anos o PSD inviabilizara-o como sabiam muito bem. Mas prestava homenagem a este PSD porque foi com este PSD que agora fora possível viabilizá-lo. Para intervir e evitar que os prédios caíssem, era preciso que houvesse recursos, e só agora é que havia recursos. -----

----- Ponto três; falara dos incêndios como se algum dos presentes andasse com fósforos a pegar fogo aos edifícios, e sobre isso a única coisa que queria dizer era que incêndios sempre houve, alguns até ficaram tristemente famosos na Cidade. O Sr. Deputado Municipal António Prôa relatara os incêndios que houve mas não tivera a atenção de prestar homenagem à rápida e pronta intervenção dos Bombeiros e dos Serviços de Protecção Civil que tiveram uma resposta pronta no terreno, ao serviço das pessoas pelo que o sofrimento, apesar de tudo, fora minorado. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que este episódio só levava a concluir que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho não lera a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, pelo que lhe sugeria que a mandasse gravar e a ouvisse, porque assim já a poderia depois referir nas suas intervenções, e também o estado da Cidade. -----

----- Depois, disse que gostavam de ter uma informação pormenorizada do plano das Amoreiras, porque em Campo de Ourique temia-se que, por exemplo, com esse plano a Rua Tomás de Anunciação ficasse sobrecarregada de trânsito, ou seja, que o trânsito passasse pelo interior do bairro e fosse criar ainda maiores problemas. Portanto, gostariam de ter referência ao espaço do Depósito da Água, ao quartel dos bombeiros.

----- A um aparte respondeu: “Oxalá assim seja, mas gostaríamos de ter aqui alguma informação sobre essa matéria”. -----

----- Em relação à proposta 1196/2009, a Carta Estratégica, disse que havia uma carta do Presidente da Câmara a dizer que estava demorada porque a matéria era muita e estava em apreciação, mas já era tempo de voltar à Assembleia Municipal para que o processo estratégico não fosse ultrapassado pelo PDM, que era aquilo que já estava a acontecer. Portanto, seria bom que tivessem isso em conta. -----

----- Numa nota ao que se referia na página 29 e na página 117, quanto à questão da Divisão das Relações Externas e de Cooperação, disse que deveria haver mais informação do Sr. Presidente sobre as matérias de política internacional do Município. E também, na área dos serviços da Divisão de Equipamentos Desportivos, falava-se do XI Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em que o Município de Lisboa participara com o projecto “Jovens em Risco”, e na Comissão Permanente de Educação gostariam – disse chamando a atenção do Sr. Vereador Manuel Brito – de ter informação sobre as conclusões desse Congresso, até porque houve tempo em que a Câmara informava a Assembleia Municipal sobre essa matéria e que a Assembleia Municipal participava nas actividades internacionais, como devia, do Município de Lisboa. -----

----- Por outro lado, na página 67, relativamente à Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, falava-se de estudos tendentes à revisão dos planos de urbanização dos núcleos históricos de Alfama, Colina do Castelo, Mouraria, Bairro Alto, Bica e Madragoa, e gostariam de ter alguma informação porque não a tinham sobre essa matéria. -----

----- Na página 87, Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, disse que era geral a preocupação sobre o estado da limpeza da Cidade, mas nada se dizia na informação escrita do Presidente da Câmara apesar de ser uma questão essencial, tal como era essencial a segurança na Cidade e o estado dos pavimentos das ruas e avenidas. -----

----- Disse, ainda, que teriam mais matérias mas o tempo era escasso, pelo que apenas desejava dizer que gostaria de saudar ali a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, anunciada ontem, dia 12, de anular a permuta de terrenos Parque Mayer/Feira Popular e anular a malfadada hasta pública. De facto, o que se passara na Assembleia e na Câmara Municipal foi a organização, em 2005, da proposta 36/2005, que merecera o acordo de todas as forças políticas na Câmara Municipal, com excepção do PCP que votara contra, e merecera o acordo de todas as forças políticas na Assembleia Municipal, com excepção do PCP e do PEV, sendo que ali foram atacados duramente pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, do BE, pelo facto

de estarem a ter uma posição que, segundo ele, não viam a riqueza, a abrangência, o futuro daquela proposta. Mas esse futuro estava agora aí presente. -----

----- Portanto, o que se passara mais adiante foi que a Câmara Municipal, não respeitando a Assembleia, engendrara uma carta da Bragaparques dirigida ao Presidente da Câmara, na altura, da qual viera fotocópia para o adjunto do Presidente da Assembleia Municipal de então, dizendo que aceitava a proposta 36/2005 e que usaria o direito de preferência. Todos sabiam que o direito de preferência tinha matéria que o regulava, matéria jurídica muito séria, e para haver direito de preferência teria de ser a Câmara a tratar o assunto, e apresentá-lo em Câmara e à Assembleia Municipal. -----

----- No entanto, era tal a vigarice que se instalara no relacionamento da Câmara Municipal com essa matéria da hasta pública, que logo na primeira acta de uma comissão presidida – era bom não esquecer – pelo então responsável da Câmara Municipal, Remédio Pires, vinha que a Assembleia Municipal tinha aprovado o direito de preferência à Bragaparques. E até utilizava uma palavra própria de quem não conhecia o português: a Assembleia Municipal “infirmou”! Bom, quando foi ouvido em tribunal houve uma grande gargalhada na sala porque realmente “infirmar” era o contrário de “confirmar”. -----

----- Mas aquilo que queriam dizer, e depois passaram à prática, foi a afirmação da Assembleia ter aprovado o direito de preferência. E a Bragaparques, que foi terceira classificada nessa hasta pública, foi quem fora premiada com a outra parte, como já tinha sido premiada anteriormente. -----

----- E quem denunciara esse processo da hasta pública, foi a Assembleia Municipal, desde logo o Presidente e os representantes de todas as forças políticas, honra lhes fosse feita, que estiveram juntos contra essa “infirmação”, contra essa acta da comissão da hasta pública, e entregaram ao DIAP, ao Tribunal de Contas e à IGAT toda a matéria respeitante ao processo. Como, aliás, entregara o PCP em fases adequadas, ao longo dos tempos, e não vinha referido em jornal nenhum que o PCP, ao longo dos tempos, apresentara várias matérias em vários tribunais: no Administrativo, no DIAP, na Polícia Judiciária. Processos integrais, inteiros, sobre essa matéria! Não, só se falava de uma pessoa! Que de facto cumprira a sua função, o agora Vereador Sá Fernandes. -----

----- Referiu que nos processos a que tivera acesso, como testemunha, estavam lá queixas apresentadas pelo PCP, matéria apresentada pela Assembleia Municipal e matéria apresentada pelo Vereador Sá Fernandes. Era bom repor a verdade, e era bom lembrar que nestas matérias de interesse municipal tinham muito que pensar e reflectir em relação a cada proposta que lhes era apresentada, porque o entusiasmo que reinara na Sala do Plenário em relação à proposta 36/2005 era bom que não se repetisse, porque foi efectivamente, à partida, um erro crasso que causara imensos prejuízos ao Município de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Valdemar Salgado (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, no uso da palavra, disse que esta semana um semanário

focara com grande destaque a Cidade de Lisboa, mas, infelizmente, não pelas melhores razões. -----

----- Tratava-se da falta de limpeza nas ruas de Lisboa, e realmente era inconcebível o que se passava na Cidade, pois nunca se vira tanto lixo nas ruas. Lixo junto dos ecopontos, lixo junto das papeleiras, lixo também junto às árvores e papéis voando com o vento. Enfim, era o retrato da Lisboa de hoje e um perigo para a saúde pública. Que diria o Sr. Vereador Sá Fernandes se estivesse na oposição? -----

----- Referiu que no caso da sua freguesia, era raro o dia que não era enviado um *e-mail* para os serviços de limpeza a solicitar a intervenção ali ou acolá, o que seria desnecessário se houvesse mais cuidado nas varreduras e nas lavagens. Aliás, em termos de lavagens, há muito tempo que não havia esse tipo de limpeza na Freguesia do Campo Grande. Todos sabiam que havia alguma falta de civismo por parte dos moradores, mas perguntava-se por que não havia fiscalização por parte da Câmara Municipal de Lisboa? A recolha selectiva do lixo porta a porta seria um bom princípio, mas se não se evitassem os desleixos aplicando multas, a solução cairia por terra. -----

----- Terminou dizendo que ficara agradavelmente surpreendido com o que o Sr. Presidente da Câmara dissera acerca do Jardim do Campo Grande. Assim seja. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que após a leitura da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de partilhar algumas notas sobre a mesma, e começava por saudar o Executivo municipal pela conclusão do processo de descentralização de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, e a consequente assinatura do conjunto de protocolos. Como Presidente de Junta, sentia o que provavelmente outros Presidentes de Junta também sentiam: era um processo quase sempre incompleto, apesar de se reconhecer o aumento das competências que foram agora delegadas em áreas importantes como a pintura de passadeiras, a possibilidade de colocação de sinalização vertical, entre outras que já tinham sido há bastante tempo descentralizadas, desde o tempo em que o Dr. Jorge Sampaio era Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Era claramente benéfico para as Juntas de Freguesia terem mais competências, numa lógica de proximidade e maior eficiência na gestão de recursos de estímulo às economias locais e às micro e pequenas empresas, que muitas vezes se contratavam para efectuar pequenas reparações para actividades ao nível daquilo que era a educação e a acção social, entre outras. -----

----- Por outro lado, pensava que o âmbito de competências devia ser mais largo, podendo incluir novas competências em áreas como a própria limpeza urbana, em que as Juntas de Freguesia podiam partilhar competências com os respectivos serviços da Câmara Municipal, para que, em conjunto, se contribuísse para uma Cidade mais limpa. E podiam ajudar também, para responder melhor a uma reclamação frequente de muitos municípios, ao nível do alcatroamento das ruas, pelo menos nas Juntas de Freguesia maiores. -----

----- Estas, disse, seriam novas competências que muitos dos Presidentes de Junta estavam completamente disponíveis para poder assumir. -----

----- Outro aspecto que era importante ser referido, e que o Grupo Municipal do PS pedia ao Executivo municipal, era uma rigorosa fiscalização sobre o cumprimento dos protocolos, de forma a que a Cidade funcionasse como um todo. Algo que o PS não compreendia é como era possível, sabendo-se que praticamente todas as Juntas de Freguesia tinham protocolos para reparações de calçadas, haver em algumas ruas passeios completamente esburacados, e muitas vezes a Câmara ser responsabilizada por uma série de áreas para as quais transferira, atempadamente, as respectivas competências e verbas para as Juntas de Freguesia locais. -----

----- Por isso, como quem não deve não teme, era de opinião que deveria haver um aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo e penalizações para as Juntas de Freguesia que não tratavam bem das suas competências. -----

----- Seguidamente, disse que outro aspecto de realce constava da página 20 da informação escrita. Saudava o avanço do processo de reversão do direito de superfície da Quinta de Santa Catarina, na Estrada de Chelas, que fora cedido pela Câmara Municipal de Lisboa à Casa das Beiras, sem que esta tivesse feito qualquer intervenção no espaço desde finais da década de oitenta. -----

----- O espaço estava ao abandono, acumulando lixo que constituía um perigo para a saúde pública e, por isso, ainda bem que a Câmara estava a dar os passos legais para tomar de novo conta desse espaço. Era um bom exemplo para ser seguido noutros espaços pertencentes à Câmara Municipal, cedidos para apoiar algumas associações mas que, por vários motivos, nunca serviram para os fins pretendidos. A Câmara deveria identificar outras cedências efectuadas e que também não tiveram sequência, e efectuar mais processos de reversão do direito de superfície, para optimizar o património municipal e evitar que o mesmo ficasse a causar perigos para a saúde pública. -----

----- Saudou também a condução do processo da candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade, que era algo de consensual quanto ao conteúdo, e a forma como estava a ser conduzido era a correcta para o sucesso dessa candidatura, que todos esperavam que rapidamente pudesse ser aceite. -----

----- Aludindo aos trabalhos de requalificação da Mata da Madre de Deus, disse que esperava que eles pudessem ser concluídos rapidamente, uma vez que com isso a Cidade ganharia mais um espaço de lazer para os munícipes. -----

----- Sobre a situação financeira do trimestre, disse que o PSD, ao chumbar o Orçamento de 2010, obrigara a Câmara Municipal de Lisboa a manter e a gerir o Orçamento de 2009, que tinha valores superiores na sua globalidade. E numa altura de decréscimo da actividade económica, não se podiam fazer comparações sobre valores da derrama, visto que, compreensivelmente, o conjunto de empresas ao não conseguirem manter os seus níveis de negócio, teriam, obviamente, resultados inferiores e um volume de despesas relativamente idêntico ao passado, o que fazia com que o pagamento de impostos fosse inferior e conseqüentemente a derrama fosse inferior também. -----

----- Portanto, o PSD quando chumbara o Orçamento para 2010 tinha noção que ele era de maior contenção financeira e, como sabia que tinha o ónus político de ter votado contra, agora vinha dizer que as receitas não eram aquelas que eram esperadas. Era óbvio que não, porque o conjunto de receitas que neste momento estavam previstas, foram previstas no início de 2009 dado que o Orçamento para 2010 não foi aprovado. -----

----- No entanto, mesmo tendo a noção que o Orçamento para 2010 nunca deveria ter sido chumbado, e que tinha um total de receita inferior ao previsto em 2009, nunca o Presidente António Costa e o seu Executivo mudaram o seu rumo de governação e continuavam a atacar problemas de anos, como a necessidade da reabilitação urbana. --

----- Já hoje ali se falara muito de fogos, e era por aí que se conseguiria evitar esse tipo de catástrofes. Para isso havia, neste momento, uma série de planos que foram recentemente aprovados, que não tinha dúvidas que a partir do momento em que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse as condições financeiras, depois teria as condições políticas para conseguir fazer face a problemas de muitos anos, em relação aos quais, infelizmente, nunca ninguém tivera ideias para tomar um conjunto de providências para conseguir evitar que esses problemas acontecessem. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que, dado o pouco tempo que dispunha, apenas queria chamar a atenção para uma questão que se passara na Assembleia Municipal de Lisboa há cerca de 14 anos, ou seja, a aprovação, em 18 de Julho de 1996, do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar. -----

----- Estavam agora numa altura para repensar um pouco o que se estava a passar no Alto do Lumiar, a que já se chamava a Alta de Lisboa porque o urbanizador entendera que a melhor promoção que podia fazer era chamar a Alta de Lisboa ao Plano de Urbanização do Alto do Lumiar. -----

----- Aí estavam em causa a SGAL – Sociedade Gestora do Alto do Lumiar; a UPAL – Unidade de Projecto do Alto do Lumiar; e a GEBALIS na manutenção dos prédios do realojamento. Tratava-se de um plano de urbanização que tivera um dos melhores urbanizadores, o Arqtº Eduardo Leiria, com alguns prémios recebidos em Espanha, e que tivera também a colaboração de outros arquitectos portugueses, portanto um plano de urbanização que parecia que seria uma aposta estratégica para aquela zona da Cidade de grande relevo. -----

----- Mas ao que era que estavam assistindo no momento presente? Eixo central da urbanização: andava, fazia-se um bocadinho ali outro acolá, e há 14 anos, portanto, o eixo central ainda andava por ali. Era preciso, junto da Segunda Circular, uma rotunda para resolver o problema do escoamento do trânsito, mas nada feito. Também quanto às outras rotundas, apenas estava uma no centro e estava outra junto ao Eixo Norte/Sul, portanto havia qualquer coisa que era necessário repensar relativamente ao plano de urbanização, e pensar até se não haveria necessidade de haver um clique qualquer para ele chegasse a bom termo. -----

----- Na verdade, havia questões que ali se passavam, por exemplo em relação à higiene urbana pois não se percebia que ali tivessem sido instaladas tantas pessoas e

não houvesse um posto de higiene urbana construído. E também em matéria de acessos, a Av. Santos e Castro há muito deveria estar construída. Em 2002, quando ali foi falada, dava-se dois anos para a sua conclusão mas o que se verificava era que, sendo um eixo fundamental de escoamento, ainda não estava construída. -----

----- Pela sua parte, que reconhecia que aquilo era um plano altamente importante para aquela zona da Cidade, estava disponível, e naturalmente a Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, pois eram as duas freguesias onde fundamentalmente o plano se desenvolvia, para acompanhar quem quer que fosse numa visita ao local, para aí revelar os problemas que existiam relativamente ao plano. -----

----- Disse, ainda, que fazia parte do programa eleitoral do PS, como também fazia parte do seu para a Freguesia do Lumiar, a questão das creches. O programa do PS tinha 76 creches para a Cidade de Lisboa, e no Lumiar não havia uma única creche pública, pelo que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, quando tivesse o mapa onde seriam construídas as creches, lhe dissesse as sete que seriam construídas no Lumiar, porque para 50 mil habitantes tinham direito a pelo menos seis ou sete. E lhe dissesse também o local onde elas iriam ser construídas, porque sobre isso era fundamental informar a população. E se fosse bom para o Sr. Presidente da Câmara, para si muito melhor seria porque têm andado a bater-se por essa questão há oito anos.

----- **A Senhora Presidente**, dado que o orador anterior excedera o tempo atribuído ao PSD, informou que o tempo a mais foi cedido pelo PPM. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Roseta**, no uso da palavra, disse que apenas pretendia responder a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Municipal António Prôa, e levantada com bastante pertinência. Ela própria tem vindo a sensibilizar os Grupos Parlamentares para esse problema. -----

----- Têm na Cidade de Lisboa uma quantidade enorme de edifícios privados em mau estado, e em muito mau estado de conservação. As estatísticas que distribuía a todos os Grupos Municipais, falavam de quase oito mil edifícios em mau e muito mau estado de conservação, e mais de mil e cem edifícios em muito mau estado de conservação. Se tirassem os cento e tal edifícios municipais que têm vindo paulatinamente a realojar, ficavam mil edifícios em muito mau estado de conservação.

----- Portanto, era um panorama complicado, era um panorama perante o qual a Câmara sozinha não tinha capacidade de resposta, e sensibilizara para isso todos os Grupos Parlamentares. Careciam de um programa nacional de reabilitação urbana, como, aliás, várias forças políticas já têm defendido a nível nacional, careciam, em Lisboa, de um financiamento para fazer um programa especial de reabilitação urbana, e estava absolutamente convencida que a próxima batalha, em termos de políticas de habitação, passava por essa nova emergência dos prédios em risco de derrocada, com todas as consequências físicas e sociais que isso envolvia. -----

----- Disse que a Câmara, neste momento, não tinha capacidade de resposta para esta situação, dissera-o claramente aos Srs. Deputados, mas tinham que se preparar para essa nova geração de políticas de habitação da Cidade de Lisboa. Consumada a etapa da demolição dos bairros de barracas e a sua substituição por habitações municipais, tinham esta nova etapa. -----

----- Este era um problema de fundo, o Sr. Deputado Municipal António Prôa criticara a Câmara por não estar a fazer nada, talvez a crítica fosse um pouco injusta porquanto estavam a fazer aquilo que os meios formais da Câmara lhes permitiam, que eram as fiscalizações, as intimações e as vistorias, mas não tinham capacidade para uma intervenção mais activa. -----

----- Iriam ver o que conseguiriam preparar para o Orçamento de 2011, mas queria ali sublinhar que a preocupação do Sr. Deputado Municipal era também a da Câmara, e que este era um problema de toda a Cidade e não só do Executivo ou da maioria. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por aludir à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar dizendo que se o Sr. Presidente da Junta tivesse sido eleito pela primeira vez neste mandato, ainda compreenderia a sua questão quanto ao que se tem feito no Alto do Lumiar, mas o Sr. Presidente da Junta, que devia ter sofrido tanto, tanto, tanto ao longo dos três mandatos em que já ia com o que tem acontecido no Alto do Lumiar, já se devia baralhar nas datas. -----

----- Mas passava a recordar. O que era que acontecia em 2007? Em 2007 começara por acontecer o seguinte. A conta-corrente entre o Município e a SGAL estava por acertar desde 2004, ou seja, havia três anos com contas por acertar e hoje tinham as contas todas certas, já só lhes faltava aprovar a conta de 2009. Uma série de obras estavam paralisadas porque uma série de expropriações tinham sido lançadas e a Câmara não tinha condições para as pagar. -----

----- Por exemplo, a Sra. Deputada Municipal Rita Magrinho lembrava-se bem de nas sessões públicas de Câmara a quantidades de pessoas que iam lá queixar-se de terem as empresas a cair, de não poderem investir nas empresas porque estavam na iminência de serem expropriados porque eram inquilinos, e como a Câmara não lhes pagava o senhorio não os indemnizava, portanto tinham as empresas na pior das situações. E agora essas expropriações estavam todas feitas! -----

----- Por exemplo, a Lazeite estava expropriada. A obra da Av. Santos e Castro estava paralisada porque era preciso expropriar um terreno em Camarate para um pilar, e esse terreno estava já expropriado. A pista de atletismo, que foi inaugurada com grande pompa e circunstância, estivera dois anos parada e só começara a funcionar quando esta Câmara a adjudicara à Associação de Atletismo de Lisboa, que a pusera a funcionar. -----

----- Quanto a obras que então estavam por fazer e agora estavam feitas, referiu a Rotunda dos Cinco Caminhos, sobre a qual, de resto, o Sr. Presidente da Junta até apresentara moções na Assembleia Municipal; o Parque Oeste também estava feito e a funcionar; a Av. Santos e Castro estava em obra; e o Eixo Central estava em obra. -----

----- O Sr. Presidente da Junta sabia qual era a grande diferença de 2007 para agora no Alto do Lumiar? É que antes estava tudo paralisado e agora estava tudo a andar, graças ao contributo que a Câmara dera para desbloquear todos os problemas que bloqueavam o conjunto do Alto do Lumiar. -----

----- Passando à intervenção do Deputado Municipal António Prôa, disse que era verdade que no tempo dele não eram os prédios que caíam, era a própria Câmara que

caía. De facto não lhe sabia dizer porque foi que o PIPARU estivera parada seis meses no Tribunal de Contas, mas sabia-lhe dizer a razão porque estivera parado nos dois anos anteriores: estivera parado nos dois anos anteriores porque o PPD/PSD, que era maioritário na Assembleia Municipal de Lisboa, bloqueara o PIPARU para que a Câmara não pudesse fazer as obras de reabilitação. -----

----- Quanto à situação financeira do Município, que fora motivo de preocupação do Sr. Deputado Municipal Filipe Pontes, disse que gostaria de dizer que seguiam dia-a-dia, como tinham que seguir, o que se passava com a situação financeira do Município, e, efectivamente, se o Plano de Actividades e Orçamento que propuseram tivesse sido aprovado, teriam uma gestão certamente mais rigorosa. Primeiro, porque não teriam de andar todos os meses, ou todas as semanas quase, a fazer transferências orçamentais para adaptar o Orçamento de 2009 ao Orçamento de 2010, e, em segundo lugar e muito importante, era que o Orçamento que propuseram e que a Assembleia chumbara, previa menos 126 milhões de euros de despesa do que os 126 milhões de euros de despesa a mais que podiam fazer com o Orçamento do ano anterior. -----

----- Ora, foi um mau passo ter-se chumbado o Orçamento, pedia desculpa pela insistência nessa tecla, mas chamava a atenção que relativamente ao que referia em matéria de receitas, o Sr. Deputado Municipal Filipe Pontes teria de compreender que a Câmara, relativamente ao cálculo de matéria fiscal, não podia inscrever no Orçamento o que quisesse. A Lei fixava um critério que era a média dos últimos dois anos, e aquilo que inscreveram foi a média dos últimos dois anos e não têm tido, até agora, uma execução da receita, felizmente, inferior àquilo que tinham previsto. -----

----- E havia, neste momento, uma última grande incógnita, e incógnita de grande peso, que se prendia precisamente com a derrama. Essa era uma incógnita que se resolveria antes do reinício dos trabalhos da Assembleia Municipal, depois de férias, em Setembro, mas esperava que, se não tivessem surpresas muito desagradáveis, não fosse implicar medidas excepcionais que tivessem que ser adoptadas no final do ano. --

----- Claro que beneficiavam de um facto essencial. É que não acordaram para a crise hoje, acordaram para a crise com um estrondo precisamente quando a Câmara caíra, em Agosto de 2007, por ter levado a situação do Município à rotura financeira e à necessidade que então houvera de cortar em mais de 300 milhões de euros a despesa de um ano para o outro. Esse é que foi o grande corte, aí é que foi duro cortar, aí é que foi difícil cortar! Percebia porque era que alguns colegas estavam agora a fazer os cortes que a Câmara Municipal de Lisboa tivera que fazer há três anos! Há três anos doera muito, mas felizmente foram feitos e, graças a essa situação, até hoje ainda não tiveram que cortar nada na execução da despesa deste ano. -----

----- Agora, que tinham que gerir com rigor, claro que sim! Mas nessa coligação que se elegera sobre o manto diáfano do PPD/PSD, era também preciso que se organizassem e então decidissem o que era gerir bem e o que era gerir mal. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Filipe Pontes, em particular, estava sempre muito preocupado com o aumento das despesas do pessoal, mas ainda agora ali ouviram um elemento do MPT, eleito nas listas do PSD, a protestar por terem rigor no pagamento das horas extraordinárias, no entendimento que deveriam pagar horas extraordinárias

em qualquer circunstância. O Sr. Deputado Municipal costumava, em regra, ser muito defensor da redução do número de funcionários do Município, contra a abertura de concursos e em defesa do *outsourcing*. E ainda agora ali ouviram uma ilustríssima voz, uma verdadeira voz canora, em protesto contra o facto de se recorrerem aos *outsourcings* e ao facto de andarem a contratar fora quando deveriam ter isso dentro da Câmara. -----

----- E quanto a isso era preciso também que se decidissem o que é que era a boa gestão. Era o *outsourcing* ou era a contratação de mais pessoal? Era o rigor nas horas extraordinárias ou era o aumento da despesa com pessoal? Era necessário que definissem uma linha de orientação e fossem coerentes com ela. -----

----- Em todo o caso, queria tranquilizá-lo quanto ao seguinte. Referira-se ao IPO, e sobre isso estava enganado porque o IPO não ia ser fonte de receita. O IPO, pelo contrário, do ponto de vista patrimonial e financeiro era, aliás, uma boa notícia, porquanto a Câmara estava para ceder gratuitamente ao Estado um terreno, que agora já ia deixar de ceder. E iam ceder gratuitamente ao Estado para poderem manter em Lisboa um equipamento hospitalar, porque a anterior Vereação, onde figurava, aliás, com grande destaque, o Sr. Deputado Municipal António Prôa, tinha comunicado ao Estado que em Lisboa não havia terrenos para o IPO, e o IPO ia-se instalar no concelho de Oeiras, onde o Presidente Isaltino Morais tivera a visão de perceber que um equipamento daquela importância era fundamental para o concelho, e disponibilizara, gratuitamente, terreno para a sua instalação. -----

----- E aquilo que tiveram de fazer quando chegaram à Câmara, entre Agosto e Setembro de 2007, foi agarrar o IPO, que já estava quase do lado de lá da fronteira, e puxá-lo para Lisboa cedendo um terreno gratuitamente. Ainda bem que o IPO não se tinha que deslocalizar, ainda bem que ele ia poder ficar junto a Sete Rios, e ainda bem que o Município, em vez de ter que ceder um terreno gratuitamente ao Estado, poderia recuperar esse terreno que certamente bem faria às suas finanças. -----

----- Prosseguindo, disse que o Sr. Deputado Municipal João Bau era assim uma espécie de *clipping* da imprensa, fazia uma leitura rápida dos recortes dos jornais e depois ia recolocando ali perguntas sobre essas notícias que lia. Enfim, todos apreendiam um dia que não deviam confiar excessivamente naquilo que liam nos jornais, mas quando se lia os jornais devia ler-se todos os dias, que era para ler o problema e também a resposta ao problema. Assim, o Sr. Deputado Municipal João Bau já estaria mais tranquilo em saber que efectivamente o Túnel do Marquês não tinha os riscos que referira em matéria da qualidade do ar, como fora prontamente esclarecido pelo Sr. Vereador, Prof. Engenheiro Fernando Nunes da Silva. -----

----- Sobre o Terreiro do Paço, disse que essa era das questões mais interessantes de ser discutida e ser debatida, como, aliás, ali viram nas duas excelentes intervenções feitas pelos Srs. Deputados Municipais Silva Dias e Filipe Lopes. Mas entendia que nunca haveria verdadeiramente um entendimento unânime sobre o que era que se desejava para o Terreiro do Paço. -----

----- Tinha um compromisso, que iria cumprir, com o Sr. Vereador Manuel Salgado e com o arquitecto projectista, de que não falaria durante seis anos sobre um dos temas

picantes dessas intervenções, portanto não falaria. Ao fim de seis anos retomava a sua liberdade de falar sobre esse tema. -----

----- No entanto, queria ali associar-se ao Sr. Deputado Municipal Filipe Lopes quanto à visão que ele ali dera do Terreiro do Paço, e perceberem o seguinte. -----

----- Tivera, por circunstâncias da vida, oportunidade para, já por duas vezes, trabalhar no Terreiro do Paço. Olhara muitas horas para o Terreiro do Paço, passeara muitas horas no Terreiro do Paço, e a sua experiência sobre o Terreiro do Paço dizia-lhe que o Terreiro do Paço tinha verdadeiramente dois espaços: um espaço central que por mais que se fizesse seria frio e ventoso quando havia frio e vento, seria insuportavelmente quente quando havia sol, e depois havia outro espaço que era o do Terreiro do Paço das arcadas. -----

----- O Terreiro do Paço central era um Terreiro do Paço que era para apreciarem na sua beleza, na majestusidade daquele espaço aberto e amplo, e que não deveria deixar de ser aberto e amplo senão deixava de ter a grandiosidade que tinha, que podiam atravessar, que podiam percorrer, mas onde dificilmente permaneceriam. Durante as várias horas que tinha de observação do Terreiro do Paço, muito pouca gente lá vira permanecer. -----

----- Depois havia outro Terreiro do Paço que era o Terreiro do Paço das arcadas, e esse era um Terreiro do Paço que tinha que ser redescoberto, era um Terreiro do Paço que não conheciam, porque com excepção, aliás bastante aprazível, da explanada do Martinho da Arcada, nunca tiveram nenhum motivo para estar nas arcadas. E a chave da resolução do problema do Terreiro do Paço, não tinha a menor das dúvidas, seria quando, finalmente, a Frente Tejo colocasse e abrisse o espaço das arcadas, e as arcadas puderem ser efectivamente fruídas. -----

----- E como era um optimista, tinha a convicção que, mais tarde ou mais cedo, a Frente Tejo haveria de fazer isso, e não manter fechados aqueles espaços que já foram cedidos pelos Ministérios, mas os havia de abrir para que eles pudessem ser fruídos pelas pessoas. E quando isso acontecesse começariam a ter um outro Terreiro do Paço. -----

----- Disse que o Sr. Deputado Municipal Silva Dias esticara dizendo que havia um terceiro Terreiro do Paço, que era o da frente ribeirinha, ao que diria, “pois há, ou melhor, haveria”. E a grande dificuldade que tinha não eram os três degraus! A grande dificuldade que tinha era ainda existir aquela cobra mecânica dos carrinhos ali a passar. E, claro, ficava-lhes bem dizer que se fosse transporte colectivo era socialmente mais justo, haveria mais gente a fluir do que em transporte individual, mas não resolvia o problema da acessibilidade à frente ribeirinha. -----

----- E esse era um tema que necessariamente ficara, não dizia que era um tema encerrado, achava que não era um tema encerrado. Era um tema em aberto, um grande tema em aberto, e esperava que em menos de seis anos a esse tema pudessem regressar, o da frente ribeirinha. -----

----- Mas perante uma situação muito radicalizada que existia, de duas posições absolutamente apostas relativamente ao modelo de circulação no Terreiro do Paço, em que havia uma série de pessoas, a começar pelo ACP que dizia que era preciso manter

as quatro faixas de rodagem para um lado e para o outro, e quem dizia, como dizia por exemplo o Sr. Vereador Manuel Salgado, de que não havia trânsito nenhum na frente ribeirinha, no que era, aliás, acompanhado pela Sra. Vereadora Helena Roseta, achava que a solução encontrada foi uma solução de equilíbrio. -----

----- Só que, como todas as soluções de equilíbrio, encantava a poucos, mas ia permitindo andar aquilo que era suficiente, e dar tempo ao tempo para, como costumava dizer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, deixarem de ter a discussão, que ainda hoje ouviram, de que era uma discussão claramente do passado, que eram precisos carros para os carros vitalizarem os territórios, para fazerem a grande discussão que iria que ter feita no futuro. Essa é que era a grande discussão, que era terem uma grande zona pedonal na frente ribeirinha e no coração da Baixa, porque isso é que efectivamente devolveria vida à Cidade. -----

----- Mas essa era uma discussão que não faltaria tempo para a poderem ter. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA Nº 115/2010 – APROVAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PARA AS LICENÇAS MUNICIPAIS RELATIVAS À EFECTIVA REALIZAÇÃO DO ROCK IN RIO – LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 115/2010 -----

----- PELOURO: Ambiente e Espaços Verdes -----

----- SERVIÇO: Direcção Municipal de Ambiente Urbano -----

----- “Considerando que: -----

----- A) A BETTER WORLD – Comunicação, Publicidade e Entretenimento, S.A. (BETTER WORLD) concebeu, projectou e realizou, com enorme êxito e reconhecimento unânime, a primeira, segunda e terceira edições do festival “*ROCK IN RIO – LISBOA*”, as quais se realizaram em 2004, 2006 e 2008, respectivamente; ---

----- B) A quarta edição do festival “*ROCK IN RIO – LISBOA*” irá realizar-se nos dias 21, 22, 27, 29 e 30 de Maio de 2010; -----

----- C) As três edições do festival “*ROCK IN RIO – LISBOA*” já realizadas foram responsáveis pela divulgação da Cidade de Lisboa em Portugal a nível nacional e internacional com mais valias significativas; -----

----- D) A Projecção internacional tanto na imprensa portuguesa como na imprensa estrangeira, com destaque para países como o Brasil, Espanha, Reino Unido, fez com que Lisboa fosse vista na televisão por 700 milhões de pessoas em 60 países e fossem publicadas 2132 notícias sobre a Cidade de Lisboa e 4400 sobre a Primeira Edição do festival “*ROCK IN RIO – LISBOA*”, 5000 sobre a Segunda Edição do festival “*ROCK IN RIO – LISBOA*” e 7000 sobre a Terceira Edição do festival “*ROCK IN RIO – LISBOA*”; -----

----- E) Tendo em consideração a relevância do “*ROCK IN RIO – LISBOA*” para a promoção e divulgação do nome e da imagem da cidade de Lisboa e de Portugal, é do interesse da Câmara Municipal de Lisboa garantir a realizar do evento por mais duas edições, a realizar em 2012 e 2014, nesta cidade; -----

----- F) A quinta e sexta edições do “*ROCK IN RIO – LISBOA*” têm, assim, entre os seus principais objectivos, a promoção e a divulgação do nome e da imagem da cidade de Lisboa e de Portugal; -----

----- G) Com estes objectivos, é do interesse da Câmara Municipal de Lisboa realizar a quinta e sexta edições do “*ROCK IN RIO – LISBOA*”, em 2012 e 2014, em datas a estabelecer posteriormente pela BETTER WORLD, no Parque da Bela Vista, onde se realizaram as restantes edições; -----

----- H) Por outro lado, o impacto e a relevância económica da realização do evento para a cidade de Lisboa, nomeadamente no sector do turismo, são essenciais para a dinâmica da cidade; -----

----- I) A Requalificação e Revitalização do Parque da Bela Vista constituem uma das preocupações e prioridades da Câmara Municipal de Lisboa, que pretende, sempre que possível, compatibilizar a sua prossecução com o acolhimento de eventos musicais desta natureza; -----

----- J) A quinta e sexta edições do “*ROCK IN RIO – LISBOA*” deverão, à semelhança das outras edições, respeitar as preferências do mercado nacional, promovendo e dinamizando, entre outras iniciativas, a música portuguesa; -----

----- Importa, pois, concretizar os termos e as condições em que se irão realizar as edições de 2012 e 2014 do Rock in Rio – Lisboa, assim: -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- I. Aprovar a minuta de Protocolo a celebrar entre o Município de Lisboa e a Better World, em anexo a esta proposta e que dela faz parte integrante, nos termos do disposto na alínea a) e b) do nº 4 do artigo 64º e do artigo 67º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção resultante da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- II. Aprovar submeter à Assembleia Municipal ao abrigo do artigo 12º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, para aprovação por este órgão deliberativo e ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 28 de Setembro, com a redacção resultante da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a isenção do pagamento das Taxas para as Licenças Municipais relativas à efectiva realização do Rock in Rio – Lisboa.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela era clara nos seus propósitos. No fundo, era tentar assegurar que houvesse mais duas edições do Rock in Rio, propondo-se a isenção de taxas para essas mesmas edições. -----

----- No seu entender o Rock in Rio tem sido um sucesso desde o seu início, achava que as contrapartidas pedidas eram razoáveis e, no fundo, era para terem festas de qualidade na Cidade em 2012 e 2014. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo, reunida em 2 de Junho de 2010, deliberou dar o seu Parecer relativo à Proposta N.º.115/2010. -----

----- Através da referida proposta, pretende a Câmara Municipal submeter a aprovação da Assembleia Municipal a isenção do pagamento de taxas para as licenças municipais relativas à efectiva realização do “Rock in Rio” – Lisboa, em 2012 e 2014.

----- De referir que a presente proposta surge no seguimento de propostas idênticas, relativamente às quatro primeiras edições – 2004, 2006, 2008 e 2010, sobre as quais recaíram igualmente isenções de taxas para as respectivas licenças municipais. -----

----- De referir também que, actualmente, em virtude da aprovação do novo Regulamento de Taxas, a Câmara Municipal de Lisboa pode, por si só, aprovar a futura isenção. De qualquer modo, a proposta n.º. 115/2010, aprovada em Março de 2010, e submetida à Assembleia desde essa data, está em condições de igualmente ser votada neste Órgão. -----

----- Para complementar a análise da proposta em apreço, a Comissão tomou conhecimento da informação remetida pela Sra. Vereadora das Finanças, composta pela estimativa de taxas a cobrar, bem como o valor estimado de contrapartidas, acompanhada pelo estudo sobre o impacto económico em Portugal do “Rock in Rio” Lisboa 2008 (documentação em anexo, que faz parte do presente Parecer). -----

----- Neste contexto, a Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo deliberou o seguinte: -----

----- 1. Exigir à Câmara Municipal de Lisboa que proceda a uma negociação com a Better World, no sentido de se conseguir as melhores contrapartidas possíveis, por ocasião da realização do “Rock in Rio” em 2012 e 2014 (aprovado por maioria, com o voto contra do BE, estando ausentes na votação o PCP e o CDS-PP). -----

----- 2. Que a Câmara Municipal de Lisboa dê conhecimento à Assembleia Municipal de Lisboa das contrapartidas anteriores, nomeadamente o ponto de situação actual (aprovado por unanimidade, estando ausentes na votação o PCP e o CDS-PP). -----

----- Assim sendo, a Comissão Permanente de Administração, Finanças, Património, Desenvolvimento Económico e Turismo conclui que a presente proposta se encontra em condições de ser discutida e votada em plenário.” -----

----- **O Deputado Municipal Filipe Pontes (PSD)**, no uso da palavra, disse que em relação à forma como esta proposta e todo o processo lhes chegara, o que era extensivo a outras propostas, havia uma questão que era importante referir. Aquando da discussão de uma proposta deste tipo em sede de Comissão, neste caso na Comissão de Finanças, seria sempre importante que fizesse parte da informação a disponibilizar o cálculo do montante das contrapartidas das propostas, em termos quantitativos por um lado, e, por outro, o montante das taxas a isentar. -----

----- Enfim, para ser claro, e tratando-se até de uma Comissão de Finanças, que obviamente tratava de números e não de questões de expectativas e perspectivas reais e concretas, que essa informação viesse. E isso tinha também a ver com a proposta 268/2010, referente ao Festival Delta-Tejo. Isto porque eram esses os dados concretos que lhes permitiam ajuizar e decidir em concreto. -----

----- Passando à proposta em concreto, disse que agarrando-se aos dados que a Sra. Vereadora das Finanças lhes dera e à informação que foi disponibilizada, a Comissão apurava expectável para a realização do evento, em 2012, o montante a isentar de cerca de três milhões de euros. Mais adiante era dito que em relação ao evento em 2014, esse montante teria que ser ajustado, majorado obviamente, e tinha a ver com aquela questão das taxas e da sua implementação progressiva e escalonada, que estava prevista conforme foi apresentada com efeitos a partir de 1 de Maio. -----

----- Portanto, sabiam que em 2012 o montante a isentar seria de três milhões de euros, como sabiam também que em 2014 seriam três milhões de euros mais qualquer coisa. Ou seja, estavam a isentar um total de mais de seis milhões de euros. -----

----- Quanto às contrapartidas que a Better World dava à Câmara Municipal, disse que elas, segundo a informação que foi também disponibilizada pela Sra. Vereadora, ascendiam, em termos tangíveis materiais, a 800 mil euros, e eram, entre outras coisas, a disponibilização de um espaço de 80 m² no Rock in Rio – Madrid, avaliado em cerca de 200 mil euros; a construção de abastecimento de água e drenagens de instalações, no montante de 60 mil euros; entre outros *items* todos eles totalizando 800 mil euros. -----

----- De facto, isso era o que era, e eram esses os dados que tinham na mesa: por um lado, um montante de isenção de 6 milhões de euros, e, por outro, um montante de contrapartidas de 800 mil euros. -----

----- Mas tinham algo que era mais grave na forma, que era o princípio de que esta proposta vinha com a obrigatoriedade de serem dois eventos para a frente, ou seja, isentara-se 2008 e 2010, e pedia-se agora a isenção para 2012 e 2014. Isto é, por um lado, a Assembleia via-se obrigada a isentar um evento com um período de quatro anos para a frente, portanto já fora da vigência deste mandato, e, por outro, faziam-no como chantagem, ou seja, se não fossem os dois não era nada. -----

----- E havia ainda uma outra questão que lhe parecia também relevante, que constava, aliás, das conclusões do Parecer da Comissão de Finanças, que acabara de ser apresentado pelo seu Presidente, que era a questão da fiscalização das contrapartidas. Sabiam que em 2008 muitos dos presentes já então estariam na Assembleia Municipal de Lisboa e aprovaram as contrapartidas que estavam escritas na proposta, pelo que a questão era saber se a Câmara lhes conseguia responder se nesta data, concluídas que estavam já as duas últimas edições, 2008 e 2010, essas contrapartidas foram efectivadas. -----

----- Essa era uma questão que desde já colocava ao Sr. Vereador, porque era importante negociar contrapartidas sim senhor, mas era importante e essencial a correcta fiscalização das mesmas, porque não fazia sentido estar a negociar o que não era fiscalizado. -----

----- Disse, ainda, que não deixava de ter alguma piada ver, mais uma vez, o Sr. Vereador Sá Fernandes a apresentar esta proposta. Mas ainda bem, todos tinham o direito a evoluir. Há pouco falava-se da cassete e do CD, no caso do Sr. Presidente, que já não estava presente, era o MP3 porque já era o terceiro ano que o tinham ali à frente. Portanto, era uma evolução progressista, de facto era bom evoluir e era bom

reconhecer que esse evento era interessante para a Cidade. Não como em 2007 em que o Sr. Vereador dizia para a imprensa que não compreendia como era que a Autarquia de Lisboa virava as costas aos mais desfavorecidos para poupar taxas a cobrar à Better World. -----

----- Enfim, mudam-se os tempos mudam-se as vontades, já dizia o poeta, e de facto todos tinham o direito a mudar de opinião. O que era certo e sabido era que o PSD não estava disponível para aprovar a isenção de taxas para a segunda edição. Ou seja, ou havia uma alteração à proposta sendo apenas colocada em cima da mesa a isenção de taxas para o ano de 2012, ou então a proposta não seria votada favoravelmente pelo PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que sobre a proposta n.º 115/2010 havia alguns aspectos que importava referir. -----

----- O primeiro, que tinha até alguma piada, é que foi o PSD que começara com esse tipo de eventos, especificamente com este, e na altura não havia contrapartidas tão claras como hoje tinham. De facto, houve uma evolução naquilo que era o processo, o que era compreensível, mas não deixava de ser uma tónica que tinha que ser referida. -

----- Por outro lado, houve um estudo feito pela Universidade Católica Portuguesa sobre a envolvente económica que o Rock in Rio conseguira exarar naquilo que foi a economia local da Cidade de Lisboa. E aquilo que o estudo mostrava, era que houve um claro aumento do conjunto de receitas a vários níveis: a nível de hotéis e de restaurantes, o que iria também contribuir para o aumento da própria riqueza nacional, e contribuir até para o aumento da própria derrama. Enfim, voltando um pouco atrás, aquilo que era uma preocupação que há pouco ali demonstraram. -----

----- Mas havia ali um dado que era importante para que todos pudessem ter bem a noção daquilo que o evento fazia. Havia cerca de mil pessoas que entravam no País, exclusivamente a nível de *staff* entre o conjunto de artistas, de empresas, de patrocinadores. Portanto, só naquilo que era o *staff*, havia mil pessoas que iam fazer uma série de consumos, e que iriam possibilitar o aumento de riqueza a esse nível. Havia um número estimado em cerca de nove mil pessoas que entravam no País, exclusivamente para assistir ao espectáculo e, como tal, também do ponto de vista do turismo poderia ser benéfico para Lisboa. -----

----- Tinham também que avaliar o impacto da imagem externa que Lisboa ganhava com este evento. Foi um evento que tivera numa série de países um tempo total de TV de 45.000 horas, isto é, foi um tempo em que a própria Cidade de Lisboa foi referenciada, o que era positivo para a imagem externa que Lisboa tinha. -----

----- Mas havia um aspecto mais local que pensava ser importante referir, que era a criação local de alguns postos de trabalho. Era certo que eram postos de trabalho que duravam pouco tempo, todos tinham essa noção, mas com o conjunto de *stands* de vendas de comes e bebes, de brindes, havia a criação local de postos de trabalho, o que era importante, todos tinham a noção do sítio onde o próprio Rock in Rio estava, para um conjunto de bairros sociais à volta e para as pessoas que tinham possibilidade

de conseguir ter algum tipo de rendimentos durante o tempo em que decorria o festival. -----

----- Por outro lado, a Câmara Municipal de Lisboa quando lhe foi pedido um conjunto de dados, sempre informara o conjunto de custos associados, bem como o conjunto de indemnizações de taxas, e o conjunto de serviços prestados. O que levava a que fosse mais fácil fazer a análise, porque independentemente da opinião política que se pudesse ter, havia o conjunto de dados o mais claro possível para que todos pudessem fazer a análise daquilo que era o ganho que a Cidade tinha e aquilo que era o conjunto de isenção de taxas que a Cidade dava. -----

----- Mas também tinham que ter em atenção que havia um conjunto de municípios à volta de Lisboa que ofereciam condições melhores, e que se Lisboa não tivesse capacidade para conseguir isentar algumas taxas, obviamente havia municípios que oferecendo melhores condições, esse tipo de eventos iriam optar por outros sítios à volta, e Lisboa quando perdesse esse tipo de eventos não se poderia queixar de ter perdido esse tipo de eventos culturais. -----

----- Disse que o PS também considerava que devia haver fiscalização, pois tendo combinado com a empresa que geria o Rock in Rio, a Better World, uma série de condições, elas deveriam ser cumpridas. -----

----- Portanto, achava que a proposta era simples. Foi um evento público, um evento a que muitos tiveram oportunidade de ir e, como tal, considerava o PS que esta proposta devia merecer a aprovação de todos, embora, eventualmente, alguns partidos pudessem ter algum tipo de considerandos políticos, porque do ponto de vista real daquilo que era um impacto positivo que tinha sobre a Cidade de Lisboa, devia merecer a aprovação de todos. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia para duas ou três semanas, a Cidade de Lisboa demonstrara no panorama da vida cultural, grande diversidade e dinamismo, pois se, no Domingo à noite, assistiram ao espectáculo final do Festival de Rock, na terça-feira seguinte ali se propusera a classificação do Fado como Património Mundial. E se em relação ao Fado foi evidente o sentimento colectivo de pertença e o lado apaixonante da iniciativa, quanto ao rock surgiram e mantinham-se interrogações e dúvidas quanto aos benefícios e aos malefícios da realização de um festival daquela natureza numa zona verde estabilizada da Cidade. -----

----- Não haveria dúvida que se tratava de um acontecimento de indiscutível valor recreativo e cultural que obtivera uma vasta adesão da população, com a virtude de se realizar num bairro da Cidade, sobre o qual a burguesia conservadora insistia em lançar o anátema de social. E por ter em consequência projectado o sítio e contribuído para a implantação de um sentimento de patriotismo vulgar. Dizia-lhe há dias, com orgulho, um habitante de Chelas, “Grande bairro este, que até já cá veio a Madonna cantar”. -----

----- Cumpria-se o desígnio contido no Plano de Urbanização de Chelas, elaborado pelo Gabinete Técnico de Habitação e publicado em 1966, ao preconizar que a integração de tão vasta área no conjunto da Cidade se deveria fazer através de um

sistema viário adequado, da localização de fontes de trabalho e de equipamento de interesse para a Cidade e a região, de forma a equilibrar o ciclo diário da zona e evitar a segregação e a mono-funcionalidade. -----

----- Sem optimismos exagerados poder-se-ia dizer que estes objectivos foram, ou tinham vindo a ser alcançados. O sistema viário completava-se incluindo o Metro, que à data era considerado como uma utopia, o equipamento com interesse para o conjunto da Cidade e da região iniciara-se com a construção do ISEL, e culminaria com a construção do Hospital de Todos os Santos. Os lotes industriais foram sendo preenchidos e assistia-se, inclusivamente, a algumas reconversões conseguidas como a fábrica de lapidação de diamantes que o deixara de ser para ser a sede da televisão. --

----- Destinava-se um papel importante neste processo de integração ao Parque da Bela Vista, como charneira entre Chelas e Alvalade e as Olaias e Chelas. E ele teria desempenhado com amplitude esse papel. -----

----- Há anos vira, numa clareira do parque um grupo de indianos, rigorosamente equipados nos seus trajes brancos, a jogar críquete, jogo muito popular no seu país de origem e demonstração do carácter multi-étnico da Freguesia de Marvila. -----

----- Ali evocava o que seria, segundo o Plano de Urbanização de Chelas, aquilo que então se designava por Parque Oriental da Cidade. Seria uma mancha verde contínua que iria do portal do Convento de Chelas e da sua Galilé, monumento classificado, até à Quinta do Alemão, sobranceira ao aeroporto, que permitia percursos pedonais, suaves com extensões de três ou quatro quilómetros, usufruindo de belas vistas, sobre a Cidade, o Estuário e Serra da Arrábida. -----

----- E aqui chamava a atenção para um facto singular na construção da cidade. Existia em Chelas um viaduto, que não era para que duas vias se cruzassem mas sim para que um parque passasse por cima de uma via rápida, a Av. Marechal Spínola, precisamente para garantir a referida continuidade. -----

----- Mas tem sido atribulado o destino do Parque Oriental da Cidade, há uns anos a esta parte. Do troço Sul, entre Chelas Velha e a Av. Marechal Spínola, incluído o Vale das Olaias, falara-se a propósito da construção do IPO mas parecia ter caído no olvido. O troço Norte, entre a Rua José Régio e a Av. Gomes da Costa foi sonogado à população. -----

----- Há anos viera à Assembleia a proposta de concessionar esse terreno para a construção e exploração de um campo de golfe. Estalara a controvérsia entre os que se opunham ao que entendiam ser uma privatização do uso do solo urbano e aqueles que entendiam que esse equipamento de interesse geral para a Cidade poderia contribuir para a já referida interligação Chelas-Cidade. -----

----- Numa nota pessoal, disse que votara favoravelmente integrado no segundo grupo, mas se o arrependimento matasse hoje já estaria defunto. É que o prometido campo de golfe tornara-se quase baldio, cercado por decrepita vedação e parecia servir só de maltratado logradouro de um restaurante de vida precária. Impunha-se rever a situação. -----

----- Sobre o troço central do Parque Oriental da Cidade, de que hoje se ocupavam, caíra a ventura ou a desventura de aí se realizar, de dois em dois anos, um festival que atraía multidões. -----

----- Podia resumir-se a situação, esquematicamente, da seguinte forma: existia um parque lindo, equilibrado e usado pela população, mas veio um festival que o cercara e destruíra. Durante dois anos o reconstruíam, em duas ou três semanas veio um festival e o destruíra. Durante dois anos o reconstruíam e em duas ou três semanas veio um festival e foi de novo destruído. E assim até quando? -----

----- Hoje mesmo só lhes era dado espreitar o Parque da Bela Vista por dois portões abertos, numa espécie de muro da vergonha, cuja construção era estranhamente entendida como contrapartida pelos malefícios causados, e lá dentro havia restos materiais. No sítio onde havia anos se via jogar o críquete, estava um terraplano careca e do solo emergiam topos de fundações, em betão, onde de dois em dois anos se implantava ruidoso palco. -----

----- A questão fundamental contida na presente proposta não caía exclusivamente no campo da contabilidade e no saber se a hotelaria, a restauração, os transportadores, os vendedores de bebidas ou o mundo do espectáculo ganhara. Ou aceitar o princípio popular de «quem parte...paga». -----

----- O fundamental era saber se existia compatibilidade entre o uso de um parque, entidade viva que se queria equilibrado e tranquilo e a agressividade de um festival, fosse no Parque da Bela Vista ou em Monsanto. -----

----- E talvez pudessem geminar esse problema com outro, o da Feira Popular e do parque de diversões moderno de que Lisboa carecia. -----

----- Numa escala mais ampla de avaliação, talvez fosse de volver um olhar analítico sobre a política de gestão dos espaços livres da Cidade. Saber quando e porquê se renovava, quando se remodelava ou se fazia obra nova. -----

----- As obras do Príncipe Real ultrapassaram a conservação e a resolução de problemas fitossanitários. Aguardavam-se as conclusões do uso. -----

----- A Praça de Londres estava esventrada enquanto a população e os feirantes só pediam pavimentos e segurança. E atenção a esse aspecto: os pavimentos de um jardim queriam-se cómodos, seguros e limpos. -----

----- Constava que a Praça do Município ia ser objecto de dispendiosa remodelação. Porquê? Entretanto: nas bermas da Av. Marechal Spínola, ardia o mato, na Feira do Relógio não foi plantada uma única árvore, e o troço final do Parque do Vale Fundão era um matagal. -----

----- Enquanto não fosse clara a política de gestão das zonas verdes da Cidade, incluindo a repartição de recursos, não poderiam comprometer o futuro do Parque da Bela Vista, fosse por dois, fosse por quatro anos. -----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a presente proposta ia para além daquilo que, no entender do CDS-PP, era a legitimidade política da Assembleia. Não estava a falar de uma legitimidade legal, estava a falar de uma legitimidade política, ou pelo menos de um certo entender do CDS-PP do que era essa legitimidade de isentar de taxas uma edição que ainda não se

conhecia os seus termos, que era a de 2014, e para a qual nem sequer iriam estar ali, enquanto eleitos, pelo menos por este mandato. -----

----- Ou seja, se compreendia, embora pudesse discordar, a isenção de taxas da próxima edição, não lhe parecia que a Assembleia Municipal se devesse vincular a uma isenção de taxas para a segunda edição, não só porque já não estariam ali enquanto eleitos pelas últimas eleições, como não sabiam como era que correria a edição de 2012, se foram cumpridas ou não as obrigações do Rock in Rio, e se estava ou não estava a Assembleia Municipal, as contas da Cidade e a Cidade, em condições de avaliar se a edição de 2014 mantinha ou não os termos dos impactos económicos que foram estimados para esta edição e que tinham sido apresentados com a proposta.

----- Portanto, isso era o suficiente para que o CDS-PP manifestasse as suas reservas, e já sem falar do ponto de vista da própria isenção de taxas e da forma como o estudo de impacto económico e do próprio Rock in Rio foi feito. -----

----- Não se negava que o Rock in Rio tivesse um impacto eventualmente positivo, mas tinham muitas reservas quanto à forma e a metodologia do estudo. Fazia lembrar um bocadinho uma falácia de um economista francês, o Bastiá, que era a falácia da janela partida, que muito rapidamente contava. “Um miúdo estava a jogar na rua, parte uma janela com a bola, e alguém lhe diz: não tenhas problemas, porque como partiste a janela, vais dar trabalho ao vidraceiro que para ir comprar o vidro, vai ter que ir comprar aos seus fornecedores e portanto a economia avança”. Só que depois nunca ninguém contava o que a pessoa que tinha o vidro faria com o dinheiro que foi gastar no vidro, e toda a forma como a economia avançaria também a partir daí. -----

----- Portanto, havia alguns dados do estudo com os quais não estavam muito de acordo, mas a objecção de princípio do CDS-PP era em termos da Assembleia se poder vincular a isentar de taxas um evento que se realizaria para além do período deste mandato, e sem saber como correria a próxima edição de 2012. -----

----- Chamou a atenção que este protocolo tinha uma alteração em relação ao protocolo anterior, visto que, pela primeira vez, não se pedia à Better World que indemnizasse ou de alguma forma compensasse a Câmara Municipal de Lisboa, no caso de denunciar o protocolo e de optar pela não realização do evento. -----

----- Tiveram o exemplo do Red Bull e do que poderia ter acontecido. Seria talvez positivo que a Câmara Municipal incluísse, à semelhança das edições anteriores, uma cláusula onde acautelasse os seus direitos relativamente a uma eventual rescisão. -----

----- Quanto à isenção de taxas propriamente dita, disse que independentemente de estarem a falar do Rock in Rio, não deixava de ser sintomático que no mandato em que se aumentava a carga de taxas que era imposta aos munícipes de Lisboa da forma como foi feito, determinado tipo de eventos tivessem a sua isenção, e mais, tivessem a isenção assegurada para além dos limites dos quatro anos para os quais foram eleitos. -

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, começou por agradecer à Sra. Presidente ter mandado distribuir o documento que lhe solicitara que fosse distribuído, e que continha a pergunta feita pelo Deputado Heitor de Sousa ao Ministério do Ambiente, e a resposta que tinha vindo do Ministério do Ambiente relativamente à qualidade do ar do Túnel do Marquês de Pombal. O Sr. Presidente da

Câmara preferira ignorar que a sua pergunta tinha como base esses documentos e, enfim, preferira não responder. Registava-se que não houve resposta. -----

----- Disse, depois, que nesta sua intervenção ia falar conjuntamente da posição do BE relativamente a duas propostas: a proposta 115/2010, relativa ao Rock in Rio, e a proposta 268/2010, relativa ao Festival Delta-Tejo, porque a posição do BE relativamente aos pedidos de isenção de taxas para ambos os festivais era a mesma. O BE rejeitava esses pedidos e no essencial por duas razões. -----

----- Primeira, porque consideravam que o local de realização dos festivais não era o adequado, e, segunda, porque não consideravam também adequada a discriminação positiva das empresas que realizavam esses festivais. -----

----- Relativamente à primeira razão, a localização desses festivais não ser a mais adequada, disse que a Assembleia já se pronunciara, na última reunião desta Sessão, sobre a localização do Festival Delta-Tejo, no Parque de Monsanto. Foi aprovado por todas as bancadas, excepto pela bancada que apoiava o governo, uma recomendação sobre o que ali fora considerado como agressões a Monsanto. Era uma versão um pouco mais branda do que a anterior que o PSD tinha apresentado, mas era clara relativamente aos efeitos que a realização do Festival Delta-Tejo tivera no Parque de Monsanto, e que, no entender do BE, e pelos vistos não estavam sozinhos, eram considerados inaceitáveis. Tolerância zero, em relação a essas agressões no Parque de Monsanto. -----

----- Relativamente ao Parque da Bela Vista, disse que o Deputado Municipal Silva Dias apresentara o problema de forma claríssima: um parque lindo, equilibrado e usado pela população, que de dois em dois anos era destruído. O Parque da Bela Vista e o Parque de Monsanto eram duas componentes essenciais da estrutura ecológica da Cidade, portanto, era inaceitável o uso repetido e inadequado desses espaços. Tolerância zero, do lado do BE, para essas utilizações. -----

----- Era evidente que isto levantava outro problema, que era a necessidade de em Lisboa haver um local adequado para estes festivais ao ar livre: de rock, de música clássica, fosse do que fosse. Lisboa devia dotar-se de um espaço próprio que não tivesse na sua utilização os inconvenientes que estes dois espaços tinham. Porque o BE não era contra a realização deste tipo de festivais, eram a favor, evidentemente, mas em locais próprios. -----

----- Segundo questão: a tal discriminação positiva desses festivais relativamente a outros contribuintes. Por que era que a Better World e a Música no Coração eram isentas de taxas, e outras entidades que promoviam festivais não eram isentas de taxas? Quem promovia um festival de música rock ou de música pop num estádio desportivo, como em vários pontos do País se realizavam, tinha que pagar o aluguer do espaço, obviamente, e tinha que pagar todas as taxas a que legalmente era obrigado. -----

----- Por exemplo, o café ali em frente se quisesse colocar uma esplanada na via pública pagava honradamente a sua taxa, como era de norma. Por que era que essas entidades não pagavam a utilização do espaço? -----

----- Anteriormente, antes da aprovação do novo Regulamento de Taxas, dizia-se que o anterior Regulamento previa taxas que eram inaplicáveis porque eram muito elevadas, e que, portanto, face à inadequação do anterior Regulamento havia que ter uma atenção que permitisse viabilizar estas iniciativas. Mas o Executivo apresentara um novo Regulamento de Taxas, no pressuposto, evidentemente, de que as taxas que eram propostas eram as adequadas, esse Regulamento foi aprovado pela Assembleia e não havia razões para que, assim que o Regulamento era aprovado, se começasse a não aplicá-lo. -----

----- E, já agora, que lhe permitissem que fizesse ali uma reflexão. Se fossem ao estudo que foi entregue pela Universidade Católica relativamente ao impacto directo do Festival Rock in Rio em Lisboa, constatava-se – havia uma tabela três – que a Better World investia, estimava a Católica, 18 milhões e 750 mil euros. Os seus patrocinadores investiam 18 milhões e 875 mil euros. As receitas de produtos associados ao Rock in Rio valiam, dizia a Universidade Católica, 8 milhões de euros. -

----- Essas três componentes: investimento da Better World, investimento dos patrocinadores e venda de materiais, valiam, no seu total, 45 milhões e 625 mil euros! A que título se pedia uma isenção de três milhões de euros? Estaria a Câmara em situação financeira, em situação económica que permitisse dispensar a esses senhores o pagamento das taxas que eram devidas? -----

----- No entender do BE, a resposta era não! Mas mais, neste momento o País estava submetido, por acordo entre o PS e o PSD, a um programa de austeridade assimétrica, austeridade assimétrica porque não era igual para todos já que recaía, em primeiro lugar, nos mais fracos: nos trabalhadores, nos reformados, nos desempregados. A própria Câmara Municipal de Lisboa, como as outras Câmaras Municipais, por efeito dos PEC's, iria receber menos dinheiro do Orçamento de Estado, neste ano e nos próximos anos, e, portanto, a Câmara iria ter de fechar a torneira, iria ter menos dinheiro para distribuir. -----

----- Mas caso estas propostas fossem aprovadas, a Better World, em 2012 e 2014 tinha as suas isenções aprovadas. A Música no Coração, em 2010 e no ano seguinte tinha as suas isenções aprovadas. A austeridade também não valia para esses. Os outros que pagassem. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que era verdade que o Rock in Rio era uma coisa interessante para Lisboa, mas se calhar o Rock in Rio precisava mais de Lisboa do que Lisboa do Rock in Rio, e perante uma discrepância de gastos e de poupanças que eram feitas aos organizadores, e as contrapartidas que estes davam, a discrepância era tão grande que o PPM não podia estar de acordo com isso. -----

----- Disse que o seu colega de bancada lhe pedira para dizer ao Sr. Vereador Sá Fernandes que festivais havia muitos, e sugeria que, por exemplo, podia fazer o Festival do Fado in Rio, ali ao pé do Rio Tejo. Portanto o PPM iria votar contra, dada a grande discrepância existente entre as benesses que se davam e as contrapartidas que se recebiam. -----

----- **A Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, disse que à semelhança de anos anteriores, a Câmara Municipal de Lisboa apresentava à Assembleia Municipal uma proposta para isentar a empresa promotora do Festival do Rock in Rio do pagamento de todas as licenças camarárias necessárias à realização do evento, bem como de taxas de aluguer de equipamentos e materiais da Câmara. -----

----- A Câmara referia que a realização desse evento tinha como principais objectivos a promoção e a divulgação do nome e da imagem da Cidade de Lisboa e de Portugal. “Os Verdes” lamentavam que o nome da Cidade fosse apenas ouvido dessa forma, em vez de, por exemplo, se afirmar como uma das primeiras cidades europeias no *ranking* do índice europeu de cidades verdes, que analisara indicadores como emissões, consumo energético, transportes, resíduos ou qualidade do ar, em 30 das principais cidades europeias. -----

----- Disse que o Grupo Municipal de “Os Verdes”, além de uma recomendação apresentada na Assembleia, requirera à Câmara, em Julho de 2008, os relatórios de avaliação das anteriores edições do Rock in Rio, bem como uma lista discriminada com as compensações financeiras, ambientais ou outras, protocoladas com a organização do evento. -----

----- Com base em informação remetida pela Comissão Permanente de Finanças, além do seu Parecer, puderam analisar um estudo sobre o impacto económico da edição de 2008 do Rock in Rio, bem como a informação do Departamento de Contabilidade composta pela estimativa de taxas a cobrar, neste caso a isentar, e ainda o valor estimado de contrapartidas da Better World à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas passava a abordar algumas questões relativas ao estudo elaborado pela Universidade Católica. -----

----- Referia o estudo, na sua introdução, que para a elaboração do mesmo tinham sido utilizados os dados dos inquéritos à mobilidade do público realizadas pela IVELO para contabilização das emissões de gases, com efeitos de estufa, associados no âmbito do projecto “Por um Clima Melhor”. -----

----- Seria importante saber os resultados desse estudo, pois, como todos sabiam, esse evento tinha impactos negativos, quer fosse ao nível do ruído para os habitantes das zonas envolventes do Parque, as emissões de CO₂, as agressões sobre a estrutura natural e a interdição de acesso ao público em geral, durante o decorrer do evento, entre outros. -----

----- No estudo da Universidade Católica puderam ainda verificar que cerca de 70% do público que se deslocava ao Rock in Rio vinha da Área Metropolitana de Lisboa. Contudo, não era esse dado que os preocupava, mas sim a percentagem de público que se deslocava até ao evento de automóvel, que correspondia a 55,1%, sendo dessa forma o meio de transporte mais utilizado, em detrimento do Metro, 15,3%, ou do autocarro, 8,3%. -----

----- Esses valores preocupavam-nos pois demonstravam que havia um impacto reduzido das campanhas de sensibilização ao uso do transporte público direccionadas ao público-alvo, e que factores como o preço dos bilhetes e a informação escassa continuavam a fomentar o uso do transporte individual. Tendo em conta que a maior

percentagem de público tinha a sua origem na Área Metropolitana de Lisboa, era preocupante uma percentagem tão elevada do uso de transporte individual. -----

----- Quanto aos valores a isentar a empresa promotora do evento, disse que “Os Verdes” consideravam que a quantia relativa às contrapartidas era extremamente reduzida quando comparada com o valor a isentar. Partindo das taxas de referência de 2010, o total de taxas era de quase três milhões de euros, valor esse por edição, enquanto que o valor estimado das contrapartidas da Better World à Câmara Municipal de Lisboa era de apenas 800 mil euros. -----

----- Tendo em conta que o recentemente aprovado Regulamento de Taxas e Preços traduzia claramente aumentos generalizados, afectando vários sectores, era uma injustiça que se viesse a isentar a promotora do Rock in Rio, quando os lisboetas tinham um agravamento da sua carga fiscal. -----

----- Referiu que a realização deste evento implicava a utilização de espaços públicos, a instalação de estabelecimentos comerciais temporários e a produção de ruído, motivos pelos quais seriam devidas taxas municipais, nos termos do respectivo Regulamento municipal, pelo que perguntavam ao Executivo se o valor das contrapartidas em edições anteriores também teria sido assim tão reduzido. -----

----- Por outro lado, gostariam de saber ainda se a Autarquia tem procedido a estudos de locais alternativos para a realização deste evento, em vez de degradar o Parque da Bela Vista, que foi reabilitado em 2001 com verbas do Município. -----

----- Em Espanha, por exemplo, optara-se pela construção de raiz de um espaço para o mesmo efeito, em Arganda del Rey, nos arredores de Madrid, sem impactos para os moradores e servido pela linha do Metro. -----

----- A finalizar, disse que apenas pretendiam lembrar ao Executivo que as preocupações do Grupo Municipal “Os Verdes” se mantinham, principalmente pelo facto do Parque da Bela Vista ser um grande parque urbano que fazia parte integrante do Parque Oriental da Cidade. -----

---- **O Deputado Municipal John Rosas (MPT)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Vereador Sá Fernandes vinha apresentar à Assembleia uma proposta para isenção do pagamento de taxas para as licenças municipais à efectiva realização do Rock in Rio de Lisboa, sem quaisquer contrapartidas decentes, na opinião do MPT, para o Município de Lisboa. -----

----- Mas gostaria, antes de mais, de dizer que o MPT não era contra a música, nem contra o entretenimento, nem contra os concertos ao ar livre. O que o MPT era contra, era propostas lesivas dos interesses da Cidade e dos seus municípios. De facto, o MPT queria desde já expressar o seu total desacordo e perplexidade com os termos do acordo que a Câmara Municipal pretendia celebrar com a Better World, que não era uma instituição particular de solidariedade social, mas sim, uma sociedade anónima com fins muito lucrativos. -----

----- Entendia ainda o MPT, que tal acordo era fortemente lesivo para os municípios de Lisboa, face ao imenso investimento que se exigiria ao Município de Lisboa, fosse através da disponibilização de espaços, serviços camarários, funcionários, gastos com energia, água, recolha de resíduos, etc. -----

----- Acontecia que, todos sabiam, a Câmara Municipal era demasiadamente criteriosa na escolha dos apoios, fossem financeiros ou não, que atribuía às IPSS, que, essas sim, desenvolviam um meritório e necessário trabalho social em prol das camadas da população mais desfavorecida da Cidade de Lisboa. -----

----- Aliás, cumpria referir que a Assembleia Municipal aprovara, no passado dia 18 de Novembro de 2008, o Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, que o Executivo anterior, sob a presidência do actual Presidente, submetera, através da proposta 496/2008, à deliberação da Assembleia. -----

----- E a primeira pergunta ia no sentido de saber se esse protocolo com a Better World fora elaborado de acordo com os requisitos para atribuição de apoios, e se teria sido apreciado de acordo com os critérios de selecção previstos ao abrigo do disposto no Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa. -----

----- Teriam os pedidos de apoio sido instruídos e apreciados em conformidade com os mecanismos normais de apreciação da própria Câmara ou, pelo contrário, foram atabalhoadamente deixados em cima da secretária do Pelouro, que agora vinha submeter à Assembleia a isenção do pagamento de taxas para as licenças municipais já referidas, entre uma bucha para o almoço e um acepipe para o lanche? -----

----- Por outro lado, cumpria perguntar também, antes de uma qualquer tentativa de isentar a organização do Rock in Rio do pagamento de taxas, quais as contrapartidas que os lisboetas, em concreto, iriam receber do supostamente magnífico acordo que a Câmara pretendia celebrar com a Better World. -----

----- E certamente não se estaria a referir ao vergonhoso rol de supostas contrapartidas apresentadas na Cláusula IV do referido e despropositado protocolo. De facto, era verdade que prometeram uma ponte pedonal entre a Av. Afonso Costa e o Parque da Bela Vista, que ainda estava por aparecer, se bem que já lá existissem uns reclamos há muito tempo a anunciar esse magnífico empreendimento. Aquela expressão do “para inglês ver” estava gasta, e no seu caso, que até tem costela inglesa, não servia os seus intentos. -----

----- Disse que o MPT queria saber quem era que pagava a electricidade, a água, o saneamento, a limpeza do espaço, se haveria funcionários da Câmara a trabalhar no local da realização e quem era que lhes iria pagar. A Câmara Municipal poderia desafectar esses funcionários dos respectivos serviços camarários para a Bela Vista, sem com isso prejudicar os próprios serviços e em última instância os lisboetas? -----

----- Mas nada como reportarem-se ao protocolo para logo aí verificarem o que era que havia a dizer. No ponto número um, o Sr. Vereador pretendia disponibilizar os serviços camarários para, sem qualquer custo para a Better World, preparar o local especificamente escolhido para a realização da 5ª e 6ª edições do Rock in Rio – Lisboa. -----

----- Ora, cumpria desde já indicar que os serviços camarários teriam que, de acordo com a alínea a), do n.º 1, da referida proposta, preparar o espaço em causa com vista à realização do evento. Preparar, note-se! Queria referir o envio de um batalhão de cantoneiros, de electricistas e demais funcionários da Câmara, dos tais serviços

camarários para ajardinar, pavimentar e todos os demais serviços necessários para montar uma estrutura gigantesca como a do Rock in Rio? -----

----- E que dizer das outras obrigações que a Câmara Municipal assumia em tão despropositado protocolo? De facto, os tais serviços camarários que a Câmara disponibilizava com tanto à-vontade, teriam ainda que montar estruturas? -----

----- Que se visse a alínea b) do n.º 1, da proposta: “garantir as fontes de energia eléctrica, pontos de água potável, rede de esgotos e cabos de telefone”, alínea c); “fornecer serviços de limpeza, recolha e remoção de resíduos sólidos urbanos do local”, alínea e). Enfim, um rol de obrigações que sairiam dos bolsos dos lisboetas sem que, no entanto, se tivessem acautelado os seus interesses, nem houvesse contrapartidas que se pudessem considerar como decentes para o Município de Lisboa. -----

----- De facto, contara bem as alíneas e números desse pretenso protocolo de colaboração bilateral, no que respeitava às obrigações a que o Município de Lisboa, através da Câmara e dos seus serviços camarários se obrigaria, e que constavam de nove números e nove alíneas. -----

----- Já no que respeitava, quer às obrigações, quer às contrapartidas, por parte da Better World, entendia que poderiam reduzir tudo a uma só alínea, a do enorme benefício financeiro que a Better World e os seus organizadores retirariam da realização deste Rock in Rio à custa do Município de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Saberá o Sr. Vereador informar a Assembleia, qual a previsão de receitas que a Better World pensava encaixar com esta iniciativa? Certamente que o poderia fazer com base nos relatórios de contas das anteriores edições desse evento, e uma vez que era o Pelouro do Ambiente, que na pessoa do Sr. Vereador Sá Fernandes, apresentava esta proposta de isenção, gostaria de lhe perguntar onde estavam os estudos de impacto ambiental para a realização deste evento, e que contrapartidas ambientais receberia o Município de Lisboa a troco da isenção do pagamento de taxas. -----

----- Em suma, queria que o Sr. Vereador dissesse à Assembleia e aos munícipes da Cidade quem ganharia com a realização deste evento. O que ganhariam os lisboetas com a realização deste evento? -----

----- Certamente, num Better World estariam os organizadores desta iniciativa que, gozando com a cara dos lisboetas, continuariam a encher-se à tripa-forra e à custa dos munícipes da Cidade. Como podia este Executivo ter dois pesos e duas medidas, procedendo, por um lado, ao agravamento substancial da carga fiscal sobre os alfacinhas, e relativamente à mesma matéria, pedir à Assembleia isenção do pagamento daquelas mesmas taxas. -----

----- Disse, ainda, que era uma vergonha que o Sr. Presidente da Câmara não soubesse ter mão nos seus Vereadores, e permitisse que estes viessem agora apresentar à Assembleia Municipal propostas tão prejudiciais para a Cidade de Lisboa e os seus munícipes, como a que ora se propunha. Quem perdia eram sempre os mesmos: os lisboetas. Enquanto o MPT não tivesse respostas cabais e directas a esta pergunta, votariam sempre contra propostas que entendessem ser prejudiciais para a Cidade de Lisboa e os seus munícipes. -----

----- A finalizar, disse que gostaria de deixar bem claro que o Grupo Municipal do MPT iria votar contra esta proposta, como não poderia deixar de ser relativamente a propostas que entendiam serem extremamente gravosas para a Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Filipe Lopes (IND-PS)**, no uso da palavra, disse que ia falar em relação as duas propostas, a 115/2010 e a 268/2010. -----

----- Os IND-PS consideravam que as duas isenções de pagamento das taxas para as licenças municipais relativas à realização do Rock in Rio em Lisboa e o Festival Delta-Tejo não deviam ser concedidas por se tratar de eventos com um forte cariz comercial. -----

----- As justificações pelas contrapartidas e estímulo à economia eram falaciosas, pois a grande maioria das obras consideradas nessas contrapartidas eram necessárias para a realização dos eventos, não tendo nenhuma vantagem para os espaços verdes em causa, antes vinham prejudicar fortemente as suas características e o seu coberto vegetal. -----

----- Assim, quanto à animação da economia, era igualmente falacioso considerar as despesas das deslocações em transportes dos visitantes, pois faltaria também ponderar a quantidade de CO2 emitida. Já era tempo de levar a sério a redução dos consumos energéticos. Podiam, no máximo, tolerar mas nunca incentivar através de uma isenção. E em relação ao Rock in Rio, a segunda isenção, a de 2014, correspondia a uma data fora do actual mandato, pelo que, em face disto, os Deputados Municipais IND-PS iriam votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que os efeitos do Rock in Rio, no Parque da Bela Vista, eram para todos, desde o início, só quem não ia lá ver, só quem não falava com as pessoas, um desastre. E um desastre que se prolongava no tempo. -----

----- De facto, recordava da leitura da discussão em Câmara, uma frase do Vereador Santana Lopes, que disse: “que grande esforço terá feito o Vereador Sá Fernandes a preparar esta proposta”. E de facto, depois de tanta cambalhota, de tanto combate em relação ao Rock in Rio, preparar esta proposta de isenção nestas condições, era efectivamente um grande esforço. Mas o Sr. Vereador dizia na apresentação “um sucesso”, como dizia na Câmara “estou confortável”. Eram expressões interessantíssimas num homem que evoluíra tanto politicamente ao longo destes tempos, ou involuíra, conforme a verificação. -----

----- Agora, não entendiam que o PSD se posicionasse no sentido de “bom, em relação a 2012, sim, depois em relação a 2014, vamos ver”. É que as coisas estavam claras em cima da mesa, e o que o PSD faria, obviamente, era deixar passar a primeira tranche, ajudando a preparar as condições para que a segunda também passasse. Então, até 2012 teriam tempo. Teriam tempo para estudar a situação. Para fazer os tais estudos de impacto que o Sr. Vereador Sá Fernandes, como responsável do ambiente, como já ali fora dito, teria sido obrigado a fazer, por uma Câmara que estivesse atenta a todas estas matérias. -----

----- Depois vinha a questão do estudo da Universidade Católica. Era efectivamente lamentável. Era lamentável porque tinha uma visão, não de estudo em profundidade

das várias componentes dos interesses da Cidade, mas dos interesses do negócio e era assim que a Universidade Católica se posicionava neste estudo que fora elaborado. ----

----- Ora bem, tinham ali uma realidade concreta, é que para 2012, já ali foi dito, eram quase três milhões de euros de isenção. Mas era preciso contar também, e quem lera a informação do Presidente da Câmara, apanhava lá pelo meio nas informações dos serviços, várias referências atávicas, em relação à prestação de trabalho para o Rock in Rio, porque havia muita matéria, muito tempo, muito material e muitos seres humanos, trabalhadores da Câmara, que não estavam contabilizados neste esforço de apoio ao Rock in Rio. -----

----- Portanto valeria a pena fazer um trabalho mais sério, porque eram três milhões de euros para aquilo que se comprovava ser à partida, logo no início, uma entrada de quatro milhões de euros no primeiro dia, em relação às bilheteiras e em relação aos empreendedores. -----

----- A um aparte respondeu: “é exactamente a crise, caríssima Cândida Madeira, deviam pensar na crise também em relação a isto, como aliás já foi dito”. -----

----- Depois, continuando, disse que estavam a ajudar efectivamente aqueles que vinham para Lisboa, porque não era o Rio de Janeiro, era Lisboa. E no entanto era Rock in Rio! O que era que isso trazia em relação a Lisboa? Não trazia rigorosamente nada, a não ser prejuízo, e trazia um enormíssimo prejuízo para aquela zona da Cidade, e ainda não estavam a prever o que seria a realização do Rock in Rio em 2014, se acaso o Hospital de Todos os Santos já tivesse sido construído e estivesse em funcionamento. Não estaria em 2012, mas poderia estar em 2014. Era tudo isso que teria que ser considerado pela Assembleia, e não pura e simplesmente deixar passar uma proposta que era profundamente injusta para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD, nesta matéria, não mudava de posição consoante estava na oposição ou estava no poder. Ao contrário de outros, mantinha a posição de quem trouxe pela primeira vez o Rock in Rio para Lisboa e se orgulhava desse facto. Consideravam que o Rock in Rio era um evento muito importante para a Cidade de Lisboa, tiveram essa opinião no passado e mantinham-na no presente. Era capaz inclusivamente de dizer que houvera matérias que melhoraram, e ainda bem, mal seria que assim não fosse. -----

----- Em matéria de contrapartidas, de facto, hoje em dia era possível contabilizar as contrapartidas e não lhe custava nada sublinhar esse facto, porque também tivera a oportunidade de ouvir uma intervenção mais moderada do PS, com uma nuance que para si era muito significativa: no passado diziam que o PSD nunca tinha cuidado que houvesse contrapartidas. -----

----- Provavelmente verificaram que no passado houvera esse cuidado, não na primeira edição, mas na segunda edição. Foi o que foi possível fazer, mas foi, na altura, um avanço significativo. Agora, conseguira-se fazer mais e ainda bem. -----

----- Portanto, relativamente a esta matéria, o PSD era daqueles que consideravam que era possível e benéfico para a Cidade a realização deste evento. Consideravam que a realização deste evento, naquele espaço, não punha em causa a sua sustentabilidade, porque como já tinha tido oportunidade de dizer noutras ocasiões, e ao contrário de

outros que no passado tinham posições mais radicais contra esta matéria e utilizavam argumentos que hoje em dia vinham contradizer, sempre tivera a opinião de que os espaços verdes da Cidade eram espaços para serem usufruídos pelos lisboetas, pelos cidadãos, eram espaços que só valiam se os cidadãos tirassem proveito da sua utilização. -----

----- E não tinha para si qualquer dúvida que a realização de um festival de dois em dois anos num espaço verde como o Parque da Bela Vista, em nada prejudicava aquele parque, e beneficiava a Cidade e os lisboetas. Sobre isso, claros como sempre foram, não mudaram de opinião de 2006 para agora. -----

----- A questão que se colocava, em concreto, relativamente a esta matéria, podiam sempre naturalmente discutir a contabilização das contrapartidas, achava que era possível a prazo, porque também se ia criando alguma habituação do evento realizado em Lisboa, e isso devia contar, do lado de Lisboa talvez fosse possível no futuro exigir mais em termos de contrapartidas, mas também tinha consciência, como ali também já foi dito, que existia uma concorrência entre os municípios, e aliás, Lisboa dera um mau exemplo recentemente ao querer retirar o Red Bull do Porto para Lisboa, e depois felizmente emendara a mão, e conseguira partilhar o evento que afinal já não se realizava nem para uns, nem para outros, mas enfim, foi o que acontecera na altura.

----- Mas, como vinha dizendo, existia uma forte concorrência entre os municípios, e estava certo que no dia em que a organização do Rock in Rio chegasse à conclusão que tinha vantagens em deslocalizar o evento, eles não teriam a preocupação de que o evento se realizasse em Lisboa para beneficiar Lisboa. Teriam preocupações, que eram legítimas da parte deles, e seriam os autarcas da Cidade que teriam que se preocupar em beneficiar Lisboa, porque era esse o seu papel enquanto autarcas. -----

----- Portanto, desse ponto de vista, admitia que a isenção fosse um incentivo, porque foi dessa forma que sempre viram a questão, para tornar apetecível a realização deste evento em Lisboa. -----

----- Agora, porém, colocava-se uma questão nova nesta proposta. Em primeiro lugar, ao contrário do que dizia o PCP, sublinhava que lhe parecia muito interessante que com muita antecedência houvesse a possibilidade de prever a realização deste evento, porque o que o PSD criticava muitas vezes era que vinham pedidos de isenções depois dos eventos se terem concretizado. -----

----- Ora, desta vez o que se estava a passar é que era com muita antecedência. E a única questão que colocavam, e colocavam muito na linha do que o CDS-PP ali referira há pouco, era que se saudavam o facto de, com uma antecedência de dois anos, estarem a analisar uma proposta para a isenção de taxas que permitisse a realização de um evento em Lisboa, não conseguiam perceber como era que a Câmara entendia ter legitimidade, embora legitimidade no sentido estrito do termo, obviamente que a tinha, não era isso que queria por em causa, mas o facto de estar a comprometer um futuro Executivo e uma futura Assembleia, no limite, com a aprovação de isenções de taxas para o ano de 2014, quando 2014 era um ano em que já teria havido eleições e por conseguinte haveria um novo Executivo e uma nova

Assembleia Municipal. E isso não parecia ao PSD compreensível, nem que fosse atendível. -----

----- Por isso, para ser muito claro, e porque também foi muito claro, no início, no apoio a este evento, a questão que queria colocar ao Sr. Vereador, porque lhe parecia que era bastante razoável esta posição, era se lhe parecia que era admissível que a Assembleia se pronunciasse desde já sobre a isenção de taxas para a realização do evento no ano de 2012, mas que não se comprometesse desde já para o ano de 2014, que, como dissera, era um ano já do próximo mandato. -----

----- Francamente não via que houvesse necessidade de fazer esse compromisso, que achava excessivo, achava que os lisboetas dificilmente compreenderiam uma posição desse tipo e sobretudo achava que quem viesse a seguir não tinha que estar a cumprir compromissos que, sem necessidade, obrigassem a Câmara. -----

----- E como achava que a Câmara devia ser uma entidade com uma palavra credível, pese embora se pudessem rever as condições como era natural, seria de bom tom que não se criassem expectativas, que fossem sérios, rigorosos, transparentes, e que com uma antecedência de dois anos viabilizassem a aprovação deste conjunto de isenções que eram muito significativas, mas que não o fizessem para o ano de 2014. Era o desafio que ali fazia ao Sr. Vereador Sá Fernandes, como autor da proposta, mas também à Câmara, naturalmente. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que não ia falar sobre aquelas taxas concretas, mas ia falar noutra situação que tinha a ver com o Bairro de Alfama e as Festas no mês de Junho. O ano passado a Câmara isentara, na totalidade, os moradores e as colectividades na noite de Santo António e no mês de Junho. Mas neste ano, por muito que ali tivesse colocado o assunto para que as coisas fossem tratadas atempadamente, foi uma grande confusão. E já que a Câmara estava com tão boa vontade para isentar os eventos com tanto tempo de antecedência, propunha que a Câmara pensasse e reunisse com as Juntas para definir os critérios e ver quem era que iria isentar e quem deixaria de fora, para que se evitassem as situações muito difíceis que este ano tiveram em Alfama. -----

----- Tinham duas situações: a situação dos moradores, das colectividades e das instituições que montavam coisas no Bairro e que mantinham a tradição, e tinham os outros que vinham não sabia de onde, montavam quase restaurantes inteiros, e que vinham para o lucro, era evidente. -----

----- Por isso, achava que teria de haver algum trabalho com a Câmara, no sentido que a colaboração que têm dado todos os anos se mantivesse, mas com algum critério e com alguma definição das coisas. -----

----- Portanto, solicitava ao Sr. Vereador que tinha essa responsabilidade que reunisse com as Juntas para tratarem disso também atempadamente, para ver o que era que isentava e o que não isentava, para terem todos o mesmo tratamento que o Rock in Rio, porque Alfama não ganhava tantos milhões como ganhava o Rock in Rio. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer, dirigindo-se ao Sr. Deputado Municipal Modesto Navarro, que nunca mudara de posição em relação a esta matéria, e que era

mau a fazer cambalhotas. Muito mau a fazer cambalhotas! Sempre dissera que o Rock in Rio era uma excelente festa para a Cidade de Lisboa, dissera-o no passado e dizia-o hoje. O que dissera no passado era que Lisboa devia exigir contrapartidas, e foi o que fizera. Portanto, o que dissera foi o que cumprira enquanto foi Vereador nessa matéria. Mas cambalhotas, como o Sr. Deputado Municipal Modesto Navarro dissera, não as fazia nem sabia fazer. -----

----- Referiu que havia de facto contrapartidas, e o que estavam ali a discutir era uma matéria exactamente idêntica àquela que tinham discutido em 2008. Exactamente nas mesmas condições! Em 2008 aprovara-se a isenção de taxas para 2008 e para 2010, portanto noutra mandato. O que estavam a propor era que se garantisse para Lisboa um espectáculo que, pelos vistos, era reconhecido por todos como um espectáculo de grande categoria para a Cidade de Lisboa. -----

----- Podiam discutir se o relatório ou se o documento feito pela Universidade Católica era bom ou mau, mas existia e não conhecia outro que contrariasse o que ali era dito. Era de facto um evento com grande repercussão para a Cidade de Lisboa, quer nacional, quer internacional. E isso era um facto que acontecia desde a primeira edição, tinha vindo a evoluir, tinha vindo a ser cada vez mais um festival das pessoas de Lisboa, mas também do resto do País e muitos estrangeiros vinham ver este festival. -----

----- Achava que era importante, portanto, que houvesse coisas destas em Lisboa. Achava muito importante, como dissera, aliás, o Sr. Deputado Municipal António Prôa, que Lisboa não perdesse manifestações deste género na Cidade, e isso tinha acontecido nos últimos tempos. -----

----- Houve um bom espectáculo, de outro tipo de música, no Parque Eduardo VII, com o Tony Carreira, tem havido concertos de jazz em praticamente todos os jardins de Lisboa nos últimos tempos, a partir da Primavera. Música, concertos, festivais de todos os géneros musicais nas praças e com os mais variados artistas, desde o mais popular ao mais erudito. -----

----- Ouvia-se às vezes ópera, ouvia-se canto lírico, ouvia-se fado, ouvia-se jazz, ouvia-se música popular, ouvia-se rock, e isso em praticamente todos os cantos da Cidade e estavam até a estendê-los para outros sítios onde não era habitual haver esse tipo de manifestações artísticas na Cidade de Lisboa. E isto parecia-lhe positivo porque, também como dissera o Sr. Deputado Municipal António Prôa, se devia dar vida aos jardins, aos espaços verdes e praças de Lisboa. E isto vinha acontecendo, felizmente, nos últimos tempos. -----

----- E o Rock in Rio era, quer se quisesse, quer não, uma grande manifestação de convívio na Cidade de Lisboa, num sítio magnífico que era o Parque da Bela Vista, que era um sítio que podia e devia receber manifestações deste género. Mas ao recebê-las devia ter as suas contrapartidas para a Cidade. -----

----- Disse que perguntaram, há pouco, se tinha havido contrapartidas nos últimos dois acontecimentos: 2008 e 2010, e a resposta era que sim! O Rock in Rio já entregara as contrapartidas, em termos monetários, que devia até 2010, faltava-lhe entregar a última prestação que, contratualmente, deveria entregar até ao fim deste ano. E era

com essas contrapartidas que amanhã, na reunião de Câmara, se iria aprovar, ou não, a adjudicação da tal ponte de que todos falaram como a ponte Rock in Rio. -----

----- Amanhã, portanto, iam adjudicar. Lançaram o concurso, houve as contingências de um concurso público dessa dimensão, era uma obra bastante cara, mas amanhã iriam adjudicar para se iniciar a construção dessa ponte, que muita gente ansiava e que iria ligar as Olaias a Chelas, principalmente ao Parque da Bela Vista – Sul, sendo a Freguesia de Marvila, conjuntamente com a Freguesia do Alto Pina, que iriam mais beneficiar dessa ponte. E, portanto, dos últimos dois espectáculos resultara essa contrapartida, que iriam ver já para o ano porque ela iria entrar em construção neste ano. -----

----- Disse que não estava ali a defender a própria organização do Rock in Rio, mas tinha que dizer a verdade. À volta do Rock in Rio existiam uma série de actividades de promoção ambiental de incentivo às boas práticas ambientais, de envolvimento de uma série de escolas, de miúdos e de alunos, que era bom louvar porque eram boas actividades que o Rock in Rio desenvolvia com esse objectivo. -----

----- Mas mais, naquela semana do Rock in Rio a quantidade de pessoas, não só os espectadores que iam lá, mas que se envolviam na própria festa, voluntários, pessoas que estavam nas várias actividades económicas que o Rock in Rio, ao longo daquela semana desenvolvia na Bela Vista, eram inúmeras pessoas que arranjavam ali ou trabalho, ou uma maneira de se divertirem, ou uma maneira de ganharem uns trocos, a miudagem ganhar ali uma pequena verba para umas férias ou para um fim-de-semana. Era bom que houvesse isso, era bom que houvesse esse tipo de actividades em Lisboa. -----

----- Lembrava-se que a quantidade de pessoas que foram ao Rock in Rio divertiram-se lá. E não estavam a falar de uma ou duas pessoas, estavam a falar de 50/60 mil pessoas que se divertiram no Rock in Rio, se calhar muitos dos filhos dos que ali estavam, muitas das pessoas daquele bairro foram divertir-se ao Rock in Rio, e isso era bom. Mas Lisboa também ganhara. Ganhara essa ponte, para além de ter uma festa na Cidade, e achava que Lisboa devia ter muitas festas na Cidade, devia ter na Bela Vista, devia ter no Parque Oeste, devia ter no Parque Eduardo VII, devia ter no Rossio, devia ter em Monsanto. Achava que sim, achava que devia haver festas na Cidade de Lisboa, e esse era um papel que Lisboa tinha o dever de fazer, essa era a opinião deste Executivo. Lisboa tinha o dever de fazer e de proporcionar este tipo de festas. -----

----- Referiu que na Área Metropolitana de Lisboa havia isenções de taxas para manifestações deste género. Eram manifestações de grande envergadura, de grande investimento, e por isso deviam ser competitivos, aliás como também o Deputado António Prôa referira, para tentar segurar algumas destas actividades. -----

----- Explicou que a razão de ser dois anos é porque era importante garantir que estes espectáculos acontecessem na Cidade de Lisboa. Mas não se importava, dizia desde já, que fosse aprovada agora a isenção para 2012, que depois essa proposta fosse rectificadas, até já se calhar amanhã, em Câmara. -----

----- Mas havia uma coisa que dizia e avisava desde já, a de 2014 teria de vir à Assembleia, necessariamente, e o mais tardar em 2013, ou provavelmente em 2012,

pelo que continuaria a ser esta Assembleia a ter que aprovar, porque este tipo de manifestações eram programadas com dois anos de antecedência. Porque a quantidade de cidades que procuravam este tipo de eventos, que procuravam este tipo de manifestações, eram múltiplas e, portanto, estavam na concorrência deste tipo de espectáculos e eles tinham de ser programados com a devida antecedência. E a devida antecedência para se organizar um festival com esta dimensão era no mínimo dois anos, pelo que, provavelmente para o ano, já teriam de preparar o Rock in Rio de 2014, porque se o mínimo era dois anos, o razoável seriam três. -----

----- O que estavam ali a pedir eram quatro. Bem sabia que era outro mandato, mas tinham de ter a responsabilidade de deixar coisas preparadas para os outros mandatos tal como fizeram em 2008. Em 2008 prepararam o Rock in Rio de 2010, de outro mandato, por acaso eram os mesmos ou quase os mesmos intervenientes, mas foi bom para a Cidade que isso tivesse acontecido, porque o Rock in Rio de 2010 foi o melhor Rock in Rio de sempre. Era verdade que, também como dissera o Sr. Deputado Municipal António Prôa, quanto mais Rock in Rio ia havendo mais fiel estava o público, mais fidelizadas estavam as audiências, mais carinho havia por este espectáculo, mas para isso tinham de preparar com muita antecedência. -----

----- E por isso aceitava o apelo do Sr. Deputado Municipal António Prôa, aceitava o apelo de suportar o 2012, ser rectificada a proposta em reunião de Câmara, e depois pensavam em 2014. Mas quase se atrevia a apelar a que conversassem, para que rapidamente se acertasse o de 2014, porque era bom que estas coisas fossem preparadas com tempo. Era bom certamente para a organização do Rock in Rio, mas era muito bom também para a Cidade de Lisboa que se conseguisse garantir uma programação de futuro, nomeadamente deste tipo de eventos para a Cidade. -----

----- Seria bom que isso acontecesse para a Cidade de Lisboa e, portanto, atrevia-se a fazer esse apelo, mas achava que tinham ali um acordo. 2012 de certeza, e se reconsiderassem traria ali de novo a proposta para 2014, porque achava que ia ser bom para a Cidade de Lisboa garantir este tipo de manifestação já para 2014. Era bom para a preparação, era bom até para a própria preparação do terreno. Como sabiam, ao longo dos anos, este tinha sido infra-estruturado para receber este tipo de manifestações. Hoje a Bela Vista recebia muito melhor este tipo de manifestações do que recebera desde o princípio, e isso a cada actuação melhorava. -----

----- Terminou dizendo que estava disponível para este tipo de acordo, se era que se podia chamar de acordo, sendo certo que achava que deviam falar para rapidamente resolverem o problema para 2014. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que este assunto de organização de eventos lhe era bastante familiar, e sugeriu que para da próxima vez que trouxesse à Assembleia o Rock in Rio, trouxessem também o impacto internacional que ele causava. Isto é, o turismo tinha o fluxo turístico em determinados momentos do mês e do ano e seria interessante comparar, por causa do Rock in Rio quantos mais turistas é que tinham vindo a Portugal. Esses dados é que eram interessantes para julgarem o impacto de um evento que era importante que tivesse também um impacto internacional. Não acreditava que quando a Madonna veio a Portugal não tivessem vindo os fãs dela atrás

para ouvir o concerto. Mas esses números eram interessantes para julgarem melhor o que estava ali em causa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que queria, em primeiro lugar, registar a intervenção serena e cooperante do Sr. Deputado Municipal António Prôa, e do PSD, para que esta matéria se resolvesse. No entanto, subscrevia, na íntegra, as palavras do Sr. Vereador Sá Fernandes, e queria também reforçar este apelo. -----

----- Naturalmente o PS registava a atitude cooperante, mas porventura podiam correr o risco, se não segurassem e não aprovassem a proposta para os dois anos, que este evento pudesse escapar à Cidade de Lisboa, até porque havia cidades que competiam e que pretendiam tirá-lo de Lisboa e levá-lo para os seus sítios. -----

----- Acreditava e tinha a absoluta convicção que a maioria que actualmente governava continuaria a ser maioria no próximo mandato, mas se porventura não o fosse, não acreditava que uma autarquia presidida pelo PSD prescindisse da realização do Rock in Rio, evento que, como o Sr. Deputado Municipal dissera, e muito bem, chegara a Lisboa pela primeira vez por iniciativa de uma gestão do PSD. -----

----- Por isso, o apelo que ali ficava é se não estariam, apesar de tudo, percebendo ele algumas das boas razões que levavam a sustentar que se estava ali a assumir o compromisso para um mandato que já não era o actual, e que a condicionante política podia mudar, era que se pesasse também, e com este argumento, se Lisboa podia correr o risco de perder um evento que era um evento de grande significado. Porque era evidente que para os promotores deste evento terem uma garantia de dois espectáculos de isenção de taxas não seria a mesma coisa que ter a garantia de um espectáculo. -----

----- Portanto, que não fosse surgir outra cidade, como por exemplo em Madrid ou uma outra qualquer, que viesse com uma proposta muito mais aliciante e que este evento pudesse sair de Lisboa. -----

----- Por conseguinte, o PSD deveria ponderar sobre esta matéria, e registando ele esta posição cooperante, parecia-lhe, apesar de tudo, e estando o PS disponível para acompanhar esta predisposição do Sr. Vereador, se não seria porventura um pouco irrelevante estarem agora ali a adiar uma coisa que, como dissera o Sr. Vereador, teria que ser resolvida durante o actual mandato, sob pena de depois todos se responsabilizarem se o Rock in Rio ficaria ou não ficaria cá. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, de novo no uso da palavra, disse que já lá iam uns tempos, talvez de ano e meio, em que ao subir a Av. da Liberdade deparara com um grande aparato defronte do Cinema Tivoli, que era um espaço cedido, alugado pelo Sr. Vereador Sá Fernandes, para apresentação de um espectáculo, e aí começara a carreira de empreendedorismo, iria dizer empresarial, do Sr. Vereador Sá Fernandes. -----

----- Depois viram jardins alugados para apresentação de uma linha de automóveis. Era verdade ou não? Era verdade! Viram espaços públicos alugados! Mas o PCP preferia mais atenção do Sr. Vereador Sá Fernandes pelo ambiente e pela higiene urbana na Cidade. -----

----- E também entendiam que já era tempo, porque era um facto, e só quem não queria ver é que não verificava que o Parque da Bela Vista ficava, na maior parte do tempo do espaço de dois anos, inutilizado para a fruição diária da população local. Já era tempo então de se pensar num espaço – porque não eram contra, já sabiam isso há muito tempo – para a realização de grandes eventos, mas realização em locais adequados. E Lisboa tinha todas as condições para encontrar um espaço, mas um espaço onde, quem viesse ganhar dinheiro, pagasse o que tinha que pagar. Não era de pernas abertas, não era de portas abertas, não era tudo gratuito como tinham agora. ----

----- **O Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)**, disse que pensava que estava a haver ali alguma confusão, até agora pelo menos ninguém lhes dissera ali que o Rock in Rio não se realizava se não houvesse isenção de taxas. Tanto quanto perceberam, a isenção de taxas era uma disponibilidade política da Assembleia por proposta da Câmara Municipal. E, aliás, uma das coisas que repetidamente, com compreensão por parte da Câmara, se tem dito relativamente a isenções de taxas que chegavam à Assembleia depois das iniciativas terem ocorrido, era dizer-se que isso não era nenhum desrespeito pela Assembleia Municipal, que não se queria colocar a Assembleia Municipal sobre o facto consumado, que houvera atrasos na aprovação que tinham que ver com os regulamentos e que tinham que ver também com a própria inércia dos promotores, e agora que chegavam ali com quatro anos de atraso, em que estavam na disponibilidade política da Assembleia Municipal, dizer que não, colocava-nos outra vez sobre o facto consumado de que não havia Rock in Rio sem esta isenção de taxas. -----

----- A si custava-lhe a crer que taxas de três milhões de euros, perante todo o impacto positivo que tinha o Rock in Rio, de acordo com o estudo da Universidade Católica, mais o impacto positivo que com certeza teria para a organização do Rock in Rio, que fossem três milhões de euros a determinar se isto ficava aqui ou se ia para outro lado qualquer. -----

----- Mas se isso era um dos termos da negociação, e porque era a Assembleia Municipal que tinha de decidir, então seria conveniente que o Sr. Vereador dissesse ali se era esse facto ou não: “bom, atenção, aquilo que foi acordado com o Rock in Rio é que não pagam três milhões de euros, e sem os três milhões de euros eles vão-se embora”. -----

----- Muito bem, então decidiam perante esse facto consumado que lhes fosse colocado. Agora se não colocasse essa hipótese, pedia imensa desculpa, mas a Assembleia Municipal não podia prescindir de dizer: “bom, eu acho que, provavelmente, é bom não isentar”. Isto era só uma parte do problema. -----

----- Relativamente a 2014, a questão não era se estavam na Assembleia os mesmos se não estavam, ou sequer se havia legitimidade legal, porque existia com certeza, para assumir compromissos futuros. A questão era num tempo de crise em que se vivia, em que não sabiam sequer como era que ia ser a situação da Câmara, a situação económica do País, dos lisboetas, ou sequer como era que ia correr a próxima organização do Rock in Rio, saber se já estavam a alienar a capacidade política da Assembleia Municipal de decidir o que fazer relativamente àquelas taxas.

----- Portanto, aqui não era nenhuma embirração especial em relação ao Rock in Rio ou qualquer outro evento, não tinha nada contra, tinha que ver com a manutenção por parte da Assembleia Municipal de uma das poucas competências deliberativas próprias que ela tinha, que era dizer que sim ou que não a uma isenção de taxas. -----

----- Por isso, o Sr. Vereador acreditasse que da parte do CDS-PP existia essa preocupação de acautelar o próprio poder negocial da Câmara Municipal de Lisboa, porque se corria mal a próxima organização e a Câmara Municipal de Lisboa já tinha um protocolo de isenção de taxas, tudo acordado para 2014! -----

----- Portanto, assegurar essa parte, assegurar a capacidade política da Assembleia para decidir aquilo que tinha de decidir e, sobretudo, não tomasse isto como “ou há isenção de taxas ou não há Rock in Rio”, porque então, nesse caso, achava que devia vir dizê-lo ali textualmente. Era legítimo que o dissesse, era legítimo que tivesse feito essa negociação, e portanto depois pronunciar-se-iam sobre elas. Mas era importante não confundir o desejo da Assembleia de manter as suas capacidades políticas, que lhe eram dadas por Lei, com qualquer tipo de oposição política, porque não era esse o caso. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, de novo no uso da palavra, disse que queria ali começar por registar com agrado a atitude do Sr. Vereador Sá Fernandes, e por intermédio dele, da Câmara Municipal, por uma posição que lhe parecia bastante razoável desde logo, que era a posição razoável de ir ao encontro da preocupação da Assembleia Municipal. -----

----- Parecia-lhe que ficara patente que a Assembleia Municipal tinha muitas reticências à pertinência e à necessidade de ter que se comprometer desde já com a isenção de taxas para o ano de 2014, e nessa medida saudar essa atitude, porque de facto o que ali veio há pouco dizer foi que o PSD estava na primeira linha da defesa da manutenção deste evento em Lisboa. -----

----- Mas que lhe permitissem o Sr. Vereador e Srs. Deputados Municipais, que lhes dissesse que não acreditava que Lisboa corresse o risco de perder o Rock in Rio se desde já não aprovasse a isenção de taxas para 2014. E explicava-lhes porquê. Por duas razões: porque Lisboa ainda era Lisboa, e porque Lisboa não era igual às cidades em redor de Lisboa, e isso pesava. -----

---- E era bom que fizessem com que se tirasse partido do facto de Lisboa ser a capital do País. E a capital do País tinha vários significados: tinha mais nome, tinha mais acessibilidades, era mais central, e isso eram vantagens que contavam a favor de Lisboa. -----

----- Portanto, que não pusessem em pé de igualdade Lisboa e outras cidades à volta de Lisboa, na competição por grandes eventos. Obviamente que havia esse risco, e por isso é que Lisboa se disponibilizava para oferecer condições que fossem apetecíveis para quem realiza eventos. E era nessa medida que entendiam esta isenção de taxas. ---

----- Agora, julgava também que relativamente à organização deste evento, já existia uma expectativa, porque este evento realizava-se desde 2004 e sem interrupção. Realizava-se de dois em dois anos desde 2004 e mesmo quando houvera aprovação de isenção de taxas após a realização do evento, como aconteceu no primeiro ano da sua

realização, o evento não deixara de se realizar. Tal como acontecera em 2006 quando a aprovação da realização de taxas fora em cima da realização do evento. -----

----- Portanto, achava que havia também uma relação de confiança entre o Município e a organização do evento, e isso levava-o a não ficar tão preocupado quanto à necessidade de desde já se comprometerem para 2014, para daqui a 4 anos. -----

----- Achava que havia uma relação de boa fé, uma relação de alguma estabilidade, e isso parecia-lhe que era um factor importante para terem alguma confiança também na manutenção do evento em Lisboa. -----

----- E por isso, para terminar e não se alongar mais, dizia que registavam com agrado essa disponibilidade do Sr. Vereador e obviamente estariam disponíveis também para mais à frente poderem vir a avaliar da necessidade, ou não, de voltar a ponderar a possibilidade de se isentar a realização do evento de 2014 com bastante antecedência.

----- Mas enfim, veriam isso a prazo. Achava que também poderiam entretanto acautelar o cumprimento das contrapartidas que ainda não foram concretizadas e isso também lhe parecia que era um aspecto importante para poderem também justificar perante os lisboetas que era quem os elegera, porque razão é que estavam a manifestar com tanta antecedência um compromisso com essa entidade. -----

----- Agora, também era bom que ficasse claro que da parte do PSD não havia disponibilidade, que lhe perdoassem a expressão porque não era seu hábito utilizá-la mas não lhe ocorria nenhuma mais evidente, “Lisboa não se pode pôr de joelhos perante estas organizações”. E o facto de se estarem já a comprometer para 2014 não era bem isso, mas era quase, e isso achava que não deviam fazer. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, novamente no uso da palavra para esclarecimento, disse que normalmente não respondia a provocações, mas queria dizer ao Sr. Deputado Modesto Navarro, que não percebia a linguagem de cambalhotas e de pernas abertas. Não percebia. Devia ser uma linguagem que o Sr. Deputado Municipal utilizava mas ele não a percebia. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro** respondeu dizendo que era mais uma incongruência do Sr. Vereador. Não percebia a linguagem mas reagira a ela. -----

----- Seguidamente, o **Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, após a Sra. Presidente anunciar que se ia passar à votação da proposta, disse que lhe parecia prudente que fosse explicitado que a condição em que estavam a votar era a isenção para o ano 2012 e não para o ano de 2014, e que esta aprovação ficava condicionada à rectificação da proposta em reunião de Câmara. -----

----- Foi isso o que lhe parecera ter resultado do debate havido. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu dizendo que dera de barato que isso tinha ficado claro na discussão acabada de fazer e que durara mais de uma hora, portanto não repetira isso. Mas ainda bem que o Sr. Deputado Municipal António Prôa sintetizara porque assim ficava completamente claro. -----

----- Seguidamente submeteu à votação a proposta 115/2010 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e PS, votos contra do PCP, 4 IND-PS, BE, PPM, MPT e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 24 de Novembro de 2009, inserida a páginas 5 da respectiva acta. (acta n.º 2).---

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em terceira reunião, no próximo dia 27 de Julho, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- A PRESIDENTE-----